



PROGRAMA DE
MESTRADO EM
PSICOLOGIA

João Gualberto Teixeira de Carvalho Filho

A ACEPÇÃO DE FAMÍLIA NA TEORIA PSICANALÍTICA: SIGMUND FREUD,
MELANIE KLEIN E JACQUES LACAN

São João Del - Rei
PPGPSI-UFSJ
2010



PROGRAMA DE
MESTRADO EM
PSICOLOGIA

João Gualberto Teixeira de Carvalho Filho

A ACEPÇÃO DE FAMÍLIA NA TEORIA PSICANALÍTICA: SIGMUND FREUD,
MELANIE KLEIN E JAQUES LACAN

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia
Linha de Pesquisa: Conceitos Fundamentais e Clínica Psicanalítica: Articulações:

Orientador(a): Wilson Camilo Chaves

São João Del - Rei
PPGPSI-UFSJ
2010

SUMÁRIO

RESUMO _____

INTRODUÇÃO _____

1.0 A ACEPÇÃO DE FAMÍLIA NA TEORIA DE FREUD _____

1.1 - Introdução

1.2 – A família primeva na obra de Freud

1.3 – O Complexo de Édipo

2.0. COMO PENSAR A FAMÍLIA NA TEORIA DE MELANIE KLEIN _____

2.1. O primeiro ano de vida: do sadismo ao complexo de Édipo precoce

2.2. Os primeiros estádios do conflito edipiano

2.3. O complexo de Édipo no menino e na menina

2.4. Posição esquizo-paranoide e posição depressiva: sua influência no conceito de complexo de Édipo.

3.0. ACEPTÃO DE FAMÍLIA E O CONCEITO DE COMPLEXO DE ÉDIPO NA OBRA DE JACQUES LACAN

3.1. Complexos familiares, imago e a acepção de família na teoria Lacaniana

3.2. O complexo de Édipo na obra de Lacan e seus três tempos

4.0. A FAMÍLIA NA TEORIA PSICANALITICA _____

4.1. A família na teoria freudiana

4.2. A família na obra de Melaine Klein

4.3. A família na obra de Jacques Lacan

CONCLUSÃO _____

ANEXO - PERSPECTIVA PARA O FUTURO _____

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que me auxiliaram até o término dessa tarefa, mesmo com todas as minhas dificuldades atuais. Ao Camilo, no direcionamento das orientações; ao Júlio, pela contribuição de ideias, assim como ao Wagner (também pelo trabalho de deslocamento), À Graça na ajuda nos primeiros textos. Ao Anderson e à Teca, que compareceram com a força de amigos e a técnica de escribas. Meu reconhecimento à Universidade pela oportunidade de dedicar tempo a um tema específico e aos meus colegas que se desdobraram para substituir minhas disciplinas.

Principalmente agradeço ao meu companheiro Ramon, que me acompanhou no processo de reviver.

A todos meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A ACEPÇÃO DE FAMÍLIA NA TEORIA PSICANALÍTICA: FREUD, MELANIE KLEIN, LACAN.

Esta dissertação correlaciona e sistematiza as acepções de família nas teorias de Freud, Melanie Klein e Lacan, produz uma ideia clara e concisa da diferença da abordagem dessas acepções da própria teoria psicanalítica, oferece, assim, um melhor embasamento para o trabalho clínico e para futuras pesquisas que necessitem utilizá-la.

Mostra-se o desenvolvimento do conceito de família através da evolução teórica do complexo de Édipo na obra freudiana: o complexo de Édipo como reedição da herança arcaica, como constitutivo da família pelo viés da realidade psíquica, a finalização do complexo de Édipo e sua contribuição à sexualidade feminina. Destaca-se, ainda, o papel do pai, sua relação com a cultura e com a lei na família freudiana.

A seguir, discute-se a precocidade da vivência edípica dentro da visão kleiniana. Klein descreve a família em duas etapas, a saber: 1- os primeiros conceitos do complexo de Édipo em que se destaca o aparecimento do supereu precoce nas relações objetais da criança. 2- e sistematiza-se o conceito de complexo de Édipo, percorre-se a evolução desse conceito dentro da obra kleiniana e as modificações realizadas por ela no conceito freudiano.

Apresenta-se a família do ponto de vista lacaniano em duas fases: 1- a família como estrutura: as acepções de família extraídas dos primeiros textos de Lacan. 2- aponta-se a pluralização dos Nomes-do-Pai, como objeto de posterior pesquisa.

Por fim, considera-se a hipótese de que essas acepções de família se articulam com os três registros subjetivos propostos por Lacan: a família freudiana estaria ancorada principalmente no simbólico; a kleiniana seria regida dinamicamente pelo imaginário, e a lacaniana, inicialmente referir-se-ia à estrutura simbólica da linguagem, posteriormente, através da topologia, e nós borromeanos faríamos avançar a teoria ao oferecer uma nova leitura do Nome-do-Pai como resultado do enlaçamento dos três registros, destacando-se o real como uma nova formalização da família.

Palavras-chave: 1- psicanálise, 2- família, 3- complexo de Édipo, 4- função paterna.

ABSTRACT

This dissertation summarizes the conception of family in the theories of Freud, Melaine Klein and Lacan, examining the continuities and discontinuities of such idea in the works of those authors. Our research was guided by the question: which is the concept of family in Freud's, Melaine Klein's and Lacan's works?

It is clear that the family is present in the birth of Psychoanalytic theory, in the letters to Flies, in Freud's clinic houses, but mainly, in Freudian texts related to Primeva Family, in which we find the author's thought about this primary concept, its evolution and the passage made by the author, through the archaic heritage, from this first concept to the concept of modern family. He shows that such passage is only possible through the reliving of Edipo's Complex. We briefly show the way traced by Freud from Primeva Family to Edipic Family, pointing to the use of myths and the literature to the construction of the concept of Edipo's Complex.

To the psychoanalyst Melaine Klein, the understanding of Edipo's Complex differs from Freudian thought since it has as its basis a triple order of convergent ideas: the early appearing of the complex, the formation of the superego and the consequent rising of the guilt.

Firstly, we take the concepts of Jacques Lacan due to the emphasis given to the complexes in detriment to the instinct, attempting to the post appearing of the structuralist concepts which allows us to think the family as a structure, and we indicate how Lacan will use the Names of the father as elements of the real.

Finally, we show how the family is present in the Psychoanalytic theory, being, as a matter of fact, the object of the research and of the psychoanalytic clinic.

Key words: Psychoanalysis, Edipo's Complex, Family

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é sistematizar a acepção de família nas teorias de Freud, Melanie Klein e Lacan, bem como examinar as continuidades e discontinuidades dessas acepções nas obras desses autores. Assim, permitir-nos-á uma ideia clara e concisa, de forma a embasarmos com segurança nosso trabalho clínico e futuros trabalhos teóricos que necessitem utilizar a acepção de família articulada a outros conceitos de teoria psicanalítica.

A questão que direciona nossa pesquisa é qual a acepção de família na obra de Freud, Melanie Klein e Lacan? Ao serem lidas todas as interpretações da família de Freud à Durkein, podemos concluir que, na clínica, as acepções da família deram conta do fato clínico da “família” até a metade do século XX. Com as modificações apresentadas pela mesma, principalmente da metade do século XX para cá, passamos a receber, no consultório, ou nas instituições, famílias muito diferentes em termos de estrutura e dinâmica: famílias monoparentais; famílias homoparentais; famílias tutoradas pelo Estado, que passa a legislar sobre os direitos e deveres do pai na sua relação com os filhos, desenvolvendo, assim, uma política de controle; e famílias criadas pela ciência por meio de suas técnicas de inseminação artificial, útero de aluguel e bancos de esperma, entre outras. A essas modificações na família, somaram-se mais dois fatos: 1- uma mudança na instrumentalização clínica que nos possibilite responder a um atendimento com a família. 2 - a possibilidade e necessidade de exercer a prática psicanalítica em novos contextos, tais como saúde pública, hospitais e escolas. Temos que pensar, diante desse contexto atual, na relação da acepção de família

com disciplinas como o Direito, a Psicologia Social e as teorias institucionais, de modo a construir uma prática clínica em novas ações voltadas para a família, como o Programa de Saúde da Família e o Direito da Família, apesar do trabalho de autores como Dolto, Winnicott, Maud, não conseguimos uma aceção clara para o referido termo. Precisamos interrogar se a aceção de família é operativo no século XXI, lembrando inclusive que o trabalho clínico não é mais o do consultório apenas. É necessário que seja sistematizada a aceção de família que responda a essa nova realidade, diferente da do século passado.

Portanto, a necessidade de uma pesquisa da aceção de família nas obras de autores psicanalíticos como Freud, Melanie Klein e Lacan, justifica-se na clínica, no atendimento da criança, do adulto e do psicótico, mas também nas novas demandas feitas ao psicanalista para que ocupe seu espaço de instrumento clínico na saúde pública e em outras instituições. Uma vez que não encontramos a aceção de família na teoria psicanalítica como um todo, está justificada, portanto, a sua sistematização. Propomos para a investigação, adotar o método da Pesquisa teórica, que a partir do corpo teórico da psicanálise busca construir quadros teóricos de referência. Com a finalidade de correlacionar os conceitos teóricos, utilizaremos a técnica da Análise de conteúdo, que segundo D'Urung (1976) consiste em fichar os principais conceitos abordados, constituindo um resumo das obras consultadas.

Utilizaremos, também, de acordo com Bardin (S.d.), os três pólos organizadores da Análise de conteúdo, a saber: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados produzindo a inferência e a interpretação. Percorremos os textos psicanalíticos de Freud, Melaine Klein, Lacan que versam sobre a família ou sua aceção, no contexto teórico da psicanálise.

Mostraremos que a família está presente no nascimento da teoria psicanalítica. Nos textos Pré-psicanalíticos de Freud como as cartas a Fliess (Freud, 1897/1980) observamos a atenção de Freud para com as relações familiares, o entrelaçamento entre o pai, a mãe e os filhos e suas conseqüências.

Apontaremos como nos casos clínicos, Freud descreve a família, as relações entre o sistema dos pais e a doença do filho. Mas, o mais importante, encontraremos nos textos freudianos que versam sobre a família primeva, *Totem e Tabu* (Freud, 1912-13/1980), *Psicologia do Eu e análise das massas* (Freud, 1980) o pensamento freudiano sobre a família primordial, sua evolução e a passagem feita por Freud através da herança arcaica da família primeva para a família moderna.

Pontuaremos que tal passagem só é possível através da revivência possibilitada pelo complexo de Édipo. Sabemos: de que são necessárias duas outras famílias, uma apta a fornecer um homem, e a outra, uma mulher que, pelo casamento, permitem o surgimento de uma terceira família. Logo, uma família não existiria sem a sociedade e seu processo social de aliança. Neste processo, podemos observar duas vertentes, de um lado a troca, que define a circulação de mulheres, do outro, a proibição do incesto, permitindo que as famílias se aliem umas com as outras, e não cada uma em seu próprio nicho. A proibição do incesto é, portanto, condição tão necessária à criação de uma família, quanto a união de um sexo a outro. Concluímos que a família é uma instituição humana duplamente universal, pois associa um fato de cultura, a condição simbólica da sociedade a um fato de natureza, segundo leis da biologia. Logo, a criação e transformação da instituição familiar ocorrem dentro de duas grandes dimensões ou campos: do biológico, (diferença anatômica fisiológica dos sexos) e do simbólico, (interdito do incesto).

Num sentido amplo, para a sociologia, a família é definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e pela filiação ou pela sucessão de indivíduos descendendo uns dos outros. A família é organizada em uma estrutura hierárquica, apresentando três tipos de relações elementares: a relação entre o senhor e o escravo, a associação entre marido e mulher e o vínculo entre o pai e os filhos.

Segundo Roudinesco (2002), podemos distinguir três momentos na evolução da família. Num primeiro momento, a família tradicional ou patriarcal assegura a transmissão do patrimônio. Em uma segunda fase, a família moderna, fundada no amor romântico, reforça os sentimentos e desejos na sua origem. Finalmente, a família contemporânea une, por duração relativa, dois indivíduos com o objetivo de buscar realizações pessoais e sexuais. Seu surgimento vem como consequência do realce dado ao privado, e não, ao estado no último século, fomentando a consideração de funções simbólicas em detrimento da origem mítica do poder paterno.

Na horda primeva, o pai é a encarnação de Deus, senhor das famílias, reinando sobre o corpo e a alma da mãe e dos filhos. Já o pai romano se caracteriza por ter seu lugar determinado pela nomeação que ele fazia do filho, logo, o *pater romano* é aquele que se designa a si mesmo como pai, não é determinado pelo biológico, e sim, pelo ritual de reconhecimento, designação do filho pelo gesto ou pela palavra, que tem como consequência a posição de comando do pai no seio da família (direito romano). No cristianismo, a função simbólica do reconhecimento, obrigatoriamente, coincide com a paternidade biológica. Portanto, diferente do pai romano, o pai cristão, submetido a Deus, tem seu direito assegurado, não por sua vontade de reconhecimento, mas pela sua origem divina.

Na realidade, apenas a nomeação simbólica garante a cada homem que é, de fato, genitor (pai) de sua prole. Este pai simbólico não é, portanto, um pai procriador, senão na medida em que é um pai pela fala. O verbo tem, portanto, como consequência reunir e cindir as duas funções da paternidade, a da nomeação e a da transmissão do sangue. Se o biológico designa o genitor, o verbo permite ao pai em seu ideal de dominação afastar sua progenitura da natureza e introduzi-la na cultura. Em outras palavras, o pai, com sua palavra, tráz para a criança a passagem da natureza para a cultura; esse pai simbólico promove a metaforização do desejo da mãe. Embora os direitos do pai tenham sido cerceados pelas leis da cidade, este processo se intensifica no final do século XIX, quando as interferências do Estado na família começam a limitar e tutelar o poder do pai. É nesse momento que Freud introduz o conceito do Complexo de Édipo. (Roudinesco 2002).

Para Roudinesco (2002), em uma leitura sociológica do final do século XIX, no momento em que Freud introduz, na cultura ocidental cristã, a ideia de que o pai gera o filho, que será o seu assassino, coincide com o aparecimento do tema do advento de uma possível feminilização do corpo social – segundo Roudinesco: O temor dos sociólogos e antropólogos do século XIX consistia exatamente na perda da autoridade paterna e no domínio da mulher na sociedade (Roudinesco 2002) motivo de um debate sobre a origem da família. *Nessa perspectiva, o pai deixa de ser o veículo único da transmissão psíquica e carnal e divide esse papel com a mãe* (Roudinesco, 2002, pág. 35). Como consequência, na reação a esse fato, há uma tentativa de recuperação do lugar do pai representada pelo fortalecimento do pai burguês.

O pai burguês, diferente do pai divino monárquico, é um pai empreendedor, privado e individualizado. Esse pai simbólico impõe limite à onipotência do feminino, determinando,

assim, três fundamentos para a família: autoridade do marido, submissão das mulheres e dependência dos filhos. É, portanto, um pai justo, submetido à Lei, ao Estado, o que permite iniciar a emancipação da mulher e dos filhos e, conjuntamente, o declínio do patriarcalismo. Neste momento de ameaça à família e à ordem social, pelo declínio do poder do pai e crescimento da feminilização do social, é que Freud e a psicanálise emergem com a função de, a partir do complexo de Édipo e sua simbolização do pai, encarregar-se de dar sobrevida à instituição família. Em sentido inverso desse movimento, encontramos a maternalização nas relações familiares (Roudinesco 2002).

As contribuições de Melanie Klein voltadas ao interesse da origem das psicoses e para as relações arcaicas da criança com a mãe levam a autora a trabalhar a criança pelo material já recalcado, o que só foi possível pela mudança de enfoque da psicanálise em relação à análise de crianças. Isso permite o acesso ao mundo fantasmático de crianças muito novas. Melanie Klein mostra que, ao contrário da afirmação de Freud, é possível analisar a criança. Ela derruba a dificuldade do vocabulário, criando a cura pelo brincar e demonstra a possibilidade da transferência infantil, considerando precocemente a questão do supereu. Por esse viés, consegue-se acesso à vida imaginária infantil, suas imagens maternas e seus objetos parciais. Esse conhecimento leva Melanie Klein a centrar seu trabalho nas vivências edípicas dos primeiros meses de vida, em que foca as relações do sujeito com a mãe, como objeto parcial. Para Melanie Klein são as relações de ódio presentes nos movimentos de identificação e projeção que determinam a formação do eu. A função paterna presente, desde os primeiros meses na relação mãe-filho, vem na teoria kleiniana complementar e ativar o

Édipo da criança. As duas posições, esquizo-paranoide e depressiva¹, estabelecidas pela autora descrevem as relações de ódio e de amor entre a criança e sua mãe, trazendo à luz da psicanálise todo o material recalçado que Freud só teve acesso em adultos em regressão. Isso centra a questão da família, na obra kleiniana, nos primeiros anos de vida da criança e em sua relação com a mãe, mas sem descartar a posterior vivência do Édipo descrita por Freud.

Já em 1938, Lacan publicava a síntese da situação da família ocidental no período pré-guerra. No texto, *Complexos Familiares* (1938/1981), Lacan utilizando-se dos conhecimentos clínicos sobre o Édipo e de análise das teorias psicanalíticas, antropológicas e sociológicas, nos leva a uma nova compreensão sobre a família e sua evolução. Utiliza as afirmações de Melanie Klein, mas acrescenta ideias do biólogo alemão Jakob Von Meseküll sobre a interiorização do meio em que vive cada espécie. A interiorização do meio determina a relação de dependência entre o meio e o indivíduo. Em se tratando de família, o que é interiorizado são representações marcadas pelo materno e pelo paterno a que chamamos de *imago*.

Posteriormente, nos seminários, *As Psicoses* (1955-56 / 1988), *As Formações do Inconsciente* (1957-58 / 1999) e, no texto, *O mito individual do Neurótico* (1952-53) entre outros, desenvolve-se a ideia do complexo de Édipo sustentado na função da metáfora paterna e sua importância na formação do sujeito, do simbólico e do inconsciente. Estes três autores, Freud, Melanie Klein e Lacan, pilares da teoria psicanalítica, apresentam, a nosso

¹ Melanie Klein escolhe o termo posição em substituição à palavra fase para enfatizar o movimento pendular desses movimentos da formação do sujeito. Caracteriza a posição pela presença de uma forma de funcionamento do ego, do tipo de angústia, do tipo de mecanismo de defesa e pela relação de objeto. Na posição esquizo-paranoide predomina a angústia persecutória, o ego cindido, segundo os mecanismos de divisão e o objeto é parcial. Na posição depressiva, a angústia é de perda, os mecanismos são maníacos, o ego é total e a relação é com um objeto total. (Segal, 1964)

ver, três acepções de família, com suas semelhanças e diferenças, e, principalmente, formas diferentes de utilização clínica e teórica dessas mesmas acepções.

Melanie Klein (1995), seguindo os passos de Freud, para modificá-los, presa a seu interesse na origem das psicoses e, nas relações arcaicas da criança com a mãe, irá maternalizar a família, colocando a mãe como objeto de todas as projeções odiosas e fusionais, sem se utilizar, para isso, de nenhuma realidade antropológica. Ela mostra que estão presentes, na família moderna, desejos funestos e tormentosos, geradores de inúmeras patologias e, portanto, requisitantes da norma no cerne da relação entre a mãe e o filho. Essa norma, autoridade do pai, torna-se apenas suporte do poder da mãe sobre o filho, desembocando na noção da autoridade partilhada, desenvolvida, posteriormente, por Winnicott em *A criança e seu mundo* (1975). A partir das ideias de Winnicott, vamos encontrar o conceito de família ligado à ideia de dinâmica como eixo para sua construção e será descrita como a dinâmica do inconsciente, sendo os mecanismos psíquicos básicos para se entender kleinianamente o funcionamento da família: a identificação projetiva e a identificação introjetiva¹.

De acordo com Roudinesco (2002), Jacques Lacan, inicialmente, utiliza-se do pensamento estruturalista que encontramos em Lèvi Strauss, principalmente em *La famille en Europe* (2001); *Préface Histoire de la famille* (s.d.) e *Les structures elementares de la parente* (1967). Lacan importa da antropologia cultural de Leví-Strauss o conceito de estrutura para pensar a de família dentro do campo psicanalítico.

¹ Para os kleinianos, o processo de formação e desenvolvimento do eu é a identificação. Melanie Klein introduz o termo identificação projetiva para designar o mecanismo que se traduz por fantasias em que o indivíduo projeta sua própria pessoa, totalmente ou em parte, no interior do objeto, identificando-o com esta projeção. A identificação introjetiva é um mecanismo também fantasmático pelo qual o indivíduo introjeta o objeto ou parte dele, identificando-se com o introjetado. (Segal, 1965)

Lacan, em 1938, em seu texto, *Os Complexos Familiares* (1981), faz importantes considerações clínicas sobre o Complexo de Édipo, relacionando-as à psicopatologia das relações entre pais e filhos, analisando-as sob a luz de várias teorias: psicanalíticas, antropológicas e sociológicas. Reinventa, dessa forma, a família organizada, segundo imagos paternas e maternas, dando a essa organização, a responsabilidade pela humanização do indivíduo, pela criação da subjetividade. Mantém, assim, como simbólica, a revalorização do pai, mas opondo uma moral de obrigação a uma moral da aspiração.

O interdito da mãe é, para Lacan, uma obrigação fundamental. Interpretando a Esfinge do Mito de Sófocles, como a mãe, ao contrário de Freud, que a coloca como pai, Lacan pôde ver na morte da esfinge a emancipação das tiranias matriarcais e, assim, preocupar-se em separar o feminino do materno (Roudinesco 2002).

Lacan, posteriormente, nos seminários, *As Psicoses* (1955-1956/1988) e *As formações do inconsciente* (1957-1958/1999) e, no texto avulso, *O mito individual do neurótico* (1952-1953/s.d.), entre outros, desenvolve o conceito do Complexo de Édipo, tendo sempre o tema da “diferença virginal”¹ como paradigma de um gozo feminino contraposto ao domínio da ordem simbólica, tema este que será recorrente ao longo de seu pensamento. Desenvolve também o conceito de metáfora paterna e sua relação com a formação do sujeito, do simbólico e do inconsciente.

Quinet, (1990) em *Clínica da Psicose*, indica a articulação posterior da metáfora paterna feita por Lacan:

O Nome-do-pai, inscrevendo-se no Outro, lugar ocupado anteriormente pela ‘mãe-coisa’, não-simbolizada, permite a articulação entre o complexo de castração e o acesso ao simbólico no processo do Édipo. Por intermédio da metáfora paterna, a significação do falo é evocada no imaginário do sujeito. O

efeito da castração simbólica aparece no imaginário como falta: $(-\phi)$ Quinet, 1999, p.16).

¹Diferença Virginal – Para Lacan, este tema da diferença virginal provém da escolha de uma preponderância da ordem simbólica, no complexo de Édipo, tendo como acesso a ocultação do princípio feminino sob o ideal masculino, sendo a virgem o signo vivo de tal fato (Roudinesco, 2002).

Tendo em vista a pesquisa da acepção de família dentro do campo psicanalítico, teremos por objetivo sistematizá-la, segundo a teoria, permitindo-nos uma maior compreensão e articulação da mesma com a clínica, uma vez que a existente é insuficiente. Utilizaremos do conceito de complexo de Édipo para promovermos a articulação entre as concepções de família utilizadas pelos três autores psicanalíticos escolhidos: Freud, Melanie Klein e Lacan, assim como sua relação com os três registros lacanianos de Real, Imaginário e Simbólico.

Trabalharemos a acepção de família na teoria de Freud em três momentos. Inicialmente, na introdução, indicaremos os textos freudianos através dos quais escolhemos esclarecer as acepções de família e complexo de Édipo. Demonstraremos, sucintamente, o caminho percorrido por Freud, da família primeva à família edípica, pontuando a utilização dos mitos e da literatura para a construção do conceito de complexo de Édipo.

Passaremos, então, na parte 2, à família primeva em Freud, momento em que, em um breve histórico, percorremos os textos freudianos sobre a família primeva e suas relações com a civilização e com a religião. Concluiremos, na terceira parte, apresentando os textos de

Freud nos quais ele desenvolve o conceito do complexo de Édipo, pontuando aí as relações deste com a família.

No segundo capítulo, nós abordaremos a forma como Melanie Klein teorizou o complexo de Édipo, relacionando-o com a acepção kleiniana de família. Esclareceremos, na primeira parte, os conceitos de imago, phantasias e imaginário. Em seguida, discorreremos sobre os primeiros estádios do complexo de Édipo na obra kleiniana, salientando sua precocidade. Destacaremos, na terceira parte, o complexo de Édipo no menino e na menina. Finalmente, esclareceremos os conceitos de posição esquizo-paranoide e depressiva e suas relações com o complexo edipiano e com a família.

No terceiro capítulo, abordaremos, inicialmente, os primeiros conceitos de Jacques Lacan que, tomando os conceitos de complexos e de imagos, unindo-os ao conceito de interiorização do biólogo alemão, Jakob Von Mesekull, recria o conceito de imago. Posteriormente, Lacan irá utilizar os conceitos estruturalistas de Levi-Strauss para pensar a família psicanalítica como uma estrutura, nos registros do imaginário e simbólico. Por último, irá utilizar os nomes do pai como elementos do real, o que, como já citamos, apontam para posterior pesquisa.

Por fim, trataremos no capítulo quarto sobre a família na teoria psicanalítica. Através dos textos de Freud e Lacan que tratam diretamente da família. Demonstraremos que a família além de estar presente no próprio nascimento da psicanálise é, na verdade, objeto da pesquisa psicanalítica que investiga as relações entre pais e filhos a suas influências na formação da subjetividade, dos sintomas e das neuroses.

Nas perspectivas para o futuro iremos, para finalizar, mostrar as possibilidades de um tratamento psicanalítico com a família.

1 – A ACEPÇÃO DE FAMÍLIA EM FREUD ATRAVÉS DO COMPLEXO DE ÉDIPO

1.1 – INTRODUÇÃO

Percorremos os textos freudianos que trabalham a formalização do complexo de Édipo. A razão para isso reside no fato de que abordaremos as acepções de família, na teoria psicanalítica, pelo viés do complexo de Édipo. Portanto, necessitamos de uma compreensão clara deste conceito para, posteriormente, correlacionando-o à família, pontuar aí as relações entre o Édipo e o grupo familiar.

Freud introduz, na teoria, a noção de complexo de Édipo através de uma releitura do mito de Sófocles. Destacamos como o complexo de Édipo freudiano vem a ser estruturante da família, realçando a importância da acepção da família na teoria psicanalítica.

Freud trabalha a noção de família em dois momentos. Primeiro, a família primeva, sem lei, dominada por um pai terrível e violento. Podemos encontrar tal construção em seus textos: “*Totem e Tabu*” (1912-1913/1980), “*O futuro de uma ilusão*” (1927/1980) e “*Moisés e o Monoteísmo*”(1939/1980). Posteriormente, ele enfocará a família edípica em seus textos sobre complexo de Édipo, a saber: “*Três ensaios da teoria da sexualidade*” (1905/1980),

“Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna” (1923/1980), *“Romances familiares”*(1908/1909/1980), *“Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância”*(1910/1980), *“Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens”*(1910/1980), *“A organização genital infantil”*(1923/1980), *“A dissolução do complexo de Édipo”*(1924/1980), *“Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos”*(1925/1980).

Em 1897, ao abandonar a teoria da sedução¹, Freud menciona, pela primeira vez, o Édipo:

A lenda grega captou uma compulsão que todos reconhecem porque todos a sentiram. Cada expectador foi um dia em germe, na imaginação, um Édipo, e se aterroriza diante da realização de seu sonho transposto na realidade. Estremece diante de toda dimensão do recalçamento que separa seu estado infantil de seu estado atual (Freud, 1891 - 1899, pág. 191).

Portanto, o homem edipiano vai aparecer no momento da passagem, em Freud, de uma concepção traumática do conflito neurótico para uma teoria do psiquismo inconsciente. Formalizando o complexo de Édipo, a cena do desejo de incesto e do assassinato do pai inaugura, assim, o modelo de romance familiar que sustentará a família ocidental cristã por um século (Roudinesco, 2002).

Para Freud (1912-1913/1980), a concepção da família é, portanto, fundamentada no assassinato do pai pelo filho, na rivalidade deste em relação com o pai, no questionamento da onipotência patriarcal e na emancipação das mulheres e do desejo. Esses acontecimentos arcaicos serão revividos no *Oedipus-Komplese*, mencionado por Freud, pela primeira vez, no texto, *“Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens”* (1910/1980). Com o

¹ A teoria da sedução representava um modelo metapsicológico elaborado por Freud entre 1895 e 1897, que ele abandonou em seguida e que conferia um status etiológico à recordação de cenas reais de sedução no aparecimento das psicose (Mijolla, 2002).

complexo de Édipo, Freud assegura o funcionamento simbólico da família, substituindo o pai real morto, que mantinha mais poderes sob forma de totem. Mesmo tendo assassinado o pai, os filhos não tiveram acesso ao gozo que imaginavam que o pai tinha e isso é o que torna o pai representado e, portanto, simbólico.

Retomando Hamlet, Freud o associa ao Édipo para construir melhor o complexo, criando um personagem inconsciente (Édipo) em fusão com um elemento consciente (Hamlet). Podemos dizer que Édipo estava para a teoria assim como Hamlet está para a clínica. Freud se utiliza do personagem Hamlet, de Shakespeare, para representar o sujeito culpado de seu inconsciente. Dessa forma, somando-o a Édipo, acrescenta-se ao complexo um neurótico paralisado por escrúpulos e remorsos. Esse fato aproxima Édipo dos fenômenos clínicos. Do ponto de vista do descentramento da subjetividade, inventada por Freud para pensar a família edípiana, a tragédia de Hamlet completa magnificamente a do rei de Tebas.

Frente à decadência da vida familiar burguesa, Freud lança mão do complexo de Édipo para restaurar a família enquanto instituição, agora simbólica e inconsciente. A Lei do pai (simbólica) remete a um sujeito culpado de seu desejo (inconsciente). Completando a criação de seu complexo, Freud adiciona a Édipo (inconsciente) e Hamlet (culpa do desejo) os irmãos Karamazov (o assassinato do pai real) (Roudinesco, 2002).

Questionando a morte do pai, Freud nos remete ao pai totêmico, primevo, devorador e criminoso, em sua grande obra *Totem e Tabu* (Freud, 1912-13/1980). Nela o autor torna o complexo de Édipo universal, por ligá-lo aos dois interditos fundamentais da cultura: a proibição de matar o pai e a proibição do incesto. Conseqüentemente, o poder na sociedade pode ser centrado em três imperativos: um ato fundador (morte do pai), necessidade da lei (punição) e renúncia ao despotismo do pai tirano da horda selvagem. Na evolução do

indivíduo, esses três imperativos têm como consequência, três estágios: no período animista, onipotência e narcisismo infantil; na fase religiosa, poder divino e paterno e, finalmente, na época científica, *o logos* (Roudinesco 2002).

A família freudiana, tendo por base a culpa e a lei moral, fundamenta o desejo entre condições conflitantes de autoridade, rebeldia, crime e castigo. Essa nova concepção de família, do início do século XX, será capaz de lidar não só com o declínio da autoridade paterna, mas também com a emancipação da subjetividade, o que ela apresenta como seu cerne o amor, o desejo e a sexualidade, o que implica no reconhecimento do inconsciente e da própria subjetividade.

O complexo de Édipo funda uma estrutura psíquica de parentesco que tem como centro a lei da aliança e da filiação. Amor e trabalho, Eros e Ananké fundam a cultura. Por submeter o sujeito à lei simbólica de um pai interiorizado e desvinculado da tirania patriarcal, a família leva o filho a entrar em conflito com ela mesma (Roudinesco, 2002).

De acordo com Roudinesco (2002), admitindo a universalidade de uma estrutura edipiana de parentesco, Freud nos permite dar conta da natureza inconsciente das relações de ódio e de amor entre homens e mulheres, pais e filhos, ao rearranjar a ordem patriarcal em torno da questão do desejo. Dessa forma, transfere a antiga soberania patriárquica para uma nova ordem simbólica. E apesar de a psicanálise ter como esteio a crença de que o desejo é, ao mesmo tempo culpado e necessário ao homem e de que necessariamente é preciso sublimar para criar a civilização, Freud não desfez o vínculo entre desejo sexual e procriação e, dessa forma, não reconheceu a força de ruptura de sua teoria. Por outro lado, ele teoriza a passagem do filho-objeto para o filho-sujeito, permitindo a progressiva separação entre sexo

e procriação, uma vez que o filho, enquanto sujeito, é desejante e, portanto, se guiará pela ética do desejo (Freud, 1929-30/1980).

1. 2 A FAMÍLIA PRIMEVA EM FREUD: UM BREVE ESBOÇO HISTÓRICO

Percorreremos os textos freudianos que versam sobre a família primeva e suas relações com a civilização e a religião. Percurso que descreveremos de maneira breve e histórica, o que se justifica pelo fato de que a família Primeva, anterior à edípica, caracteriza-se pela ausência da lei e pelo império de um pai não submetido à mesma, um pai devorador e incestuoso. Mas, durante esse percurso, ficou clara a relação entre a família primeva, a herança arcaica e o Complexo de Édipo, núcleo da família moderna e conceito estruturante da mesma na teoria psicanalítica.

A relação entre a família primeva e o complexo de Édipo pode ser apreendida facilmente na seguinte afirmativa de Freud: (...) *supor que a tumultosa malta de irmãos estava cheia dos mesmos sentimentos contraditórios que podemos perceber em ação nos complexos-pai¹ ambivalentes de nossos filhos (...)* (Freud, 1912-1913/1980, p. 171).

Freud indica aí que o essencial, contudo, é nos reconhecermos nos primitivos por meio das mesmas atitudes que observamos com os nossos filhos. Supomos que eles, os filhos, não apenas odiaram e temeram o pai, mas também o olharam como modelo e cada um deles, na realidade, desejou ocupar seu lugar. É possível que, após o parricídio, os irmãos disputassem uns com os outros a herança do pai, até se estabelecer um acordo entre eles, um contrato social. Cada um renunciou ao seu ideal de adquirir a posição do pai e, com isso,

¹ O termo complexo-pai é utilizado por Freud no período de 1910-1913, para designar os sentimentos de culpa e de angústia de castração referidos ao pai, num sentido estritamente ligado ao do termo complexo de Édipo (Mijjola, 2002).

possuir a mãe e as irmãs. Surge, assim, o tabu do incesto e a exogamia (Freud, 1912-1913/1980).

Freud faz, assim, a relação entre o banquete totêmico, a morte do pai e o aparecimento da lei, do remorso e da culpa. Em sua interpretação, o pai morto torna-se mais forte que o fora vivo. Os filhos, para se livrarem parcialmente da culpa da morte do pai, proíbem a morte do totem, substituto da morte do pai. E, abrindo mão das mulheres, criam, a partir desse sentimento de culpa filial, os dois tabus fundamentais do incesto e do totemismo. Estes dois tabus, originários da moralidade, situam-se, psicologicamente, em níveis diferentes: o primeiro na morte do pai, e o segundo, na proibição do incesto.

Para sabermos como a vivência da morte antropofágica do pai primevo se encontra de alguma forma presente nas organizações sociais, famílias e sujeitos da modernidade, como nos ensina Freud, necessitamos examinar uma questão filogenética: a herança arcaica¹. Representando o fator constitucional no sujeito, a herança arcaica, disposição inata, é a capacidade e tendência do indivíduo, de em determinadas linhas específicas de desenvolvimento, reagir de maneira específica a certos estímulos.

No Complexo de Édipo, reparamos no sujeito a presença dessa herança. As reações da criança durante o Édipo não se apoiam apenas no que experimentaram, mas no modelo de um acontecimento filogenético que traz elementos arcaicos vinculados a experiências de gerações anteriores. Por isso, podemos isolar um tema central: os traços de memória de gerações anteriores. Para ingressar na herança arcaica como recordação, o acontecimento

¹ O termo em questão corresponde ao instinto (*instinkt*) dos animais, ainda que distinto em extensão e conteúdo. Essa herança filogenética traz a vivência da família primeva, a morte do pai totêmico e a criação dos tabus de incesto e morte do totem (Roudinesco, 1998).

deve ser de grande importância, frequentemente repetido ou, ambas as hipóteses: um acontecimento de grande importância e frequentemente repetido.

Contudo, o importante é despertar os traços de memória por uma repetição real. Tal reativação, levada a termo pelo Complexo de Édipo, aponta para a passagem do sensório ao intelectual, passo decisivo que indica também a passagem da natureza (sentidos) para a cultura (inteligência). No Complexo de Édipo, vivido na família, reedita-se a renúncia pulsional sob a pressão da autoridade paterna e, posteriormente, da instância que substitui e prolonga o pai: o supereu¹.

Portanto, após a instalação da nova ordem (fraterna), inicia-se um desenvolvimento que tem como característica o retorno do recaiado. Os precipitados psíquicos (herança arcaica) do período primevo passam a ser propriedade herdada, o que em cada nova geração não exige a aquisição, mas apenas um despertar. Na criança, a ambivalência, que se constitui como parte essencial da relação com o pai, sustenta a hostilidade presente e desperta o crime primordial do pai totêmico, no sentido de apontar para as mesmas estruturas edípicas também presentes nas proibições de tabus totêmicos. Configurando, assim, a família totêmica como primórdio da família edípica, examinaremos agora a questão do tabu.

¹Supereu - Conceito criado por Freud para designar uma das três instâncias da segunda tópica juntamente com o eu e o isso. O supereu mergulha suas raízes no isso e, de maneira implacável, exerce as funções de juiz e sensor em relação ao eu (Roudinesco, 1944, p.744.).

O significado de tabu diverge em dois sentidos ambíguos: por um lado, significa sagrado, “consagrado” e, por outro, “misterioso”, “perigoso”, “proibido”. Como código de leis não-escrito mais antigo da humanidade, o tabu traz em si um sentido de algo inabordável, expresso em proibições e restrições. Frente a ele, os homens reagem ambigualmente: desejam violá-lo, mas temem fazê-lo. Portanto, a base do tabu é uma ação proibida para cuja realização existe forte inclinação inconsciente. Prevalece no tabu a ambivalência emocional entre desejo e proibição, o amor e a hostilidade.

Logo, podemos afirmar que a consciência tabu¹ é a forma mais remota do fenômeno da consciência. Freud (1912-1913/1980) afirma, sem qualquer distinção dos sentidos dos termos, que falar de uma consciência tabu ou, após um tabu ter sido violado, de um senso de culpa ou consciência de culpa tabu. “A consciência tabu é provavelmente a forma mais remota em que o fenômeno da consciência é encontrado” (Freud, 1912-1913/1980, p.89). No tabu podemos observar a questão da consciência de culpa tanto na condição interna quanto em um ato pelo qual realizamos um determinado desejo. O senso de culpa não é menor se a violação ocorrer sem o conhecimento do sujeito ou mesmo contra sua intuição. Portanto, a proibição incide não apenas no ato, mas, muito mais, no desejo subjacente que, sendo inconsciente, obedece às leis de funcionamento do mesmo, entre elas a atemporalidade e a indestrutibilidade.

Podemos notar como Freud, já nesses textos em que trabalha a família primeva, introduz dois conceitos fundamentais para o posterior desenvolvimento da teoria do Complexo de Édipo: o desejo¹ e o inconsciente³

¹ Consciência tabu – Freud (1912-1913/1980) diz que podemos afirmar sem qualquer distinção dos sentidos dos termos, que falar de uma consciência tabu ou, após um tabu ter sido violado, de um senso de culpa ou

É importante ressaltar que em seu texto “*Totem e Tabu*” Freud, (1912-1913/1980) diferencia o sistema totêmico do familiar. O laço totêmico é mais forte que o da família, no sentido moderno. Os dois não coincidem, já que o totem é, via de regra, herdado pela linhagem feminina. E, o mais importante, as restrições do tabu proíbem os membros do mesmo clã de casar-se ou ter relações sexuais uns com os outros. Logo, inicialmente, as proibições incidiram sobre as relações incestuosas fraternais e com a mãe, e só posteriormente regulariam as relações dos filhos com o pai.

O tabu do incesto é, portanto, uma proibição aos homens de fazer aquilo a que suas pulsões os inclinam, pois, já aquilo que a natureza proíbe, é supérfluo que a lei o faça. Logo, a proibição do incesto não deve ser entendida como uma medida de higiene e eugenia, mas como uma proibição que incide sobre o desejo.

A fim de relacionar a família totêmica com a família atual, Freud (1912-1913/1980) nos remete à fobia de crianças, em que aparecem, em inversão, algumas características do totemismo, a identificação total do pai com o animal totêmico (fóbico) e a vivência emocional e ambivalente para com esse ancestral comum. O papel do totem é desempenhado

consciência de culpa tabu. A consciência tabu é provavelmente a forma mais remota em que o fenômeno da consciência é encontrado (Freud, 1912-1913/1980, pág. 89).

² O conceito de desejo é empregado por Freud, no contexto de uma teoria do inconsciente, para designar ao mesmo tempo a propensão e a realização da propensão. O desejo é a realização de um voto inconsciente e, portanto, está suscetível às leis de funcionamento do inconsciente, sobretudo, deslocamento e condensação (Laplanche e Pontalis, 1965).

³ No sentido tópico, inconsciente designa um dos sistemas definidos por Freud no quadro de sua primeira teoria do aparelho psíquico: é constituído por conteúdos recalçados aos quais foi recusado acesso ao sistema pré-consciente – consciente pela ação do recalçamento (recalque primário e recalque secundário) (Laplanche, Pontails, 1965).

pelo pai no complexo de castração e no complexo de Édipo¹(1924/1980), papel de um inimigo temível aos interesses sexuais da infância. As principais leis do totemismo – não matar o totem e não ter relações sexuais na mesma casa totêmica - coincidem com os dois crimes de Édipo, matar o pai e casar com a mãe. Portanto, o sistema totêmico é produto das mesmas condições presentes no complexo de Édipo. Ele possibilitará um pacto entre o pai, que se comprometia a proteger e cuidar da prole, e os filhos, que prometiam o respeito à vida do pai. Além disso, a proibição do incesto é o que permitiria, por intermédio da renúncia pulsional, o acesso à civilização.

Freud (1912-1913/1980) faz aqui a relação entre banquete totêmico, a morte do pai e o aparecimento da lei, do remorso e da culpa. Em sua interpretação, o pai morto torna-se mais forte do que o fora vivo. Os filhos, para se livrarem parcialmente da culpa da morte do pai, proibem a morte do totem, substituto do pai e, abrindo mão das mulheres, criam, a partir desse sentimento de culpa, os dois tabus fundamentais do totemismo, correspondentes aos desejos recalcados no complexo de Édipo. Os dois tabus estão, do ponto de vista psicológico, em níveis diferentes: o primeiro, a morte do pai é apenas emocional: “o pai fora realmente eliminado e em nenhum sentido real o ato poderia ser desfeito” (Freud 1912-1913/1980, p.172) o segundo, a proibição do incesto, é prático, permitindo, por meio da renúncia pulsional, o acesso à civilização.

A ambivalência presente no complexo-pai é também encontrada no totemismo, nas religiões e nas regras morais predominantes. Como é necessário direcionar o vértice da

¹ Complexo de Castração, termo utilizado por Freud para significar o sentimento inconsciente de ameaça (angústia de) vivenciado pela criança ao constatar a diferença anatômica entre os sexos. Complexo de Édipo é a representação inconsciente pela qual se exprime o desejo sexual ou amoroso da criança com o progenitor do sexo oposto, e seus sentimentos de hostilidade para com o progenitor do mesmo sexo (Roudinesco, 1994).

agressividade, à proibição do incesto soma-se a proibição da morte do totem, o que indica que totemismo e exogamia são intimamente ligados e têm a mesma origem. Freud explica essa ambivalência: *a refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição, e uma comemoração desse ato fundamental e criminoso que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião* (Freud 1912-1913/1980, p. 103). A religião totêmica, por meio da introdução das divindades paternas, gradualmente transforma uma sociedade organizada em uma sociedade de base patriarcal.

Embora a organização social, portanto, familiar, tenha aparecido sob o pilar do sistema matriarcal, as conquistas sociais do clã fraterno persistem e se desenvolvem, marcando a distância entre o pai da família moderna e o onipotente pai primevo da horda. O banquete totêmico permite que a atitude ambivalente para com o pai encontre expressão e acentue ainda mais a das emoções afetuosas do filho sobre as hostis; a derrota e sujeição do pai tornam-se o estofado da representação de seu triunfo supremo ao introduzir, na organização social, a vivência simbólica do crime e do castigo, do ato e da lei. Esse acontecimento fundador, primordial, o assassinato do pai primevo, deve, inexoravelmente, ter deixado traços inerradicáveis na história da humanidade, dando origem a numerosos substitutos, em que sempre encontramos a culpa presente na rebelião contra alguma autoridade, divina ou humana. Insistimos, portanto, com Freud que o começo da religião, da moral, da sociedade converge para o complexo de Édipo (Freud, 1912-13/1980).

1.3 – O COMPLEXO DE ÉDIPO

Em suas cartas a Fliees, Freud já menciona a questão do Complexo de Édipo. Na carta 57 (Freud, 1987-1980), Freud comunica a Fliees o lugar do pai no “romance familiar” da histérica :

(...) nos pacientes histéricos, reconheço o pai por trás de seus elevados padrões referentes ao amor, de sua humildade para com o amante, ou da sua incapacidade de casar, porque seus ideais não são satisfeitos. Naturalmente, o fundamento disso é a altura a partir da qual um pai olha com superioridade para o filho (p. 333).

Inicialmente relacionado apenas à paranoia, o conceito de romance familiar é estendido aos neuróticos em geral, principalmente em seu artigo, *Romances Familiares* (Freud, 1909/ 1980).

Mas encontramos, na carta 71(Freud 1897/1980), uma descrição mais cuidadosa das relações entre a criança e seus pais. Freud afirma considerar um evento universal, do início da infância, a paixão pela mãe e o ciúme do pai como vivência mais precoce no caso das crianças que desenvolveram a neurose histérica. Menciona, pela primeira vez, o mito grego de Édipo: “Sendo assim, *podemos entender a força avassaladora de Oedipus-Rex*, apesar de todos as objeções levantados pela razão contra pressuposição do destino” (Freud, 1897/1980, p.365).

Freud acentua a universalidade do mito grego ao afirmar que a compulsão captada por Édipo é reconhecida por toda pessoa, porque sente sua presença dentro de si, temendo a realização do sonho edípico e, portanto, repetimos a citação de Freud:

Cada pessoa da plateia foi um dia, em germe ou na fantasia, exatamente um Édipo como esse, e cada qual recua, horrorizada, diante da realização de sonho aqui transposta para a realidade com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil de seu estado atual (Freud, 1897/1980, p. 112).

Freud adiciona, então, o herói shakespeariano, Hamlet, mostrando que na base dessa trama se encontra a história de Édipo. Justifica a impossibilidade de Hamlet vingar o pai

assassinado pelo seu tio, devido ao tormento de que padece com a lembrança de que ele próprio planejou matar o pai, por causa da paixão pela mãe.

Porém, para entender como Freud desenvolveu o conceito de complexo de Édipo, e, concomitantemente, a acepção de família, é necessário acompanhar sua progressiva construção da teoria da sexualidade. No texto, *Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna* (Freud, 1908/1980), encontramos a relação da sexualidade com a civilização, mais especificamente com a repressão nociva da vida sexual e com a moral sexual civilizada que a rege. Podemos, portanto, considerar já, desde aí, o fator sexual como causa das neuroses, sejam as neuroses propriamente ditas ou psiconeuroses.

Nossa civilização se sustenta sobre a supressão das pulsões, sendo as sexuais as mais vigorosamente desenvolvidas, como também as mais constantes, e as que colocam à disposição da cultura uma extraordinária quantidade de energia. Além disso, essas pulsões apresentam grande capacidade de sublimação, ou seja, de trocar seu objeto sexual original por outro, não mais sexual, mas psiquicamente relacionado ao primeiro, o que libera grande possibilidade de deslocamento de energia sexual para fins culturais. Logo, para Freud, a civilização é construída à custa da sexualidade (Freud, 1908/1980).

Considerando a evolução da pulsão sexual, do autoerotismo ao genital, passando pelo objetual, Freud destaca, em sua época, a existência de três estádios que dizem respeito à sexualidade: um primeiro, no qual a pulsão sexual pode manifestar-se livremente; um segundo, no qual a pulsão sexual é suprimida, exceto quando serve à procriação; e o terceiro, que corresponderia à moral sexual civilizada atual, com exceção do primeiro estádio o da pulsão sexual liberada, o indivíduo, devido a sua organização, encontra dificuldades maiores ou menores para responder à exigência de recalque da pulsão sexual.

No terceiro estágio, o da moral sexual civilizada atual, em que observamos a exigência de abstenção sexual até o casamento, é possível afirmar que a maioria dos indivíduos sucumbe à neurose. É este preceito de abstinência até o casamento que nos interessa mais de perto, porque está inteiramente relacionado com a formação da família, na época de Freud, em nossa sociedade. O medo do ato sexual acarreta, inicialmente, o término da afeição física do casal e, posteriormente, destrói a afinidade psíquica que deveria substituir a paixão inicial. Assim, o matrimônio, no século XIX, oferecido à pulsão sexual do indivíduo como uma consolação, é inadequado, mesmo para compensar as privações sexuais anteriores. Principalmente às mulheres, a sociedade vitoriana não só proíbe as relações sexuais, como premia a preservação da castidade, conservando-as ignorantes do papel sexual que irão desempenhar no casamento. Seus sentimentos permanecem presos aos seus genitores, cuja autoridade acarretou a supressão da sexualidade. Além disso, a família civilizada, anula a vida sexual do casal, principalmente, com a transferência do amor da mãe para o filho. O relacionamento difícil dos pais produz a vivência intensa de sentimentos de amor e ódio na criança e, assim, abre caminho para a neurose e a consequente frustração dos objetivos da civilização (Freud 1908/1980).

Vemos, assim, que, para Freud (1908/1980), existe uma semelhança e uma associação entre os mecanismos utilizados pela família e pela civilização no recalque e o posterior deslocamento da pulsão sexual para objetos substitutos.

Para Freud (1908-1980), essa vivência do complexo de Édipo é acompanhada da formulação, feita pela criança, de uma série de teorias sexuais que têm como eixo sua curiosidade sobre a origem dos bebês. O material que lhe serve de base para essas afirmações tem sua origem, primeiro, na observação direta das crianças, bem como no relato das

lembranças de infância, que os neuróticos adultos, conscientemente, fazem durante o tratamento psicanalítico (Freud, 1908-1980).

É claro que temos de levar em conta que as pressões da educação e a variável intensidade da pulsão sexual produzem grandes mudanças individuais no comportamento sexual da criança e, sobretudo, influenciam a época do reaparecimento do interesse sexual da mesma. Mas, sem dúvida, tal interesse sofre um incremento com a experiência próxima do nascimento de um bebê. Como para a criança suas lembranças mais antigas já incluem um pai e uma mãe, ela aceita a existência destes como uma realidade indiscutível; mas, com a entrada de um irmãozinho, a perda, realmente experimentada ou temida, dos carinhos dos pais, e o pressentimento de que, de agora em diante, terá sempre que compartilhar seus bens, atenção e carinho com o recém-chegado despertam suas emoções e aguçam sua capacidade de pensamento (Freud, 1908-1980).

O centro dessa primeira preocupação, que leva a criança a refletir sobre a vida, é a pergunta: ‘De onde vêm os bebês?’ – indagação cuja forma original certamente era ‘De onde vem esse bebê intrometido?’ (Freud, 1908/1980, pág. 216).

Para responder essa pergunta, que para a criança é uma questão de vida, ela utiliza não só a observação do comportamento e a fala dos adultos, como de seu corpo e de suas emoções para formular uma resposta. A conclusão só poderia ser uma: que os bebês crescem no interior do corpo da mãe. O novo enigma com o qual a criança se defronta é ‘Como vão os bebês parar dentro do corpo da mãe?’ A criança percebe que o pai tem algo a ver com esse fato, mas sua própria sexualidade indica também que o pênis está presente nessa questão,

pois na constituição sexual da criança, o pênis é a principal zona erógena¹ e o mais importante objeto sexual autoerótico². Desse fato advêm as mais variadas teorias sexuais, desde a mutilação fálica das mulheres, até o ato sexual dos pais, que é encarado como uma agressão do pai para com a mãe. Se não existe órgão sexual feminino, a mãe tanto incorpora o pênis pela boca ou ânus, quanto pare a criança pelo ânus (Freud, 1908-1980).

Outra questão, indiretamente, associada com o insolúvel problema da origem dos bebês também requer das crianças teorias que lhes respondam à questão da natureza e do conteúdo do casamento. A maioria das ideias infantis veem no casamento uma promessa de prazer obtido pela ausência de pudor nas relações sexuais do casal.

Finalmente, Freud nos indica que *os conhecimentos que as crianças adquirem dessa forma são na maior parte corretos, porém as revelações que trocam entre si são freqüentemente mescladas com idéias falsas e resíduos de teorias sexuais infantis anteriores* (Freud, 1908/1980, p. 109).

A essas fantasias imaginárias acerca da sexualidade soma-se, concomitantemente, o que Freud chamou de romance familiar. Nos primeiros anos da vida familiar, a criança tem como principal desejo igualar-se aos pais, que são idealizados por ela. Com o crescimento e o desenvolvimento intelectual, passa a desmitificar tal ideal e opor-se a ela. Esse resultado de oposição tem a contribuição dos impulsos mais intensos da rivalidade sexual, que aparece em fantasias de adoção, sentimentos referentes a uma suposta negligência, ciúmes fraterno. Porém, nesse momento, evidencia-se a influência do sexo, pois, no menino existe maior

¹ Este termo designa a região do corpo investida libidinalmente (pulsão sexual), cuja excitação é acompanhada por um prazer sexual (Mijola, 2002, p. 138).

² Consiste na escolha do próprio corpo, ou parte dele, como objeto sexual. Toda pulsão sexual parcial busca satisfação no próprio corpo (pulsão oral-sucção prazerosa). (Mijola, 2002, p. 235).

tendência a sentir impulsos hostis contra o pai, com maior desejo de libertar-se dele (Freud, 1908-1980). Esse momento de afastamento dos pais pode ser descrito no romance familiar do neurótico, raramente lembrado conscientemente, contudo, presente no mundo fantasmático dos indivíduos. Essa atividade imaginativa emerge no brincar da criança e, posteriormente, no período da puberdade, nos devaneios que constituem uma realização de desejo, como também uma retificação da vida real. São dois os objetivos principais desses devaneios: um erótico e um ambicioso. Para alcançá-los, a criança precisa substituir seus pais, não-idealizados, por outros, em geral de elevada posição social. Normalmente, isso ocorre em uma época em que a criança ainda ignora os determinantes sexuais da procriação.

Numa segunda fase do Édipo, quando é entendido o ato sexual, o romance familiar passa a ter uma curiosa restrição. Contenta-se em exaltar o pai. Nesse estágio sexual do romance familiar, a criança tende a se imaginar em relações e situações eróticas, respondendo a um desejo de colocar a mãe em situações de infidelidade, somando esse novo desejo ao de vingança e retaliação presentes no estágio anterior.

Se estiverem presentes outros interesses, como, por exemplo, o desejo por uma irmã, estes podem determinar o curso do romance familiar, já que sua multiplicidade de formas permite-lhe satisfazer toda uma série de requisitos.

Entretanto, sob esses sentimentos hostis de infidelidade e ingratidão, a criança conserva a antiga afeição por seus pais. Examinando o mais comum desses romances, o de substituição dos pais por indivíduos de melhor situação, ver-se-á que a criança atribui a esses novos e aristocráticos pais qualidades que se originam de recordações reais de seus pais mais humildes e verdadeiros. A criança traz do passado o pai nobre e forte, e a mãe mais linda e amável. Portanto, ela dá as costas ao pai real do presente para voltar-se ao pai dos seus

primeiros anos. Importante notar que assim como para o complexo de Édipo, também nas teorias sexuais infantis e no romance familiar, Freud sempre estabelece o contraponto da realidade como elemento desencadeador da herança arcaica. No romance familiar, a família da realidade se apresenta como um suporte para a família imaginária.

A esses dois elementos anteriores, teorias sexuais infantis e romances familiares, Freud adiciona mais um elemento na composição do complexo de Édipo: as lembranças advindas de vivências, nos primeiros anos de vida, na família. Trabalha as experiências das vivências infantis, bem como as fantasias, daí, advindas e suas consequências na formação do caráter, a partir de um notável artista, no texto, “*Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*” (Freud, 1910/1980).

Em *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*, encontramos a ligação feita por Freud da ausência do pai nos primeiros anos de vida de Leonardo e sua sede de pesquisa e conhecimento. Essa relação é feita através do vínculo intenso da criança com a mãe, de sua pulsão prematura para o conhecer, sem a oposição de um pai que, normalmente, cerceia na criança esse impulso, exatamente por punir ou não reforçar a pesquisa sexual.

Da mesma forma, Freud associa a ausência e o abandono do pai de Leonardo, durante os cinco primeiros anos da sua vida, à vagareza, que era presente no trabalho de Leonardo aparecendo como um sintoma de inibição e um prenúncio de seu subsequente abandono da obra.

Entretanto, o mais importante desse texto é a relevância que Freud (1910-1980) dá às lembranças da infância, às quais, diferentemente das lembranças conscientes da idade adulta, não se fixam no momento da experiência, sendo depois repetidas, mas, surgem somente no final da infância, repletas de alterações e falsificações que respondem a interesses ulteriores

e, assim, geralmente, não poderão ser diferenciadas da fantasia. Contudo, mesmo com todas as distorções, essas fantasias representam a realidade do passado. A lembrança que o indivíduo acredita ter da infância, esses restos de recordações incompreensíveis para o sujeito, encobrem indicações dos traços mais importantes para o seu desenvolvimento.

Como vimos, para Freud, as vivências dos primeiros anos e suas recordações são recuperadas pelos indivíduos como fantasias. Logo, podemos concluir que a realidade familiar ou edípica é, na verdade, realidade psíquica, exatamente por só poder ser acessível através de uma fantasia.

Freud cita a recordação de infância na qual Leonardo responsabiliza o seu interesse pelo voo dos abutres a uma recordação descrita por ele, de acordo com Scognamiglio, numa passagem acerca do vôo dos pássaros:

Parece que já era meu destino preocupar-me tão somente com abutres; pois guardo como uma das minhas primeiras recordações que, estando em meu berço, um abutre desceu sobre mim, abriu-me a boca com sua cauda e com ela, fustigou-me repetidas vezes os lábios. (Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância apud Freud, (1910/1980, pág. 97, Den Dulk et al).

Através dessa recordação de Leonardo, Freud analisa as lembranças inteligíveis da infância e as fantasias que delas resultam, concluindo: *O nosso objetivo, ao analisar uma fantasia da infância, é separar o elemento mnemônico real, que ela contém, dos motivos posteriores que o modificam e o distorcem* (Freud, 1910/1980, p. 84). Aqui, encontramos-nos em um ponto conclusivo, no caminho percorrido por Freud, para a construção do conceito de complexo de Édipo. Passamos pelas teorias sexuais infantis, que têm como contribuição as ideias das crianças sobre a sexualidade e o casamento, somamos a elas as fantasias sobre a família, contidas nos romances familiares e, por fim, adicionamos a valiosa contribuição das lembranças advindas das recordações da infância, para entendermos como a realidade

familiar é expressa através da realidade psíquica. Acompanhamos, anteriormente, a construção por Freud, da teoria da sexualidade, visando, assim, à teorização do complexo de Édipo e, portanto, da família.

Agora, percorreremos os textos que versam sobre a escolha de objeto sexual e a genitalidade infantil. Ressaltaremos as diferentes maneiras de vivência do complexo de Édipo. Daremos continuidade ao nosso trabalho de pontuação das relações entre os conceitos estudados (complexo de Édipo) e o conceito de família. É no texto: “*Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (contribuições à Psicologia do amor I)*” que Freud (1910 / 1980) utiliza, pela primeira vez, o nome Complexo de Édipo. Nele, Freud demonstra que a escolha de objeto de amor tem como origem o complexo de Édipo e as relações familiares da criança com o pai e a mãe: (...) Ele começa a desejar a mãe para si mesmo, no sentido com o qual, há pouco, acabou de se inteirar, e odiar, de nova forma, o pai como um rival que impede esse desejo; passa, como dizemos, ao controle do “Complexo de Édipo” (Freud, 1910/1980, p. 154).

Exatamente para falar sobre esse “desejo” da criança, Freud (1910/1980) discute tipos de escolhas de objetos de amor que se caracterizam por serem desconcertantes em suas pré-condições. A primeira dessas pré-condições é a de que deva existir uma terceira pessoa prejudicada, ou seja, o marido da mulher amada. A outra pré-condição aparece, geralmente, em conjunção com a primeira: a mulher deve ter reputação moral duvidosa ou ser prostituta. Ambas fornecem, respectivamente, oportunidade para a rivalidade e o ciúme, e também trazem, em sua estrutura de funcionamento, a situação triangular já vivida pelo indivíduo em sua infância. Em exemplos muito claros, o amante não aparenta qualquer desejo de exclusividade e sente-se, perfeitamente, à vontade na situação triangular. As características

deste tipo de escolha de objeto são sua natureza compulsiva, que tem, como resultado, a formação de uma extensa série desses relacionamentos e a ânsia de salvar a mulher amada (Freud, 1910 / 1980).

Essa estranha escolha de objeto, essa maneira tão diferente de se comportar no amor, também os amores ditos normais, têm sua origem no complexo de Édipo, advêm do protótipo de objeto infantil, a mãe, que detém a libido a ela ligada, imprimindo, no objeto de amor do indivíduo, caracteres ternos, transformando-os em substitutos reconhecíveis da mãe (Freud, 1910 /1980).

Freud (1910 / 1980) nos indica que, na primeira pré-condição, isto é, quando uma terceira pessoa é prejudicada, no funcionamento triangular da escolha do objeto, emerge a vivência amorosa com a mãe. A criança cresce no círculo familiar, em que o pai e a mãe são únicos e insubstituíveis, o que traz, como consequência a supervalorização da pessoa amada e leva o indivíduo a considerá-la única, fazendo, desses objetos amorosos, uma série infundável. É, simplesmente, porque o objeto amoroso sendo substituto não satisfaz, por não conseguir produzir a satisfação procurada pela substituição da mãe, primeiro objeto-alvo do desejo.

Mezan (1991), em *Freud: A Trama dos Conceitos*, fala da importância deste texto freudiano (*Um Tipo Especial de Escolha de Objeto Feita Pelos Homens*): *A temática recebe um novo impulso com o artigo de 1910, sobre um tipo especial de escolha de objeto no homem* (Mezan, 1991, p. 191.).

E, comentando sobre a importância do texto na construção teórica do complexo de Édipo, Mezan (1991) acrescenta:

Este texto introduz o termo “complexo de Édipo” e o relaciona explicitamente com a puberdade. Freud escreve que as revelações sexuais, que situamos nos anos

imediatamente anteriores à puberdade, despertam no menino as recordações de suas impressões e desejos infantis mais precoces, reanimando conseqüentemente determinados impulsos psíquicos (Mezan, 1991, p. 192).

Assim, como ressaltamos, a sistematização do conceito de complexo de Édipo por Freud passa pelos romances familiares, como também pelas teorias sexuais infantis, fantasias e lembranças da infância. Mezan também comenta: *Assim, vemos como elementos do complexo de Édipo vão sendo apresentados de forma esparsa, como que representando produtos marginais da investigação analítica* (Mezan, 1991, p. 193).

Finalmente, devemos esclarecer a última característica desse tipo de escolha de objeto proposta por Freud: a ânsia de salvar a mulher amada. Este desejo tem sua própria história e significado separados do complexo materno. A tendência de redimir a mulher remete ao complexo paterno: os afetos advindos da dívida irredimível de ter recebido a vida dos pais geram o desejo de retribuir e recompensá-los. Em relação ao pai, esse desejo é responsável pela fantasia de salvar o mesmo do perigo e de proteger-lhe a vida. Ao mesmo tempo, traz o movimento de hostilidade: nada devo ao meu pai, pois ele me deu a vida; mas salvando-o, quito a minha dívida. Essa mesma fantasia com a mãe, de resgatar o presente da vida dela recebido, apresenta-se sobre o desejo de dar-lhe um filho, igual a ele próprio, vivenciando o desejo de ser seu próprio pai, identificando-se com ele.

Logo, o tema do salvamento varia do menino à menina: significa, no menino, o desejo de fazer uma criança, e, na menina, o desejo de dar a luz. Este complexo parental vivido pela criança em sua família determinará sua maneira de lidar com o amor, o desejo e a escolha de objeto.

A importância da escolha de objeto já pôde ser observada na infância, como nos demonstra Freud (1923-1924 /1980), no texto: “*A organização genital infantil*”. Ele comenta

que a maior aproximação que a criança alcança da vida sexual do adulto ocorre com a escolha de um objeto para o qual a criança dirige a totalidade de suas pulsões parciais. Este objeto escolhido permite a ela alcançar seus objetivos pulsionais.

Tão importante como os demais itens na formulação da teoria da sexualidade são as teorias sexuais, os romances familiares e as recordações infantis, bem como a escolha de objeto e a posterior teoria da identificação, teoria esta que vem permitir a passagem para uma nova etapa da conceitualização do complexo de Édipo.

Mezan (1991), em seu texto: *Freud: a Trama dos Conceitos*, comenta:

Com o surgimento dos conceitos de narcisismo e identificação, o Édipo passa para um plano de maior destaque, pois a escolha narcisista de objeto, pelas próprias constelações narcisistas, reflete-se sobre o ego, enquanto a identificação, que inicialmente é identificação com os pais, introduz a possibilidade de traçar a gênese do ego, na qual paulatinamente os fatores intersubjetivos e edipianos vão assumindo o papel de molas fundamentais (Mezan, 1991, p. 194).

Com esses dois conceitos de grande importância, ego e identificação, Freud avança na sua teoria do complexo de Édipo.

O Édipo, no menino e na menina, apresenta-se de forma diferenciada. No caso do menino, podemos descrever o complexo de Édipo, sucintamente, da seguinte forma. Muito novo, o menino desenvolve um investimento¹ objetal para com a mãe, dirigido, primeiramente, para o seio materno, modelo anaclítico de espelho objetal. A sua relação com o pai é de identificação. Esses dois relacionamentos não têm longa duração, pois logo os desejos incestuosos do menino pela mãe se tornam mais intensos, e o pai passa a ser visto como um obstáculo a eles; disso se origina o complexo de Édipo. Logo, a identificação com

¹ O termo investimento é utilizado como conceito econômico, consistindo no fato de uma determinada energia psíquica se encontrar ligada a uma representação ou grupo de representações, ou parte do corpo, ou a um objeto (Laplanche, Pontalis, 1965).

o pai carrega-se de hostilidade, e o desejo de livrar-se dele predomina, bem como a ideia de ocupar seu lugar junto à mãe. A ambivalência inerente à identificação, desde o início, se manifesta dominando a relação com o pai. Portanto, o complexo de Édipo positivo do menino se caracteriza por uma atitude ambivalente em relação ao pai e por uma relação objetal afetuosa com a mãe.

Sob a égide do complexo de castração, o complexo de Édipo é demolido, e o menino deve abandonar seu desejo pela mãe, decorrendo, daí, duas consequências: uma identificação do menino à mãe, ou, por outro lado, uma intensificação de sua identificação ao pai.

Portanto, a dissolução do complexo de Édipo consolida a masculinidade no menino. De maneira precisamente análoga, o desfecho da atitude edipiana, na menina, pode ser uma identificação com a mãe ou, após ter abandonado o pai como objeto de amor, a colocação em primeiro plano de seu complexo de masculinidade e a identificação ao pai.

Essa maneira de enfocar o Édipo, na menina, é modificada por Freud (1925/1980), no texto, *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. Primeiro, enquanto o menino mantém seu primeiro objeto, a mãe, as meninas o trocam; com isso, desenvolvem uma tenaz fixação ao pai e ao desejo de ter um filho seu. Esta fantasia de desejo também é força motivadora da masturbação infantil. Podemos ainda concluir que o complexo de Édipo, na menina, tem uma longa pré-história e constitui, sobre certos aspectos, uma formação secundária. E que a fase fálica, na menina, não é vinculada a essa masturbação anterior, e sim, a uma importante descoberta que as meninas estão destinadas a fazer. Elas notam o pênis de um menino visível, identificando-o com seu próprio órgão pequeno e imperceptível. Como consequência, elas caem vítimas da inveja do pênis.

Essa vivência, no menino, é bem diferente. Quando o menino observa a região genital de uma menina, inicialmente, demonstra uma irresolução ou falta de interesse, não vê nada ou rejeita. Somente mais tarde, quando ameaçado de castração, é que essa observação se torna importante para ele. A menina se comporta de forma diferente. Vendo o pênis, sabe que não o tem e quer tê-lo. É o que chamamos de complexo de masculinidade. Seu conhecimento da distinção anatômica entre os sexos a força a abandonar a masculinidade (a masturbação masculina, exclusivamente clitoriana) e iniciar a construção da feminilidade (Freud, 1925/1980). Nesse momento, teremos a entrada do complexo de Édipo. A menina, deslizando na equação “pênis-criança”, abandona seu desejo de ter um pênis e coloca em seu lugar o desejo de ter um filho, tomando, para isso, o pai como objeto de amor, e a mãe se torna seu objeto de ciúme.

Concluimos que, nas meninas, o complexo de Édipo é uma formação secundária por ser antecipado pelo complexo de castração em que se destaca o complexo de masculinidade. Diferentemente, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, tendo como consequências o abandono de seus investimentos, a introjeção de seus objetos e a formação de parte do supereu.

Nas meninas, falta o motivo para resolução do complexo de Édipo, uma vez que o complexo de castração antecede o edípico. Assim, resta à menina abandoná-lo lentamente ou reprimi-lo. Não há, portanto, um paralelo exato entre o Édipo masculino e seu homólogo feminino. Não obstante, permanece uma simetria, uma vez que, nos dois sexos, o apego à mãe é o elemento comum e primeiro (Freud, 1925/1980).

Retornando ao texto supracitado, veremos que, nele, Freud nos chama a atenção para o fato de descrever os processos do Édipo no menino e por desconhecer o correspondente na

menina (Freud, 1923 – 1924/1980). Fala-nos da percepção do menino, da distinção entre homens e mulheres, sem, entretanto, vinculá-la a uma diferença anatômica nos órgãos sexuais, uma vez que, para ele, todos possuem um órgão genital como o seu próprio, ou seja, não existem pessoas castradas. Esse órgão altamente excitável, rico em sensações, sempre impele o menino a novas pesquisas que o levaram a novas teorias sobre quem possui o pênis, quem o possuía e o perdeu e sobre aqueles que nunca o possuíram.

A entrada do complexo de castração, inerente à descoberta da vagina, modifica todas as ideias infantis sobre a universalidade da posse do pênis e transforma esse desejo em angústia. Todavia, para que possamos pensar no complexo de castração, é necessário que aceitemos a fase fálica¹ como um momento de organização genital infantil: *Parece-me, porém, que o significado do complexo de castração só pode ser corretamente apreciado se sua origem, na fase da primazia fálica, for também levada em consideração.* (Freud, 1923-1924/1980 p. 192).

Somente falamos em complexo de castração, quando a ideia de perda é vinculada aos órgãos genitais masculinos, mesmo conhecendo as diversas vivências de perdas anteriores suportadas pela criança. A criança não efetua, rapidamente, a perda da crença predominante de que essas pessoas do sexo feminino foram punidas com as perdas de seus órgãos sexuais. Posteriormente, ao se ocupar da origem e nascimento dos bebês, imagina que a mãe perde o pênis. A partir desse pressuposto, complexas teorias que relacionam o pênis aos bebês são construídas. O órgão genital feminino não parece ser descoberto em todo esse percurso: a primeira antítese se encontra na escolha de objeto, implicando uma diferenciação sujeito-objeto e não uma diferenciação com base na diferença anatômica pênis-vagina.

¹ Fase da organização infantil da libido, posterior às fases oral e anal, caracterizando-se por uma unificação das pulsões parciais sob o primado dos órgãos genitais (Laplanche, Pontalis, 1965).

No estágio seguinte, o da organização genital infantil, surge a antítese entre ativo e passivo, que irá introduzir a noção de masculino, mas não de feminino. Somente na puberdade, após o desenvolvimento completo, a polaridade sexual coincide com o masculino e feminino (Freud, 1923-1924/1980).

Antes de comentarmos os textos que finalizam a construção do conceito de complexo de Édipo, mencionaremos, brevemente, o caminho percorrido por Freud, comentado por Mezan (1991): *No contexto da primeira teoria da sexualidade, o termo Édipo sequer figurava, enquanto em 1920, a um passo da última inflexão decisiva do pensamento de Freud, o complexo já ocupava uma posição de destaque no conjunto da teoria* (Mezan, 1991, p. 205).

Posteriormente, no fechamento do conceito de complexo de Édipo, Freud modifica a sua concepção desse complexo entre 1923 – 1925 em: *Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica Entre os Sexos e A Dissolução do Complexo de Édipo no Menino e na Menina*. Daí para frente, irá se dedicar à questão da sexualidade feminina.

No primeiro dos textos citados, *Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica Entre os Sexos*, Freud (1925/1980) nos aponta que o acesso às representações da vida sexual da criança se deu pela investigação da criança do sexo masculino e que, somente por generalização, podemos supor uma semelhança na menina. Freud afirma que a vivência edípica é o primeiro estágio possível de ser identificado no menino, podendo, nele, reter o mesmo objeto inicial, a mãe. Além disso, mostra que a rivalidade com o pai já se encontra no próprio estado real de coisas, isto é, a situação triangular leva o menino a encarar o pai como rival e a tentar livrar-se dele, tomando-lhe o lugar. Salienta, porém, que devido à bissexualidade e à orientação passiva e ativa, o menino também deseja tomar o lugar da mãe.

Para Freud (1925/1980), existe um momento que ele denomina pré-história do Édipo, no qual a relação com o pai é dominada por um amor livre de qualquer rivalidade. O aparecimento do complexo de castração, induzido pela repressão às atividades masturbatórias da criança, é que introduz os sentimentos hostis e de rivalidade nesta relação.

Devemos salientar que Freud faz questão de frisar que a masturbação lhe parece espontânea na criança e que, só mais tarde, é vinculada ao complexo de Édipo. O combate à masturbação é vivido pela criança como uma repressão à sua atividade genital, tendo o mesmo sentido de ameaça de castração. Freud (1925/1980) nos indica que a cena primária não só serve como ponto de partida para o desenvolvimento sexual da criança, mas também que ela faz a ligação tanto com a masturbação quanto com as duas atitudes do complexo de Édipo, passiva e ativa. A cena primária é subsequentemente interpretada pela criança sob a forma de fantasias e teorias sexuais.

Podemos observar que Freud (1925/1980) nos aponta dois complicadores para o complexo de Édipo na menina: o primeiro, diz respeito ao fato de que a menina tem, assim como o menino, a mãe como objeto original, mas, ao contrário dele, não retém esse objeto original. O segundo, consiste no Édipo da menina ser uma formação secundária, o que demanda uma pesquisa da pré-história do seu complexo de Édipo.

Toda a vivência da menina está, radicalmente, centrada no desejo pelo pai e de ter um filho com ele, sendo sua motivação masturbatória clitoriana ligada à sucção prazerosa presente desde o desmame. Freud salienta que o mais importante, psiquicamente, é a descoberta do órgão genital feita pela menina (Freud, 1925/1980), porque, a partir da observação do pênis, a menina vai lidar com a inveja do mesmo e com o complexo de castração. Ao contrário do menino que, ao observar os genitais de uma menina, nega o que

vê, e, somente depois vai dar significação ao que observou. A menina reage de outra forma, entendendo que não tem o pênis e que quer tê-lo.

Uma outra manifestação é a recusa da menina em aceitar sua castração e, portanto, comportar-se como se fosse um homem. A inveja do pênis produz diversas consequências na sexualidade da menina, dentre as quais podemos citar: o sentimento de inferioridade, o aumento do ciúme e a alteração no sentimento afetuoso com a mãe. Porém, a mais importante de todas essas consequências está na relação com a masturbação do clitóris, atividade masculina que não precisa necessariamente ser eliminada para abrir caminho para o desenvolvimento da feminilidade. Porém, a repressão da masturbação clitoriana soma-se ao sentimento de inferioridade da menina, resultante do complexo de castração, lançando-a no complexo de Édipo.

A menina, ao percorrer a equação pênis-bebê, transforma seu desejo de ter um pênis em desejo de ter um filho do pai, toma-o como objeto de amor, levando a mãe a tornar-se seu objeto de ciúme. Assim, podemos afirmar que o complexo de Édipo, na menina, é uma formação secundária, uma vez que o complexo de castração o precede e o prepara. Freud corrobora essa afirmação: *Enquanto nos meninos o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas, ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração* (Freud, 1924-1925/1980, pág. 318).

Fica claro que a vivência do complexo de castração, diretamente ligado à distinção anatômica entre os órgãos sexuais, leva a menina a viver a castração como consumada; ao contrário, o menino como apenas ameaça. Na menina, o complexo de castração trabalha a favor da feminilidade.

Mas, a consequência mais importante é que, no menino, a castração destrói o complexo de Édipo, suas catexias abandonadas são dessexualizadas e, em parte, sublimadas. Seus objetos são incorporados ao ego e fundam o núcleo do supereu, que é seu herdeiro. Assim, dissolvido, o complexo de Édipo não subsiste nem no inconsciente (Freud, 1925/1980). Freud (1925/1980), a respeito do destino dado ao complexo de Édipo pela castração, afirma: (...) *o processo que descrevemos é, porém, mais que uma repressão. Equivale se for idealmente levado a cabo, a uma destruição e abolição do complexo.* (Freud, 1925/1980 p.221).

Nas meninas, não encontramos instrumentos para a destruição do complexo, já que a castração a lançou no Édipo. Resta à menina abandonar o complexo de Édipo lentamente, reprimi-lo ou deixá-lo persistir (Freud 1924-1925/1980).

Recorremos ao texto, *A Dissolução do Complexo de Édipo no menino e na menina* (Freud, 1924/1980) para resumirmos os principais processos ocorridos nesse complexo. Nas palavras de Freud:

A observação analítica capacita-nos a identificar ou adivinhar essas vinculações entre a organização fálica, o complexo de Édipo, a ameaça de castração, a formação do supereu e o período de latência. Essas vinculações justificam a afirmação de que a destruição do complexo de Édipo é ocasionada pela ameaça de castração (Freud - 1924-1980, p. 222).

Porém, Freud percebe que a elucidação da vivência edípica e da sexualidade feminina não é satisfatória. Uma vez concluída a concepção de complexo de Édipo em *A Organização Genital Infantil* e em *A Dissolução do Complexo de Édipo no menino e na menina*, a partir daí, vai se dedicar à questão da sexualidade feminina. Em seu texto, *Sexualidade Feminina*, Freud (1931/1980) apresenta novas observações sobre o Édipo da menina e acrescenta algumas consequências desse na sexualidade feminina. Focaliza, principalmente, o fato de o

desenvolvimento sexual feminino levá-la a abandonar sua primeira zona erógena, o clitóris, em favor da vagina. E o fato de a mãe ser substituída pelo pai. Mostra-nos, também, que a menina vivencia com a mãe, no passado, laços exclusivos e de grande intensidade, o que desembocará em uma ligação mais intensa com o pai, no futuro. Salienta a importância da fase pré-edípica nas meninas e conclui a necessidade de ampliação do complexo de Édipo: *Essa fase comporta todas as fixações que mais permitem remontar as origens das neuroses, podemos, portanto, ampliar o conteúdo do complexo de Édipo, de modo a incluir todas as relações da criança com seus genitores* (Freud, 1931/1980, p. 201).

Sabemos que a ampliação do conteúdo e da duração do complexo de Édipo foi feita por Melanie Klein que, voltando-se para as vivências precoces dos primeiros meses da criança, desloca o complexo de Édipo e utiliza o termo pré-edípico. Freud nos afirma que o complexo de Édipo feminino seria, portanto, resultado de um desenvolvimento demorado e, não sendo destruído pelo complexo de castração, com frequência, não é superado pela mulher. Reconhecendo sua castração, a menina tem uma reviravolta em sua sexualidade. Insatisfeita com o clitóris, abandona sua atividade fálica e sua sexualidade. Contudo, pode também desenvolver sua masculinidade, levando-a a uma escolha homossexual de objeto.

Porém, a fase pré-edípica da menina é ainda mais presente na vida sexual da mulher, pois nela encontramos repetições de seu relacionamento com a mãe. A atitude hostil da menina para com a mãe não surge na rivalidade edípica. Presente no desmame, na educação esfínteriana e, sobretudo, no complexo de castração, esse sentimento traz vivências que persistem na sexualidade adulta das mulheres. Freud (1931/1980) cita o ciúme sedimentado em duas características do amor infantil: ser ilimitado e incapaz de obter satisfação completa. Realça, mormente, os efeitos do complexo de castração na vida amorosa e sexual da menina.

Freud (1931/1980) nos diz que a menina pode deparar-se com três possibilidades: a cessação de toda a vida sexual, a supervalorização e seu complexo de masculinidade ou o iniciar da feminilidade definitiva.

Do ponto de vista amoroso, a menina tem toda uma gama de motivos para se afastar da mãe – que não lhe forneceu o órgão sexual correto, o pênis; não a amamentou o suficiente (desmame); obrigou-a a dividir seu amor com os outros (ciúme); não atendeu suas expectativas de amor e, por fim, a mãe foi quem primeiro despertou sua atividade sexual (masturbação e cuidados higiênicos) e, depois, a proibiu. A tudo isso, somamos mais um fenômeno próprio dos relacionamentos objetivos: a ambivalência de amor e ódio, características das primeiras fases da vida erótica (Freud, 1931/1980).

Finalizando, Freud (1931/1980), nos textos dedicados à sexualidade feminina, nos apresenta, pela primeira vez e de forma mais elaborada, a sexualidade pré-edípica na criança. Chama-nos a atenção, primeiro, para as experiências sexuais passivas vividas pela criança durante os cuidados maternos e na tentativa do bebê de tornar-se ativo nessas vivências e, em seguida, acentua as atividades sexuais em relação à mãe, manifestadamente nas suas inclinações orais e sádico-anais e, por fim, fálicas. Todavia, ao contrário do posterior pensamento de Melanie Klein, Freud insiste que essas atividades sexuais constituem impulsos instintuais obscuros e impossíveis de serem, psiquicamente, apreendidos pela criança, sendo, por ela, interpretados, posteriormente.

Neste capítulo, percorreremos a constituição do complexo de Édipo na obra freudiana, atravessando sua teoria da sexualidade, suas articulações com a aceção de família, iniciando com um breve histórico da família totêmica e passando à família edípica. Salientamos a importância de suas construções teóricas desde os romances familiares às teorias sexuais

infantis, as recordações da infância transmutadas em lembranças e fantasias. Todo esse trabalho de construção teórica levou Freud a deixar clara a diferença entre a realidade psíquica e realidade, inclusive da vivência edípica e da família. Podemos afirmar, portanto, que a concepção freudiana de família e do Édipo leva a um enfoque simbólico desses constructos. Concordamos, inteiramente, com as palavras de Roudinesco que chama a atenção para a correlação entre o complexo de Édipo e a inscrição da família em uma nova ordem simbólica:

Para além do complexo e de suas derivações psicológicas contemporâneas, os heróis imaginados por Sófocles, Shakespeare e Dostoievski, depois transferidos por Freud para o psiquismo individual, esclarecem um dos aspectos mais sutis da invenção psicanalítica: a correlação que ela estabelece, ao final do século XIX, entre o sentimento de declínio da função Paterna e a vontade de inscrever a família no cerne de uma nova ordem simbólica, encarnada não mais por um pai despojado de sua potência divina, depois revestido no ideal econômico e privado do *pater familias*, mas por um filho que se tornou pai porque teria recebido como herança a grande figura destruída de um patriarca mutilado (Roudinesco, 2002, p. 86).

Sendo a família para Freud uma das grandes coletividades humanas da civilização, ela não pode se distanciar da natureza, a não ser afirmando a primazia da razão (cultura) e da lei do pai (simbólica) sobre essa mesma natureza.

O próximo capítulo discorrerá acerca do complexo de Édipo na teoria de Melanie Klein. Trabalharemos os conceitos kleinianos mais importantes na construção do complexo edípico.

2. Melanie Klein: O Complexo de Édipo e a Acepção de Família

2.1 O Primeiro Ano de Vida: Phantasia, Imago e Imaginário.

Neste capítulo, debruçar-nos-emos sobre o conceito de complexo de Édipo na obra de Melanie Klein, que se distingue do conceito freudiano pela sua precocidade e duração. Explicitaremos a relação entre os conceitos kleinianos de phantasia, imaginário e imago com

a construção do conceito de complexo de Édipo. Indicaremos a importância das posições esquizo-paranoide e depressiva no desenvolvimento deste último conceito, dentro da teoria kleiniana.

Para entendermos o conceito kleiniano de complexo de Édipo, construindo a ideia de família, é necessário que se esclareçam alguns constructos teóricos, básicos de sua obra.

Melanie Klein fundamenta suas ideias sobre o Édipo em algumas premissas novas e que diferenciam o seu pensamento, divergindo-o da teoria freudiana.

Trataremos, neste capítulo, da sistematização da teoria kleiniana, substancialmente ancorados no texto: *Algumas Conclusões teóricas sobre a vida emocional dos bebês* (Klein, 1931/1982), no qual a autora, pela primeira vez, organiza suas ideias teóricas presentes em textos anteriores. Daremos destaque ao aparecimento precoce do complexo de Édipo, sua ligação com as relações objetais pré-genitais vivenciadas sobre a égide do sadismo oral, anal e fálico. Para isso, discutiremos o imaginário e a concepção das *Phantasias Inconscientes*, conceitos fundamentais para se compreender a obra kleiniana. Salientamos o retorno ao conceito freudiano de pulsão de morte, que ocupa lugar proeminente no pensamento da autora, bem como na estruturação do conceito de Édipo e do supereu precoce. Por fim, mostraremos as implicações do supereu nas relações objetais parciais e totais da criança e, conseqüentemente, na vivência familiar, apresentando a sistematização de suas ideias por intermédio das duas posições, esquizo-paranoide e depressiva, que dão a consistência e o desfecho teórico de sua obra.

Interessada na origem das psicoses e nas relações arcaicas com a mãe, Melanie Klein aborda a criança pelo material já recalado, o que se tornou possível criando a cura pelo brinquedo. Demonstrando a possibilidade da transferência infantil, da precocidade do

supereu, Klein busca acesso à vida “imaginária” da criança, suas imagos, phantasias e objetos parciais.

A problemática da phantasia inconsciente é um dos pontos principais da obra kleiniana. É por meio desse conceito que podemos unificar os múltiplos aspectos, tanto teóricos quanto práticos de sua obra. Definida como expressão psíquica das pulsões, sua função estruturante estende-se a toda vida psíquica. Adotando a grafia *phantasia*, Klein sugere não apenas a conotação psicanalítica do termo, mas, principalmente, a evolução de seu sentido em sua obra. Mantendo a palavra *fantasme* a acepções comuns – sonhos, devaneios, imaginação – a escola Kleiniana utiliza a grafia *Phantasme* para marcar melhor o significado psicanalítico do termo: *O termo psicanalítico phantasme designa essencialmente o conteúdo psíquico inconsciente, que pode ou não se tornar consciente* (Klein, 1921/1979).

Para melhor compreendermos os conceitos de família, de phantasia e suas correlações, citemos Susan Isaacs em seu texto: “*A Natureza e a Função da Phantasia*”:

Os primeiros processos mentais, os representantes psíquicos dos impulsos instintuais libidinais e destrutivos, têm que ser encarados como primórdios das *phantasias*. No desenvolvimento psíquico da criança, porém, a *phantasia* cedo se converte também em um meio de defesa contra as ansiedades, em um meio de inibir e controlar os impulsos instintivos, assim como expressão de desejos reparadores. A relação entre *phantasia* e a realização de desejo sempre foi sublinhada, todavia, nossa experiência também nos mostrou que a maioria das *phantasias*, como os sintomas, servem a outros propósitos, tais como: a negação, a renovação da segurança, o controle onipotente, a reparação, etc. (Isaacs, 1921/1970, p. 97).

Temos algumas observações importantes para a compreensão do conceito de phantasia. Mesmo reduzida à sua dimensão inconsciente, a *phantasia* estende-se a áreas diversas a sua origem. Não somente a tudo que pertence à vida pulsional, mas, inclusive, a todas as pulsões; a Phantasia mantém ainda relação com os objetos e se insere na cultura. E, não menos importante, é o fato de que a phantasia possui uma objetividade própria, uma realidade psíquica incontestável (Klein, 1921/1970). Na definição de Susan Isaacs:

A diferença entre o normal e o anormal reside na maneira como as phantasias inconscientes são administradas, nos processos psíquicos específicos por meio das quais são elaboradas e modificadas; e no grau de gratificação direta ou indireta no mundo real, no grau de adaptação a esse mundo, que esses mecanismos permitem (Isaacs, 1921/1970, p. 66).

A *phantasia* situa-se, portanto, na interação de uma realidade interna e de uma experiência efetiva, porém, reduzida, de início, da realidade externa. Constituindo a linguagem fundamental dos impulsos instintuais, a phantasia está sujeita, como tal, ao princípio de prazer, ao processo primário, regente de todas as produções do inconsciente.

Por fim, necessitamos esclarecer, rapidamente, as relações entre a phantasia e os mecanismos psíquicos. Os kleinianos privilegiaram, como formadores do ego, a introjeção e a projeção, porém, realçam que não há mecanismos ou processos psíquicos que não sejam vividos como Phantasia. É ela que opera a transformação da pulsão em processo e mecanismo psíquico, dando-lhes representação, entretanto, às custas do apagamento do objeto real.

Para finalizar, não podemos deixar de trazer alguns esclarecimentos a respeito dos conceitos de Imago e de Imaginário. Ambos os constructos teóricos trazem diferenças com as concepções tanto freudianas como lacanianas.

O imaginário Kleiniano é constituído por um conjunto de objetos internos, denominados de Imago. Encontramos, no Dicionário de Psicanálise de Roudinesco, o seguinte verbete: *Imago: termo derivado do latim (imago: imagem) introduzido por Carl Gustav Jung em 1912, para designar uma representação inconsciente através da qual o sujeito designa a imagem que tem de seus pais* (Roudinesco, 1998).

Melanie Klein define imago como constituído pela phantasia inconsciente a qual se acoplam à demais representações afins com a pulsão a ela ligada. Este conjunto de representações, que tem como núcleo a Phantasia inconsciente primeira, é designado como objeto interno. Para Klein, os inúmeros objetos internos se relacionam e se influenciam mutuamente, constituindo um mundo interno próprio a que chamamos de Imaginário. Portanto, o imaginário kleiniano, obedece às leis do inconsciente. Os conceitos de imago e imaginário são necessários para a nossa tarefa de sistematizar os conceitos de complexo de Édipo e de família, na obra de Melanie Klein.

2.2. OS PRIMEIROS ESTÁDIOS DO CONFLITO EDIPIANO.

Para a psicanálise, o complexo de Édipo, além de importante conflito estruturante da criança e da passagem para a maturidade, é o “ponto nodal” a partir do qual se organizam as relações que constituem a família. Já salientamos que, para Freud (1924/1980), é no apogeu da sexualidade da criança, a fase fálica, que se situa o advento do complexo de Édipo. Esta vivência é finalizada pelo complexo de castração e a subsequente introjeção da lei paterna na forma de supereu.

A contribuição de Melanie Klein ao conceito de complexo de Édipo, bastante profícua, baseia-se em uma tríplice ordem de ideias convergentes. A autora assevera o aparecimento precoce do complexo de Édipo, a conseqüente formação do supereu e o aparecimento inevitável da angústia e da culpa, conseqüências das tendências edípicas orais e anais sádicas, nos primeiros anos de vida. Assegurando-nos a existência de tendências genitais ativas, vividas e experimentadas sob o signo da libido oral e estreitamente ligada a desejos e phantasias uretrais e anais, ela nos esclarece o papel decisivo das phantasias pré- - genitais na constituição das relações objetais e da família (Klein, 1921/1970).

Porém, é necessário esclarecer que o termo precocidade (*früh*) traz um sentido especial. Não designa ou significa a conotação do demasiado cedo, mas a expressão da prematurização fundamental da criança, já citada por Freud, como podemos verificar de acordo com Pontalis:

Os conflitos da infância vêm sempre demasiado cedo; são sempre desproporcionais em relação ao estado de impotência da criança no início de sua vida, num período em que lhe é preciso ao mesmo tempo assegurar-se uma unidade funcional e um domínio do corpo que a vida intrauterina não lhe garantiu (Pontalis. J, B, 1965, p. 215).

Contudo, mesmo neste ponto de vista, Melanie Klein assegura inovações atribuindo à criança de tenra idade um ego mais organizado, capaz de mecanismos que fazem frente à angústia e à culpa e ainda promover, muito cedo, relações de objeto, tanto no plano da fantasia, quanto no da realidade.

Foi, no ano de 1926, que Melanie Klein anunciou de maneira clara, pela primeira vez, a ideia de que os fenômenos descritos por Freud sob o nome de complexo de Édipo sinalizaram a finalização de um processo iniciado em fases anteriores à fase genital propriamente dita, remontando aos primeiros momentos da organização genital infantil. Em suas palavras:

Os fenômenos típicos e definidos, cuja existência podemos reconhecer sob sua forma mais clara e mais desenvolvida quando o complexo de Édipo atinge o apogeu, e que precedem o declínio deste complexo, são apenas o resultado de uma evolução que se estende por anos (Klein 1926/1970, pág. 171).

Através da técnica do brincar, Melanie Klein pôde observar manifestações específicas nas quais a criança expressa sua dificuldade para viver e se adaptar: acesso de angústia, receios noturnos, inibições no brincar, dificuldades alimentares, suas incapacidades de suportar frustrações, sua ambivalência. Todas essas manifestações são elaborações

neuróticas do conflito edipiano e da culpa presente em suas relações objetais (Klein, 1928/1970).

Porém, o mais importante é que a vivência e os conflitos primitivos que antecedem o complexo de Édipo afetam, particularmente, a relação materna. Propondo, como elemento desencadeador do complexo, a dupla frustração imposta à criança pela mãe, o desmame e o aprendizado da limpeza, frustrações orais e anais, Melanie Klein assegura que há um abalo na relação positiva com mãe. Não há apenas, como no complexo de castração em Freud, uma hostilidade da criança para com a mãe, mas uma percepção da mãe como castradora. O que é sustentado no trecho: (...) *é ela, que tanto quanto o pai, quem, como castradora no plano oral e anal, inspira grande temor como castradora no plano genital (...)* (Klein, 1926/1970, pág. 267).

Porém, para entendermos essa afirmação, devemos elucidar as ideias de Melanie Klein sobre os efeitos e sentimentos sádicos suscitados na criança pelas privações orais e anais impostas pela mãe durante o desmame e os ritos de limpeza. Essas causas são, é claro, apenas externas, porém, para a autora, a principal origem da hostilidade encontra-se no nível pulsional: na pulsão de morte. Vê-se como Melanie Klein adota a ideia de pulsão de morte, recuperando a contribuição freudiana: *Não é, em primeiro lugar, a frustração que gera o sadismo, ele é o próprio irreduzível a qualquer aproximação histórica do indivíduo, que provoca a frustração sob sua forma primeira* (Klein, 1931/1982, p. 80).

Portanto, sua conclusão é clara, o aparecimento do sadismo oral, precoce e violento, indica a força dos componentes pulsionais destruidores. Conseqüentemente, o pensamento kleiniano situa a oposição pulsional entre libido e a pulsão de morte no próprio centro de sua concepção dos primeiros conflitos infantis e das angústias ligadas a ele. Logo, na reflexão

kleiniana, a angústia é a reação imediata da pulsão de vida à ação destruidora da pulsão de morte. Divergindo de Freud, Klein afirma que a angústia humana mais fundamental não é o medo de castração, mas o medo de sua própria destruição, a angústia de morte (Klein, 1928/1970).

Para nossa finalidade, explicitar a aceção de família, na obra de Melanie Klein, enfatiza a importância da teorização da angústia de morte e seus efeitos nas relações objetais familiares da criança. Sendo possuidora de um ego frágil, a criança só tem uma defesa frente a este sentimento de morte: a projeção, permitindo, assim, a troca dos perigos internos pelos externos. Para Melanie Klein, as primeiras experiências do bebê e a presença da mãe inauguram, desde os primeiros meses, uma verdadeira relação de objeto. Objeto parcial, é verdade, e por isso mesmo receptor em separado das projeções da pulsão de vida (objeto bom) e da pulsão de morte (objeto mau). São noções complexas que não cabe, aqui, estudá-las em detalhes, porém, é importante ressaltar que se trata de um jogo sutil que produz, no decorrer do desenvolvimento, equivalências simbólicas entre os objetos.

Portanto, o sadismo infantil e as *phantasias* em que se manifestam, determinam profundamente o acesso da criança à realidade, à mãe e à família. O mundo não é para a criança mais do que a ordem psíquica, sucedânea da ordem real, suprimindo, de certo modo, a distância existente entre a coisa e sua representação e Sua hostilidade dirigida a seus familiares tem, a seu ver, um alcance real e afeta, verdadeiramente, os objetos do mundo (Klein, 1931/ 1982).

Não há dúvida de que essa indistinção entre o psíquico e o real faz referência ao imaginário, e, mesmo quando Melanie Klein pensa sua teoria do simbólico, não consegue desconectá-la da fantasia. Para ela, o simbólico é o fundamento de toda sublimação, na

medida em que é pela assimilação simbólica que se coloca uma relação de analogia entre as coisas, as atividades e os interesses muito diversos, que acabam se estruturando em *phantasias* inconscientes. O inconsciente se estrutura como *phantasias*.

Por conseguinte, o complexo edípiano se instaura sob o total domínio do sadismo. O momento do desenvolvimento em que as tendências edípianas entram em ação é o mesmo em que o sadismo infantil atinge seu ponto culminante. Em suas fantasias iniciais, o complexo de Édipo se apresenta, essencialmente, como uma estrutura relacional, na qual predominam o ódio e a hostilidade oral e anal, uma vez que, apesar de o Édipo assinalar o estabelecimento da genitalidade, essa se encontra estritamente inserida em *phantasias* pré-genitais. Dessa forma, o conflito edípiano coloca a criança em uma situação de contradição e ambivalência. Isso significa que, desde cedo, o processo de interiorização está ativo: o seio materno, representante da mãe; o pênis paterno, imago do pai, ou os pais juntos, que constituem os primeiros objetos internos que passam a governar o acesso ao real.

A introjeção desses objetos dá origem ao superego infantil, sendo assim, não é difícil entender a crueldade desse superego formado por representações imaginárias dos objetos reais. As projeções da pulsão de morte, deformando os pais reais, dão ao superego um aspecto fantástico e irreal, carregado de hostilidade e *phantasias* de ataque e retaliação à criança.

2.3 O COMPLEXO DE ÉDIPO NO MENINO E NA MENINA

Trabalharemos as relações do complexo de Édipo com a angústia e com o sadismo na criança de ambos os sexos. Porém, temos como principal objetivo ressaltar que Melanie Klein produz uma leitura do complexo de Édipo, na menina, diferente do modo de entender freudiano.

Anteriormente, deixamos claras algumas contribuições da autora ao conceito de complexo de Édipo em Freud. A precocidade tanto do supereu quanto do complexo edípiano é, sem dúvida, a mais importante. Contudo, as descobertas de Melanie Klein vão ainda mais longe:

Mostram que o sentimento de culpa associado às fixações pré-genitais já é efeito direto do complexo de Édipo (...) sabemos que o sentimento de culpa é, na realidade, um resultado da introjeção (já realizada ou, acrescentaria eu, ainda em processo de realização) dos objetos de amor edípico, isto é, o sentimento de culpa é produto da formação do superego (Klein, 1921/1970 p. 254).

Portanto, podemos concluir que, para Melanie Klein, a severidade do supereu infantil está intrinsecamente ligada à conexão entre a sua formação e as fases pré-genitais do desenvolvimento. Não menos importante é a habilidade do ego da criança, quando do aparecimento das tendências edípicas, nas fases oral-sádica e anal-sádica, pois a criança, ainda não desenvolvida intelectualmente, fica exposta a uma grande quantidade de problemas e interrogações. Sem respostas, é desenvolvido um sentimento precoce de não-saber, que, além de outras conexões, acentua o complexo de castração. Tudo isso leva à ativação da pulsão epistemofílica¹ que, carregada de sadismo, é dirigida pelo Édipo, principalmente ao corpo da mãe. Como consequência, a criança, de ambos os sexos, desenvolve forte identificação precoce com a mãe, o que constitui o eixo da fase feminina no complexo de Édipo, tanto na menina quanto no menino.

¹ O conceito de pulsão epistemofílica já aparece em Freud associado às pulsões escópicas. Kleinianamente, esta pulsão se encontra ligada ao movimento de conhecimento do corpo materno. Na teoria de Klein, a pulsão epistemofílica é de grande importância, principalmente na sua relação com o desenvolvimento intelectual da criança (Klein, 1921).

² No Congresso Internacional de Salzburg, em 1924, Melanie Klein apresenta uma comunicação intitulada Sobre a Técnica da Análise das Crianças Muito Pequenas na qual comenta a análise de várias crianças, entre elas sua cliente Rita. A análise de Rita deu ensejo a importantes descobertas de ordem técnica e também sobre o sadismo oral e anal. Klein percebe, nesse momento os elos do sadismo com a fase inicial do complexo de Édipo (Petot, 1979).

O exame mais detalhado dessa fase feminina nos mostrara como se dão as relações objetais da criança, tanto com seus pais imaginários quanto com os pais reais.

Melanie Klein, ao contrário de Freud, tem acesso primeiro ao complexo de Édipo da menina, observado na análise de Rita, que confirma o aparecimento precoce do Édipo e suas relações com o sadismo, a angústia e o supereu. A partir do atendimento clínico de Rita, Melanie Klein descreve o esquema geral da evolução do Édipo: seu desencadeamento pela frustração oral do desmame, fase inicial do complexo positivo; na primeira metade do segundo ano, seu recalque, o surgimento do complexo negativo, na segunda metade do segundo ano; e a fase final de retorno do complexo positivo, com o aumento das pulsões libidinais genitais, coincidindo com o momento do complexo de Édipo clássico, descrito por Freud. Podemos observar, então, que Klein descreve três longas etapas da vida edípica (Segal, 1964).

O pensamento kleiniano do Édipo arcaico tem como consequência, além de seu aparecimento precoce, a revisão total da teoria freudiana da sexualidade feminina, nova interpretação da inveja do pênis e a introdução de um complexo de feminilidade do menino semelhante ao complexo de masculinidade na menina. Toda essa mudança nos indica que também as relações objetais, formadoras da família, necessariamente, precisavam de nova reinterpretação.

Em sua Conferência proferida em 1924 em Salzburg, Melanie Klein afirma: *Considero a privação do seio como a causa mais fundamental do voltar-se ao pai.* É claro que se refere a ambos os sexos, mas realça, aqui, o primeiro estágio do complexo de Édipo feminino iniciar-se a partir do desmame. A esse fato fundamental do pensamento kleiniano sobre o complexo de Édipo são acrescidos, nos anos de 1923 a 1927, elementos adicionais

que exporemos, aqui, de maneira sucinta. As frustrações orais somam-se às frustrações anais, vivenciadas na educação de higiene, aumentando o ódio à mãe e incrementando o movimento de se voltar para o pai. Klein nos indica que as pulsões genitais surgem a partir da segunda metade do primeiro ano de vida e, principalmente, que a libido da menina pequena não é de início masculina ou fálica como propõe Freud, e sim, dotada de um alvo especificamente feminino e receptivo; o que demonstra a proximidade do alvo da libido oral e o da genital. Esse deslocamento é, extremamente precoce, presente desde o aparecimento das primeiras pulsões genitais, libido indispensável para que ocorra o voltar-se para o pai e o desencadeamento do Édipo. E, a partir desse momento, as pulsões genitais femininas são acompanhadas de um conhecimento inconsciente da vagina e da sua função receptiva (Klein, 1928/1970). Quanto às relações com a mãe e o pai, Melanie Klein é mais uma vez incisiva. Para ela, o substituto do seio da mãe é claramente o pênis do pai, em coito oral com um alvo receptivo comum à vagina e à boca. Por isso, Klein afirma que as primeiras pulsões edípicas têm um caráter, simultaneamente, oral e vaginal. E esse caráter misto, oral e genital, que está presente na primeira posição de rivalidade com a mãe, que é tida como a possuidora do pênis do pai, é alvo do ódio e da inveja da menina.

Aqui, Melanie Klein lança mão da ideia freudiana das teorias sexuais infantis. É a teoria do coito oral, que canaliza a inveja e o ódio à mãe. Pois ela é fantasiada incorporando o objeto, o pênis do pai, que agora a menina deseja. Esta hostilidade aparece como fantasias sádicas pré-genitais organizadas pelas teorias sexuais, nas quais as tendências edípicas têm lugar de destaque e adquirem seus elementos sádico-oral e anal.

Nas palavras de Melanie Klein:

A identificação da menina com a mãe provém diretamente das tendências edípicas (...), esta identificação coincide com as tendências sádico-anais de roubar e destruir a

mãe. Os estágios iniciais do conflito edipiano acham-se tão fortemente dominados pelas fases pré-genitais, que a fase genital, quando entra em atividade, permanece, de início, dissimulada sobre um véu espesso; só mais tarde, entre os três e os cinco anos, torna-se mais claramente reconhecível (Klein, 1928 – pág. 43).

Passemos, agora, à segunda fase do complexo de Édipo feminino, que se caracteriza pelo abandono do pai e o retorno à mãe e que tem como causa a convergência de vários fatores. Acompanhando o pensamento kleiniano, podemos notar que, neste momento, segunda metade do segundo ano, a relação das forças é favorável à relações sádico – orais e sádico-anais, que acaba por encobrir a libido genital. O elevado grau de sadismo leva à introjeção de objetos, fantasticamente, deformados, que dão realismo aos ataques imaginários dos quais a criança se vê vítima. Estabelece-se, segundo Melanie Klein, um “círculo do mau”, no qual a criança se vê atacada e ataca objetos reais e imaginários (Klein, 1928/1970).

Toda essa vivência persecutória produz um alto grau de angústia na menina e a leva a abandonar a primeira posição feminina, por volta dos quinze a dezoito meses, e equivale à angústia de castração do menino. *A intensa angústia da menina é análoga, poder-se-ia dizer, ao medo de castração do menino, já que ela desempenha, certamente, um papel na repressão de suas tendências edipianas* (Klein 1947/1968, p. 248).

Expusemos os fatores que Melanie Klein propôs para o afastamento da mãe e a consequente busca do pai como o objeto de desejo genital. Falamos, também, do abandono do pai e a volta da menina à mãe, produzidos pelas relações de frustração, ódio e inveja com a genitora, reparados pela libido genital.

Outro fator que leva ao abandono da primeira relação edípica da menina é a frustração dos desejos orais e genitais pelo pai. A maneira como essa frustração é elaborada está, diretamente, ligada à boa elaboração da frustração oral ocorrida no desmame. Portanto, Klein, conclui que a primeira relação pré-edipiana com a mãe influencia muito na relação

edipiana arcaica com o pai. A decepção dos desejos incestuosos da menina acarretará no abandono do pai, assim como a frustração do desmame acarretou, alguns meses antes na rejeição da mãe, enquanto objeto, e o movimento libidinal dirigido ao pai.

Quando confluem estes dois processos, terror pela mãe introjetada e decepção com o pai, a menina inverte a posição inicial e entra na segunda fase de seu desenvolvimento edipiano. Afasta-se do pai, agora rival, e aproxima-se da mãe novamente, objeto genital. Como vimos em Freud, esse é o momento em que se instala o complexo de castração e a subsequente inveja do pênis.

J. Laplanche e J. B Pontalis, apresentam o momento supracitado do seguinte modo: *na menina, a ausência de pênis é sentida como um dano sofrido que ela procura negar, compensar ou reparar* (Laplanche, Pontalis, 1970, p. 74).

Esses autores definem a inveja do pênis da seguinte forma:

Elemento fundamental da sexualidade feminina e mola real de sua dialética. A inveja do pênis nasce da descoberta da diferença anatômica entre os sexos: a criança do sexo feminino sente-se lesada relativamente ao rapaz e deseja possuir um pênis como ele (complexo de castração). Esta inveja do pênis assume, no decorrer do Édipo, duas formas derivadas: desejo de adquirir um pênis dentro de si (principalmente sob a forma de desejo de ter um filho), desejo de fruir do pênis no coito (Laplanche, Pontalis, 1970, p. 136).

Com Melanie Klein, ótica distinta pode ser adotada. Para ela, a menina não ignora a existência da diferença dos órgãos sexuais. Ela possui o conhecimento da vagina de forma inconsciente, por tê-lo reprimido na fase fálica. O estágio fálico não corresponde, na menina, ao apogeu e declínio do Édipo, mas, sim, ao declínio da primeira posição feminina. Nesta fase, diz Melanie Klein, encontramos o entrecruzamento de duas linhas de desenvolvimento: o desenvolvimento edipiano decorrente das pulsões genitais e a hostilidade presente, neste

complexo, advinda das pulsões sádico-oral e sádico-anal organizados pelo complexo de Édipo que acabam por submergi-lo.

Citaremos Hanna Segal para melhor esclarecer o lugar da fase fálica no pensamento Kleiniano:

Vindo após a primeira posição feminina, a fase fálica da menina não é manifestação das tendências genitais infantis, mas, ao contrário, revela a sua primeira repressão, a fonte pulsional deste primeiro período do Édipo negativo deve ser buscada nas tendências sádicas que presidem a formação do supereu arcaico (Segal, 1964, p. 109).

Melanie Klein demonstra que a entrada da menina na fase fálica tem como consequência a derrota de seu erotismo genital infantil. Não obtendo satisfação real com o pênis do pai, menos ainda com seus desejos de maternidade, a menina decepiona-se com o erotismo genital, renovando suas frustrações originadas no desmame. Concomitantemente, as tendências sádico-orais e sádico-anais atingem seu ápice. Esse conjunto de fatores leva a menina a afastar-se do pai que a frustra; a religar-se à mãe real para apaziguar a cruel mãe introjetada. (Klein, 1947/1968).

Importante comentar aqui, novamente, como Melanie Klein utiliza os registros do imaginário e do real para explicar as relações objetais da criança, ora com seus objetos internos imaginários, ora com seus pais reais.

Contudo, continuemos a acompanhar a fase fálica da menina. Nessa vivência, a menina, tendo se aproximado da mãe, passa a desejar possuir seu pênis não só como objeto “roubado” do corpo materno, mas, principalmente, para, com ele, satisfazê-la e oferecer-lhe os bebês, como o pai. Portanto, a fase fálica caracteriza-se por um complexo de Édipo invertido. Posteriormente, é preciso que a menina renuncie a sua masculinidade para alcançar o Édipo. Isso significa abandonar novamente sua identificação com o pai e voltar-se para ele

como o objeto que se deseja amar e pelo qual deseja ser amada. Como consequência desse movimento, surge a rivalidade com a mãe. Esta rivalidade edipiana tardia com a mãe não produz a introjeção de um superego ameaçador, mas sim, de um ideal, no qual a dimensão destrutiva passa para um segundo plano. Sendo que, para Klein, o superego vai acompanhar, doravante, os três níveis sucessivos do complexo de Édipo, como afirma Klein:

Da identificação arcaica com a mãe, na qual o plano sádico-oral é tão preponderante, desenvolve-se, na menina, ciúme e ódio e se constitui um superego cruel, segundo a imago materna (...) Quanto mais a identificação com a mãe se estabelece em uma base genital, tanto mais se caracterizará pela devoção e bondade de uma mãe ideal e generosa (Klein, 1947/1968, p. 127).

Nessa perspectiva, Melanie Klein vincula os aspectos hostis do complexo de Édipo tardio a elementos sádicos herdados dos dois momentos edipianos anteriores. E, a partir daí, adere quanto ao essencial da descrição freudiana sobre o apogeu e declínio do complexo de Édipo da menina.

Demonstraremos, agora, como se processa, para Melanie Klein, o desenvolvimento do complexo de Édipo no menino. A autora nos afirma que, da mesma forma que no complexo de castração da menina, também no complexo feminino dos meninos, há o desejo frustrado de um órgão especial. O menino inveja os órgãos de concepção, gravidez e parto que pensa existirem na mãe, juntamente com os seios já cobiçados na fase oral. Vivendo essa relação de cobiça sob a égide do sadismo, suas fantasias são de ataque e roubo ao corpo materno, temendo, portanto, o castigo de ataque e roubo a seu próprio corpo, e esse temor é associado por Melanie Klein à angústia de castração, uma vez que a posição genital e a vivência edípica estão, desde o princípio, entrelaçadas e mescladas com múltiplas tendências pré-genitais.

O menino, sob o domínio do desejo de ter um filho e do impulso epistemofílico, reage supervalorizando o pênis, e desenvolve intensas manifestações de masculinidade. Podemos afirmar que, no sistema kleiniano, assim como a menina, o menino é levado, pelo temor da mãe-introjetada, a adotar uma posição masculina em função da repressão de seu complexo feminino. Posição que será mantida no momento do Édipo clássico. Melanie Klein, em seu texto, *Essais de Psicanalyse*, afirma:

A prioridade da posição masculina do menino é afirmada (...) as tendências liberadas em consequência da frustração que a criança sofre com o desmame (...) e que são reforçadas pelas frustrações anais sofridas durante a aprendizagem dos hábitos higiênicos. O menino, ao sentir-se obrigado a abandonar as posições orais e anais pela posição genital, toma como objetivo a penetração associada à posse do pênis. Assim, modifica não apenas a sua posição libidinal, mas também seu objetivo, e isto lhe permite manter o seu primeiro objeto de amor (Klein, 1947/1968 p. 237).

Acompanhando o desenvolvimento do sistema kleiniano, podemos observar que, no final da obra de Melanie Klein, a posição edípica inicial do menino é uma posição feminina, e que o modelo, construído em 1924 para a menina, é aplicável ao menino. Consequentemente, devemos comentar que, ao contrário de Freud, Klein teoriza primeiro o complexo de Édipo na menina. Inverter a perspectiva habitual que consiste considerar o Édipo feminino como uma forma modificada e incompleta do Édipo, no menino, é uma das particularidades da visão kleiniana, deste complexo.

Para melhor compreendermos a vivência edípica do menino, precisamos salientar dois pontos em que Melanie Klein insiste: primeiro, a contemporaneidade das fases femininas dos dois sexos, sendo a feminina, no menino, secundária no plano causal, o que produz um acavalamiento confuso no complexo de Édipo masculino. Segundo, que essa fase feminina no menino é essencial no complexo de Édipo masculino e consiste numa posição de rivalidade

com a mãe, exatamente idêntica em conteúdo à da menina, sendo permeada pelas mesmas fantasias sádico - orais e sádico – anais (Klein, 1928/1970).

Nesse momento, temos, no pensamento kleiniano sobre o complexo de Édipo novas contribuições que terão consequências diversas, sendo, a mais importante, a forma de pensar a sexualidade, principalmente a feminina. Melanie Klein afirma:

Nesta posição feminina, o menino sofre uma frustração irremediável de seu desejo feminino de maternidade, frustração que está na sua origem do complexo de feminilidade dos homens. Assim como a mulher que jamais renuncia, no seu inconsciente, a inveja do pênis, o homem também jamais renuncia a sua inveja à maternidade (Klein, 1947/1968 p. 264).

Como já comentamos, o deslocamento da inveja da maternidade para o desejo de paternidade é acompanhado de uma supervalorização do papel viril e do pênis. O menino entra na fase fálica e passam a predominar as pulsões genitais, com conseqüente decréscimo do sadismo pré-genital. Vamos acompanhar as palavras de Hannah Segal, no texto, “*Os Estádios Primitivos do Complexo de Édipo*”:

Porém, diferentemente da menina, o menino encontra, ao longo desta fase (fálica), simultaneamente, satisfações autoeróticas e narcísicas poderosas na posse de um pênis, enquanto que a presença real e facilmente verificável desse órgão permite apaziguar os temores de destruição da mãe introjetada, e depois à medida que a nova posição masculina se afirma, os temores de castração do pai introjetado. A fase fálica permite ao menino obter um equilíbrio satisfatório no qual manterá até o período de latência: a descrição kleiniana encontra, aqui, a descrição clássica de Freud (Segal, 1964, p. 120).

Concluimos, portanto, seguindo a construção teórica Kleiniana para o complexo de Édipo no menino, que a vida afetiva e familiar se desenvolve, para ele, mais centrada na mãe, imaginária ou real, do que no pai.

A concepção kleiniana do Édipo caracteriza-se, portanto, por um alargamento considerável do campo de fenômenos associados a esse complexo. Longe de ser reduzido a uma manifestação contemporânea da fase fálica, a uma crise breve e intensa, o complexo de

Édipo torna-se um processo ordenado, com duração de anos, e engloba a totalidade do desenvolvimento da criança, entre os desmame e o período de latência.

Devido à riqueza, intensidade e duração, o complexo de Édipo, segundo Klein, é organizador das pulsões pré-genitais e se associa a quase todos os processos da vida psíquica da criança. Também a evolução do supereu, estritamente ligado ao complexo de Édipo, tem suas interações esclarecidas com o desenvolvimento do ego, com as relações objetais e com a realidade.

Finalizaremos, chamando a atenção para dois aspectos na teoria kleiniana do complexo de Édipo: primeiro, vimos que Melanie Klein centrou suas ideias mais nas relações pré-fálicas da criança para com a mãe, e, dessa forma, materniza mais as relações edípicas da criança. Desenvolvendo, como vimos, os conceitos de *phantasia*, Imago e imaginário, procede a leitura das vivências edípicas da criança, com ênfase no mundo interno, imaginário, que por meio das projeções e introjeções modificam a visão da realidade familiar da criança. Em segundo, é necessário citar que o pensamento kleiniano já está com seu núcleo construído a partir de 1927, mas a introdução dos conceitos de posição esquizo-paranoide e depressiva traz modificações importantes que precisamos esclareceremos a seguir.

2.4 POSIÇÕES ESQUIZO-PARANOIDE E DEPRESSIVA: SUA INFLUÊNCIA NO CONCEITO DE COMPLEXO DE ÉDIPO

Em 1934, no Congresso de Psicanálise de Lucerna, Suíça, Melanie Klein apresenta a comunicação que define e descreve, pela primeira vez, a posição depressiva. Publicará esse trabalho com o título *Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos*. Esse artigo representa a sistematização da teoria kleiniana, movimento que podemos

constatar, desde o ano de 1932, com a publicação de *Psicanálise da criança*. (Klein, 1932/1970).

Portanto, a importância de explanarmos, aqui, sobre as duas posições, esquizo-paranoide e depressiva, é de que ambas sistematizam os conceitos kleinianos, mas, o mais importante para o nosso tema é a influência e as modificações que esses conceitos significam na teorização do complexo de Édipo.

Abordando, pela primeira vez, os estádios infantis do desenvolvimento, em 1934, em termos de posição, Klein introduz uma nova leitura para o desenvolvimento da criança: *posição refere-se a conjuntos específicos de angústias e de defesas que se manifestam repetidas* (Klein, 1934/1970, pág.15).

Melanie Klein vai mostrar que as duas posições, esquizo-paranoide e depressiva são momentos diferentes da evolução psíquica da criança, podendo ser localizados no tempo. Nesse sentido, são subdivisões do estágio oral. A posição esquizo-paranoide existe, aproximadamente, do sexto ao oitavo mês; a depressiva se estende até o fim do primeiro ano de vida da criança. Porém, Melanie Klein ressalta que o aparecimento de uma nova posição não suprime totalmente a ação dos mecanismos e operações da posição anterior; e mais, para ela, o desenvolvimento apresenta uma constante oscilação de uma posição à outra, de acordo com seus movimentos de regressão e progressão.

Não é inútil assinalar que, teoricamente, Melanie Klein desenvolveu, primeiro, o conceito de posição depressiva. Só, posteriormente, vai sistematizar a posição esquizo-paranoide. Mas, com a finalidade de dar mais clareza a nossa sucinta apresentação das duas posições, iremos trazê-las em sua ordem cronológica de aparecimento no desenvolvimento da criança, ou seja, primeiro a posição esquizo-paranoide e, depois, a depressiva.

A posição esquizo-paranoide caracteriza-se pela vivência de um ego e de um objeto cindido: objeto bom e objeto mau; ego hedônico e ego desprazeroso, predomínio da introjeção e projeção, mecanismos formadores do ego, mas também presentes na maneira com a qual a criança lida com o mundo externo, os objetos internos e a presença das pulsões de vida e morte no interior do aparelho psíquico. Esse mundo dominado pelo imaginário e pelas *phantasias* inconscientes nas quais entram como formadores não só gratificações e frustrações externas, mas, também, a projeção das pulsões, libido e pulsão de morte da criança que tem, como predominante a angústia persecutória.

Frente à angústia de perseguição e aos objetos internos e externos terrificantes, a criança lança mão do mecanismo de defesa esquizoide. São mecanismos em que predominam, principalmente, a cisão, a idealização, a projeção e a introjeção. Todos ativados com o objetivo de resguardar o bom objeto e o ego dos ataques advindos do mau objeto e das pulsões agressivas da criança. O fracasso do objetivo defensivo dessa estratégia, em que se misturam a cisão do ego e do objeto, a projeção, a negação maníaca e o controle onipotente do objeto, pode conduzir a uma desintegração do ego. A “atomização” corresponde a uma angústia própria da posição paranoide: o medo de ser reduzido a uma infinidade de pedaços. A expressão máxima dessa angústia consiste na *phantasia* do corpo fragmentado (corpo *morcelé*) (Klein, 1934/1970).

Melanie Klein, fiel ao conceito de oscilação nas posições depressivas e esquizo-paranoide, nos demonstra que, ao mesmo tempo em que a criança convive na posição esquizo-paranoide com a cisão, a angústia persecutória, a tendência de integração e reparação já se desenvolvem nesse período integração dos diversos aspectos do ego, síntese de amor e ódio, aproximação dos objetos cindidos em um objeto único. Mas essa integração traz,

episodicamente, à criança uma nova angústia, a angústia de perda. Evoluindo na direção da integração e da síntese, o ego infantil experimenta mais ataques da angústia depressiva. Como, nesse momento também, ocorre de maneira progressiva à unificação da mãe como pessoa total, a criança aproxima-se da posição depressiva, que tem, como seu centro, o temor da perda de objeto de amor.

Melanie Klein considera a posição depressiva, que ocorre do sexto ao oitavo mês em diante, como a posição central do desenvolvimento da criança. Assim, ela define a posição depressiva como *o resultado de uma mistura de angústia dos sentimentos de aflição e das defesas ligadas à perda eminente e total do objeto de amor* (Klein, 1934/1970, pág. 357).

Como já foi dito anteriormente, mesmo na posição paranoide, uma modificação progressiva impõe-se na percepção do objeto: passa-se de um objeto parcial para um objeto total. Esta percepção, que, parte da mãe como objeto, é transferida para a totalidade do mundo externo, é de suma importância.

Acompanhemos o comentário de Hanna Segal sobre essa mudança da mãe de objeto parcial a total:

Reconhecer a mãe como objeto total significa, para nós, que isso difere tanto das relações de objeto parcial quanto das relações de objeto cindido (...) a criança se reconhece como uma pessoa completa que pode, às vezes, ser boa, outras, má, presente ou ausente, amada ou detestada. Começa a ver que suas sensações, boas ou más, não provêm de um bom ou mau seio, mas sim de uma mesma mãe, fonte ao mesmo tempo do que é bom e mau (...) Reconhecer a mãe como pessoa total também significa reconhecê-la como um indivíduo que tem vida própria e relações com outras pessoas” (Segal, 1964, pág. 81).

Reconhecer a mãe como objeto total acarreta para a criança uma nova angústia. A criança percebe que pode perdê-la. A perda do objeto como total só pode ser sentida pela criança depois dela ser amada como objeto total. Essa é a angústia depressiva. Sentimento

específico de aflição por ter destruído, irremediavelmente, o bom objeto (interno e externo) – que se manifesta como um medo da morte do objeto.

Essa nova angústia revela-se bem mais complexa do que a angústia persecutória. Tem como base o sentimento de não ter podido proteger o objeto bom, com o qual o ego mais integrado da criança já é capaz de se identificar. Vamos recorrer, mais uma vez, às palavras de Melanie Klein:

Provém da tomada de consciência de uma rivalidade psíquica cada vez mais pungente. A angústia com respeito à mãe internalizada que é vivida como ferida, sofredora, em perigo de ser aniquilada, ou mesmo já aniquilada e perdida para sempre conduz a uma identificação mais forte com o objeto ferido (Klein, 1931/1982).

Para Melanie, a angústia depressiva caracteriza-se pela manifestação, ao mesmo tempo, de intenso modo de ver o objeto, irremediavelmente, perdido e as desesperadas tentativas da criança para salvá-lo e restaurá-lo. Para a autora, as angústias nas quais se enraízam as diversas formas de depressão, tornam mais difíceis para a criança suas atividades sublimatórias e trabalham contra as virtudes reparadoras.

A angústia depressiva conduz a criança a recorrer às defesas maníacas com frequência. Estes mecanismos de cisão, idealização e controle do objeto, já utilizados na posição esquizo-paranoide, são, agora, intensificados, juntamente, com o mecanismo de reparação. *Depois que conseguiu uma clivagem bem acentuada entre os objetos bons e maus, o sujeito trata de restaurar os primeiros, reparando ao longo da restauração cada detalhe de seus ataques sádicos* (Klein, 1947/1968 pág. 315).

A reparação, é para os kleinianos, o mecanismo, verdadeiramente, próprio para suplantar a posição depressiva, tornando-se um conceito-chave na teoria de Melanie Klein, após 1935.

Klein diz:

(...) as tendências para a reparação (...) assumem um papel essencial no processo normal através do qual a posição depressiva infantil é superada. (...) são colocadas em ação por diferentes métodos, dos quais mencionarei apenas os dois que são fundamentais: as posições e mecanismos maníacos e obsessivos (Klein, 1921/1970, p. 204).

No que diz respeito ao complexo de Édipo, que, aqui, é o nosso objetivo, após os anos 40, Melanie Klein deixa claro o elo de relação entre a posição depressiva e o complexo edipiano. Ela reafirma, em 1952, a centralização de todos os primeiros estágios edipianos na imago dos pais combinados e o elo de solidariedade entre a dissociação dessa imago e o acesso às posições direta e invertida do Édipo. A relação entre o Édipo e a posição depressiva é doravante direta e, expressamente, corroborada por Melanie Klein:

Nos dois artigos precedentes, referi-me, várias vezes, à posição depressiva, apontando-a como posição central do desenvolvimento arcaico. Agora gostaria de sugerir a seguinte fórmula: o núcleo dos sentimentos depressivos infantis, ou seja, o medo da criança de perder seus objetos amados, como consequência de seu ódio e de sua agressividade, entra desde o princípio em suas relações objetais e em seu complexo de Édipo (Klein, 1947/1968, pág. 202).

Ressaltemos, essencialmente, os seguintes pontos que demonstram a relação entre a posição depressiva e o complexo de Édipo.

Primeiramente, é na posição depressiva que o complexo de Édipo tem seu início.

Segundo, a primeira fase edipiana se caracteriza pela coexistência de uma relação com objetos parciais e de uma relação com objetos totais, que marca o momento em que a posição depressiva começa a existir, sem ainda suplantar a posição anterior, a esquizo-paranoide.

Em terceiro lugar, os pais combinados e os sentimentos de ódio e inveja que atraem nos remetem à noção de um início oral do Édipo e, dessa forma, esse complexo, em seu estágio mais inicial, veicula mais fantasias e afetos provenientes da pulsão de morte do que elementos, propriamente, libidinais.

Por último, a evolução do Édipo, através da dissociação dos pais combinados, é o meio de se superar a posição depressiva. A estreita conexão, sempre reafirmada por Klein, entre o complexo de Édipo e a posição depressiva deve ser também traduzida por uma ligação entre as teorias da reparação e a descrição do Édipo (Segal, 1994).

Finalizaremos, tornando a ressaltar que a visão kleiniana do complexo de Édipo e da família é centrada na precocidade, não só do próprio complexo e da formação do supereu como também do desenvolvimento do ego e das relações objetais.

Achamos importante tornar a pontuar que a teoria de Melanie Klein para o desenvolvimento do Édipo e da família é essencialmente baseada em seu conceito de phantasia inconsciente e, portanto, no ponto de vista imaginário, o que a diferencia bastante de Freud que, como já dissemos, trabalhará os conceitos de Édipo e, portanto, de família sob a luz do simbólico. Demonstraremos nos próximos capítulos que Jacques Lacan diferenciara sua aceção de família das teorias freudianas, kleinianas.

3.0 A ACEPÇÃO DE FAMÍLIA E O CONCEITO DE ÉDIPO NA TEORIA DE JACQUES LACAN

Nos textos seguintes, faremos uma exposição das ideias de Lacan sobre a família, utilizaremos o texto publicado, pela primeira vez, na enciclopédia Francesa de Monzie, Tomo 8, datado de 1938. Enfocaremos, principalmente, os complexos e as imagos como

fatores formadores da psicologia familiar. Para isso, utilizaremos também o texto “*O espelho como formador da função do eu*” Lacan (1938-1988).

Apontaremos a importância do conceito de falo, sua diferença do pênis, marcando com clareza os três tipos de falta presentes no complexo de Édipo, contribuições de Lacan que esclarecem a questão da falta e da castração no complexo de Édipo. Demonstraremos, assim, a importância do desenvolvimento do conceito de falo na obra de Lacan para o entendimento do complexo de Édipo e melhor esclarecimento deste construto teórico.

Tal como os conceitos de complexo e de Imago, a definição de Lacan do conceito de falo vai nos permitir a releitura do complexo de Édipo presente na obra de Freud.

Apresentaremos o complexo de Édipo Lacaniano, sob a influência das ideias estruturalistas de Levi-Straus em seus três tempos, a saber: a vivência especular, a intrusão e a metáfora paterna. Por fim, indicaremos como Lacan relacionou, nos textos anteriores, o Édipo principalmente aos registros, inicialmente Imaginários e Simbólico. Posteriormente, destacaremos que, ao trabalhar nos seminários com os nós borromeanos, Lacan aponta os Nomes do pai, que embasariam o complexo de Édipo no registro do Real.

3.1 COMPLEXOS FAMILIARES, IMAGO E A ACEPÇÃO DE FAMÍLIA NA OBRA DE LACAN

Faremos, neste texto, uma exposição das ideias de Jacques Lacan sobre a família, publicada pela primeira vez na enciclopédia Francesa de Monzie, Tomo 8, datado de 1938. Enfocaremos, principalmente, os complexos como fator concreto da psicologia familiar.

Acompanharemos o autor na explicitação das noções de família e de cultura e na distinção entre complexo e instinto, assim como na sua construção de outros conceitos mais especificamente psicanalíticos.

Mostraremos como Lacan pensa o desenvolvimento do indivíduo na sua relação com o recalque, com a Lei e com a cultura.

Analisaremos o Complexo de Édipo essencialmente como estrutura, isto é, partindo das concepções Lacanianas e da abertura que nos propicia sua análise para compreendermos o Édipo num contexto mais amplo, fazendo uma possível articulação com a teoria de Levi-Strauss, por crermos ser possível só aí entender a problemática do Édipo do ponto de vista lacaniano.

A PROPÓSITO DE INTRODUÇÃO

No primeiro texto sobre a família, *os complexos familiares na formação do indivíduo*, Lacan (1938) inicia, apresentando a família como um grupo natural de indivíduos unidos por uma dupla relação biológica: a procriação, que propicia os componentes do grupo, e as condições de meio, que permitem o desenvolvimento dos jovens, mantendo o grupo e, dessa forma, possibilitando aos adultos geradores assegurarem sua função. Introduzindo, a seguir, a questão da comunicação humana como obra coletiva, o autor distingue o homem dos animais e aponta sua capacidade de desenvolver relações sociais específicas. Para Lacan, a cultura está para a família humana, assim como a natureza está para as espécies animais, ou seja, na família humana há predomínio da cultura sobre a natureza. Essa dimensão é que caracteriza, especificamente, a família humana.

Assim, Lacan nos mostra a família na sua função de geradora física e psíquica de seres necessariamente sociais, partindo da afirmação de que, na família humana, a cultura predomina sobre a natureza. Lacan tenta, através de uma perspectiva psicológica, colocar a questão da família sob a ótica dos métodos da psicologia concreta, isto é, com observação e análise. Conclui que, para isso, é necessário que se estude a família como uma instituição,

uma estrutura. Enquanto instituição, devemos, pois, nos amparar nos resultados obtidos pela etnografia, história, estatística social, portanto, sob o domínio do método sociológico. O que resta para o domínio da psicologia? A colocação de traços essenciais tais como: estrutura hierárquica, modos de organização da autoridade familiar enfocando as leis de sua transmissão, as relações íntimas da família com as leis do matrimônio.

Podemos, para maior compreensão, citar Chaves, 2005:

“(…) Assim a família humana deve ser compreendida na ordem original de realidade constituída pelas relações humanas. Proceder desta forma é estudar a família sob o ponto de vista objetivo, pois as relações humanas constituem objeto próprio da sociologia. O interesse de Lacan é fazer uma pesquisa de natureza psicológica estudando ‘a família como objeto e circunstância psíquica’, nunca visando aos instintos, mas sim os complexos” (Chaves, 2005, p. 32).

Levando em conta o propósito de tornar a família humana como objeto da psicologia, Lacan tenta descrever o funcionamento da instituição familiar através de dois pontos sempre litigiosos para o psicólogo:

1) Da parte da hereditariedade psicológica, de todos os grupos humanos, a família desempenha papel primordial na transmissão da cultura, pois prevalece na primeira educação, no recalque das pulsões, na aquisição da língua (justamente nomeada como materna), governando, desse modo, os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico.

2) A família transmite as estruturas de comportamento e de representação cuja dinâmica ultrapassa os limites da consciência, estabelecendo, portanto, uma continuidade psíquica entre as gerações cuja causalidade é mental.

Entretanto, a família moderna, que é a instituição objeto do estudo de Lacan, é um grupo reduzido. Sobre esse fato, Lacan (1938) comenta: “O grupo reduzido pela família moderna apresenta-se [...] como uma contração da instituição familiar” (Lacan, 1938-1981, p.15).

A família moderna mostra uma estrutura complexa, na qual o casamento tem um papel importante em sua estrutura, que é designada por Durkheim como “família conjugal”. Esta estrutura, também observada nas formas primitivas de família, apresenta traços essenciais: autoridade, modo de parentesco, sucessão e herança, que são objetos a serem analisados sob a ótica psicológica.

Portanto, a família moderna (patriarcal, ocidental), que se apresenta como um grupo reduzido, não advém de uma simplificação mas de uma contração da instituição familiar.

Nas palavras de Lacan:

“(…) Neste trabalho comparativo, compreende-se a profunda reforma que conduz (foi conduzida) a instituição familiar a sua forma atual; se reconhece também que é necessário atribuir a influência prevalente que assume neste caso o casamento, instituição que se distingue da família” (Lacan, 1938-1981, p. 17).

Assim, podemos compreender a importância do casamento nesta contração da família moderna e apontarmos o acerto do termo “Família Conjugal”, com o qual a designa Durkheim.

COMPLEXO, FATOR CONCRETO DA PSICOLOGIA FAMILIAR

Deve-se compreender a família humana na ordem original de realidades que constituem as relações sociais. Para fundamentar esse princípio, temos recorrido às conclusões da sociologia, pois, só dessa forma, podemos captar a ordem de realidade em questão, ou seja, a família, que é um objeto específico dessa ciência. Desse modo, o princípio se coloca num plano que alcança sua realidade objetiva, permitindo, assim, julgar como verdadeiro o alcance dos resultados atuais da investigação psicológica. Se pretendemos caminhar de acordo com esse intuito, devemos pensar a família como objeto e circunstância psíquica, nunca visando aos instintos, mas sempre aos complexos. Esse resultado não é o fato

contingente de uma etapa redutível da teoria; deve-se reconhecer nele, traduzindo, em termos psicológicos, conforme o princípio preliminarmente colocado, esta característica essencial do objeto estudado: seu condicionamento por fatores culturais a expensas de fatores naturais.

O complexo, com efeito, liga, sob uma forma fixada, um conjunto de reações que podem atingir (“intéresser”) todas as funções orgânicas, desde a emoção até a conduta adaptada no objeto. O que define o complexo é o fato de ele reproduzir uma certa realidade do ambiente de uma dupla forma:

- Sua forma representa esta realidade no que tem de objetivamente distinto, numa etapa dada do desenvolvimento psíquico, ou seja, sua gênese;

- sua atividade repete no vivido a realidade assim fixada, toda vez que se reproduzem certas experiências, especifica-se o condicionamento do complexo. Essa definição implica que o complexo está dominado por fatores culturais, seja em seu conteúdo (representativo de um objeto), em sua forma (ligada a uma etapa vivida da objetivação) e em sua manifestação (carência objetiva frente a uma situação atual).

Nesse momento de sua obra, Lacan acha que o conceito de complexo é que pode ajudar a esclarecer o de pulsão. O complexo se diferencia do instinto através da tipicidade do mesmo em relação com as leis de um grupo social, ao contrário da tipicidade genérica do instinto em relação à fixidez da espécie. Enquanto há uma estereotipia dos fenômenos do instinto, em que a ativação é submetida à lei do “tudo ou nada”, no complexo, “o proteísmo de suas manifestações, sob as formas equivalentes de inibição, compensação, desconhecimento, racionalização, exprime a estagnação diante do mesmo objeto” (Lacan, 1938-1981, p. 52).

Podemos dar uma definição mais sumária de complexo: conjunto organizado de representações e recordações de forte valor afetivo, parcial ou totalmente inconsciente.

O Complexo é constituído a partir das relações interpessoais da história infantil, formando estruturas necessárias para a construção da subjetividade. Essa subversão da fixidez do instinto permite surgir as diversidades culturais. E, segundo Lacan, os complexos parecem mais estáveis e típicos na família, sendo através deles e da Imago que se estrutura o psiquismo.

Devemos salientar que para Lacan é a Imago, enquanto representação inconsciente, o elemento fundamental do complexo. Os dois conceitos, complexo e Imago, modificam a psicologia, especialmente da família, tornando-a objeto de análise, bem como esclarecem o desenvolvimento e a organização psíquica da criança e do adulto.

Lacan (1938) vai trabalhar com três complexos. Inicia afirmando a importância do Complexo do desmame, que fixa no psiquismo a relação de alimentação, sendo a Imago materna sua forma primordial, desse modo dá lugar aos sentimentos mais arcaicos que unem o indivíduo à família, acrescentando, posteriormente, os complexos de intrusão e de Édipo no qual se distingue o complexo de castração.

Lacan (1938) ressalta que, no animal, o instinto materno cessa no fim da amamentação; no homem, o que determina o desmame é uma regra cultural, portanto seu efeito é da ordem de um trauma psíquico. Sendo assim, o complexo do desmame é o mais primitivo (arcaico) do desenvolvimento psíquico, integrando, posteriormente, a todos os outros. Sendo dominado por fatores culturais, este estágio primitivo é radicalmente distinto do instinto.

O desmame deixa a marca permanente da lactação interrompida. Tal crise, trauma do desmame, só pode ser resolvida por uma intensão mental. Por essa intenção, o desmame é aceito ou recusado. A recusa do desmame é o que instaura o positivo do complexo, a saber, a Imago da relação amamentadora que tende a restabelecer a vivência da lactação. Esta Imago possui conteúdos e formas. Sua forma não existe até o momento em que ela se organiza mentalmente; não é provável que esses conteúdos possam ser representados na consciência, mas se reproduzem nas estruturas mentais que modelam as experiências ulteriores. Tais experiências serão vividas através de sensações exteroceptivas, formadas por unidades de percepção que são ligadas aos primeiros interesses afetivos que convergem na percepção do rosto humano.

O interesse da criança ante o rosto humano é precoce, desde os primeiros dias, mesmo que a coordenação motora dos olhos não seja desenvolvida. Existe, na criança, um reconhecimento muito precoce da presença que cumpre a função materna. O rosto humano assumirá, progressivamente, um valor de expressão psíquica que representa a reação de plenitude e satisfação frente a essa imagem. O complexo do desmame, ligado à satisfação proprioceptiva da sucção oral, enfatiza a fusão da criança com a mãe, do absorver e ser absorvido. E do aspecto introceptivo, temos a angústia que tem como modelo o nascimento, com sua ruptura precoce da relação mãe e criança.

Segundo Chaves (2005):

“Para Lacan, o desmame representa e dá expressão psíquica a uma imagem mais arcaica, a que separa o sujeito, pelo nascimento, da matriz, ou seja, o indivíduo da mãe, provocando, assim, um mal-estar que jamais poderá ser recompensado por nenhum cuidado materno” (Chaves, 2005, p. 35).

Sabemos que o homem é o animal que mais prolongada tem sua infância – dentição, andar etc., isso causa, segundo Lacan, uma impotência vital total que perdura até além dos 2

anos. Sendo um animal de nascimento prematuro, isso mostra uma deficiência biológica positiva. A imago do seio materno domina toda a vida do homem. A amamentação, o abraço, a contemplação etc. satisfaz o mais primitivo dos desejos, representando, portanto, uma compensação da angústia do nascimento. O complexo do desmame dá a expressão psíquica adequada à imago mais obscura de um desmame mais antigo, mais penoso: aquele que separa a criança da matriz. Nas palavras de Lacan: *Assim constituída, a Imago do seio materno domina toda vida do homem. (...) a imago deve ser sublimada para que novas relações se introduzam com o grupo social (...)* (Lacan, 1938-1981, p. 27 e 28).

A imago materna precisa ser sublimada, permitindo, assim, a introdução de novas relações com o grupo social, e, contribuindo, assim, para o sentimento familiar. A sua sublimação deixa traços na sua estrutura, que é a base do progresso mental da criança.

Resistindo a essas novas exigências, ela se converte em fator de morte, nos suicídios “não-violentos”, anorexia mental, envenenamento de algumas toxicomanias via bucal, regime de fome nas neuroses gástricas. Com o abandono à morte, o sujeito procura reencontrar a imago da mãe que não foi sublimada.

O que Lacan quer realçar aqui é a importância da sublimação da imago materna na formação do psiquismo, enfatizando que o retorno à imago pode ser fatal. O autor expressa assim, a ideia, que já encontramos em Freud, do apetite de morte vivido pelo homem, isto é, a idéia da pulsão de morte.

Vamos tratar agora do segundo complexo, o complexo de intrusão. Nele, o sujeito será capturado, inicialmente, pela imago da mãe, em segundo, pela introdução do irmão intruso. O complexo da intrusão consiste na experiência em que o sujeito reconhece o fato de ter um irmão. “O complexo de intrusão representa a experiência que o “sujeito” realiza

quando vê um ou muitos dos seus semelhantes participarem junto com ele na relação doméstica” (Lacan, 1938-1981, p. 37). Suas condições são variáveis, pois depende tanto das culturas (da extensão que outorgam no grupo doméstico) quanto das contingências individuais. Depende da posição que o indivíduo ocupa no aparelho familiar, na ordem dinástica: herdeiro ou usurpador. Nesse momento, na intrusão, observamos o aparecimento do ciúme infantil.

Nesse contexto, através da experiência analítica, Lacan (1938-1981) afirma que a estrutura do ciúme infantil está na gênese da sociabilidade – este ciúme não representa uma rivalidade vital, mas uma identificação mental. Aqui se realiza um paradoxo: cada parceiro confunde a parte do outro com sua própria e se identifica com ela. Este sentimento do “outro” é todo imaginário. A imago do outro é ligada à estrutura do “corpo próprio” e mais especialmente de suas funções de relação, por certa similaridade objetiva.

No complexo de intrusão, aparece uma ambiguidade de amor e identificação; ambiguidade que será fundamental para os estágios ulteriores. A agressividade se mostra secundária à identificação. A imagem do irmão não submetido ao desmame suscita uma agressão especial porque repete, no sujeito, a imagem da situação materna e, com ela, o desejo de morte. Embora dois parceiros apareçam aí, a relação que se caracteriza não é de um conflito entre dois indivíduos, mas um em cada sujeito.

Trataremos, então, do Estádio do espelho¹. Neste estágio, temos presentificada a função da identificação afetiva. O Estádio do espelho corresponde ao declínio do desmame

¹ O estágio do espelho corresponde ao declínio do desmame e tem como fator central o fato de o sujeito reconhecer sua imagem no espelho. Sendo, dessa maneira, uma tentativa feita pelo enfant de resgatar o vínculo perdido inicialmente no nascimento e presentificado no desmame.

que tem como fundo específico a prematuridade do nascimento. O reconhecimento de sua imagem no espelho é um fenômeno duplamente significativo: - o fenômeno aparece, após o sexto mês, e seu estudo, neste momento, revela de maneira demonstrativa as tendências que constituem então a realidade do sujeito. Também a imagem especular, em razão dessas afinidades, dá um bom símbolo desta realidade: seu valor afetivo, ilusório, como imagem de sua estrutura refletindo a forma humana.

Aqui acontece a famosa colocação de Rimbeau, “eu é um outro”, a criança ainda não tem uma unidade corporal unificada vivida, não pode sentir-se uno, isto é oferecido por uma Gestalt imaginária de si.

Essa identificação com a imagem do duplo¹ forma um par narcísico. Falemos de suas características. O par especular tem como traços principais: o narcisismo primordial, que só é possível porque a figura do semelhante é a minha; a transitividade radical, uma vez que tudo que se diz de um membro do par pode ser dito do outro, e a agressividade, o desejo de apagar toda distância, toda diferença que produz uma agressividade destruidora, uma vez que a relação imaginária está se tornando insuficiente. Essa agressividade destruidora é sempre autodestruidora, pois não importa sobre qual membro do par incida é sempre o mesmo. Os traços essenciais psíquicos do complexo fraternal apontam para a socialização e a identificação como efeito das vivências edípicas posteriores.

¹ Lacan (1938-1981) diz: “A tendência pela qual o sujeito reinstaura a unidade perdida de si mesmo toma o lugar desde a origem, no centro da consciência. Ela é a fonte de energia de seu processo mental, progresso cuja estrutura é determinada pela predominância das funções visuais. Se a procura de sua unidade afetiva promove, no sujeito as formas em que ele representa sua identidade, a forma mais intuitiva é dada, nessa fase, pela imagem especular. O que o sujeito dela saúda é a unidade mental que lhe é inerente. O que ele reconhece nela é o ideal da imago do duplo” (Lacan, 1938-1981, p. 37).

Lacan (1938-1981) vai agora nos falar sobre mais dois complexos presentes na estrutura familiar: o complexo de Édipo e o complexo da castração.

Como já falamos, o complexo é um conjunto de representações e recordações de forte poder afetivo, parcial ou totalmente inconsciente, constitui-se a partir das relações interpessoais da história infantil e estrutura todos os níveis psicológicos: emoções, atitudes, comportamentos adaptados. Portanto, é, na família, que encontramos os complexos de maneira mais estável e fixa. Para Lacan, o desenvolvimento psíquico tem como eixo o complexo, é através dele, bem como da imago que se estrutura o psiquismo.

Assim, os complexos são as estruturas necessárias para a formação da subjetividade, estruturas que necessariamente o indivíduo tem que passar, para a formação de sua subjetividade.

Nosso estudo falará dessa função estruturante do Édipo e do fato de que ele define as relações psíquicas na família. Seu período máximo se situa entre os 3 e os 5 anos de idade, durante a fase “fálica”; e seu declínio marca a entrada no período de latência. Segundo Lacan, aos 4 anos, as pulsões genitais atingem seu apogeu. Ele nomeia como uma “puberdade psicológica prematura, em relação à puberdade fisiológica”. (Lacan, 1938-1981, p. 51). O Édipo terá forte efeito para a estruturação da personalidade e sobre a constituição das diferentes instâncias, e, especialmente, as do Superego e do ideal do eu. O desejo sexual, pela figura paterna do sexo oposto será obstruído pela do mesmo sexo. O pai aparece como interditor e transgressor ao mesmo tempo. “O pai proíbe o filho de ter a mãe e dorme com ela”. Essa tensão é resolvida, de um lado, pelo recalque da tendência sexual que ficará latente, doutro lado, pela sublimação da imago parental em um ideal representativo. Esse duplo processo é genericamente fundamental porque se inscreve no psíquico em duas

instâncias permanentes: O “supereu” que recalca e o ideal do “eu” que sublima. Elas representam o fim da crise edípica.

Nossa tentativa de análise, neste item, leva em conta a sugestão de Lacan de que o movimento psicanalítico negligencia a estrutura em benefício do dinamismo. Sabemos que o Édipo trata de uma estrutura, diria mais, invariável, sua forma é que pode depender de uma da estrutura social. Em outras palavras, as determinações sociais do Édipo só o são no que diz respeito às formas que ele assume, e não com respeito à estrutura.

Tentemos elucidar essa proposta de estrutura invariável. Esta estrutura implica a interdição do pai, ou seja, a castração e o acesso à ordem simbólica ou ordem da cultura.

Como nos indica Althusser (1976): “Lei da Ordem, que eu designarei por lei da cultura, e que esta lei da ordem se confunde na sua essência formal com a ordem da linguagem” (Althusser, 1976, p. 56).

Implica, pois, a lei de proibição do incesto. O erro de Reich e de Malinoswki, na proposta de desmontar a universalização do Édipo, foi de confundir o pai, a mãe, como entidades reais, e não como lugares simbólicos. Depois de Lévi-Strauss, sabemos da universalização da lei da proibição: “A proibição do incesto está ao mesmo tempo no limiar da cultura, na cultura, e em certo sentido é a própria cultura” (Levi-Strauss, 1986, p. 50).

Para melhor esclarecimento sobre a proibição paterna, citemos Levi-Strauss:

“A proibição do incesto não é nem puramente de origem cultural nem puramente de origem natural, e também não é uma dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente à natureza e parcialmente à cultura, constitui o passo fundamental graças ao qual, pelo qual, mas, sobretudo, no qual se realiza a passagem da natureza à cultura” (Levi-Strauss, 1976, p. 52).

Resumindo as três fases do Édipo para Lacan, tal como se encontra em Anika Fiffletj-Lemaire (1979):

Na etapa imaginária, a criança é objeto do desejo da mãe; como objeto, é nomeada de Falo, então, a identificação da criança com o Falo é a identificação com o desejo da mãe. A criança se confunde com o objeto do desejo da mãe e não se distingue dela; em suma, não tem uma subjetividade.

Num segundo momento, a criança sofre a interdição da lei, do Nome do pai, ou seja, a proibição de ser o Falo onipotente-onipresente.

Num terceiro momento, a criança se submete à dialética de identificações com seus pais.

Para o próprio Lacan (1957-1999):

“Neste Primeiro tempo, o menino trata de se identificar com o que é o objeto do desejo da mãe, o desejo do desejo da mãe (...) (...) mas há na mãe o desejo de algo mais que a satisfação do desejo do menino; por trás dela, perfila toda a ordem simbólica, o falo” (Lacan, 1999, p. 86).

Em um segundo momento da vivência do Édipo, o pai aparece como interditor, num duplo sentido, “priva o menino do objeto de seu desejo e também priva a mãe do objeto fálico” (Lacan, 1957-1999, p. 87).

Aqui se encontra a lei. Reparemos que o que está em jogo é a interdição que é exercida pelo “Nome do pai”¹, a proibição de a criança ser o Falo onipotente-onipresente. Já no último e terceiro momento, o pai intervém de outro lugar. Lacan (1957-1999) afirma: *O pai intervém como aquele que tem o falo e não como aquele que é o falo, reinstaurando assim a instância do falo como objeto desejado pela mãe e não mais como objeto de que pode privá-la como pai onipotente* (Lacan, 1957-1999, p. 87).

¹ Nome-de-Pai: A noção de Nome-do-Pai foi introduzida por Lacan: cada significante pelo fato de não remeter para um objeto, mas para um outro significante, é simbólico da falta que ele introduz no ser. (Mijalla, 2005, p.1270).

Neste tempo, o pai é preferido à mãe, desta identificação culmina a formação do ideal do eu. No primeiro momento, o objeto metonímico, o falo, não está realmente constituído. No segundo tempo, aparece o pai interditor no discurso da mãe, a criança é sacudida de sua posição de sujeição.

A primeira tríade é quebrada por essa etapa transitória e capital, que permite a identificação com o pai. O ideal do eu representa um papel tipificante, ou seja, assumir a femininidade ou a masculinidade. Esses papéis são vividos na dimensão do supereu e são dados por ela, é aqui importante a intervenção de Althusser, no que diz respeito à imposição da ideologia para a vivência desses papéis, em que não propõe uma subversão das estruturas de parentesco, seja elementar ou não, mas leva em conta como são vividas essas estruturas.

A aceitação da lei do pai é que vai introduzir o sujeito na ordem do simbolismo social, da linguagem. O Édipo é que estrutura o sujeito para que este ocupe uma posição no interior da família. Lembremos que não é a toa que Lacan coloca este título em seu ensaio. O sujeito poderá, então, ser suporte ideológico, efeito ideológico de sujeito. Essa determinação social só poderá ser *a posteriori* ao Édipo. Lacan trabalha com o exemplo de Malionowski, a que aludimos acima, em que houve uma separação entre a função recalcadora, que em nossa sociedade patriarcal coincide com a figura paterna deslocada para o tio materno. O próprio Lacan fala da determinação social, da concentração da imago paterna, das funções de recalque e de sublimação com este deslocamento da função de recalque. Essa separação das funções dá lugar a um equilíbrio diferente do psiquismo. Com isso, tentamos mostrar nossa tese inicial de que as variações do invariante estrutural são determinadas pelas estruturas sociais.

Qual é o objetivo da proibição do incesto? Evitar a coincidência entre as relações de parentesco e as relações de aliança. Sem essa distinção, cair-se-ia na confusão absoluta e seria impossível a cada um de nós saber quem era e qual era sua posição em relação aos outros. Cada um de nós iria diluir-se na promiscuidade total. A proibição do incesto pelo Nome-do-pai instaura a lei e a lei é a ordem da linguagem. Essa ordem é constituída pelo outro, o terceiro, o Pai, a Lei; assim, podemos compreender Lacan quando nos diz: “o inconsciente é o discurso do Outro”.

Votemos ao texto, *Complexos Familiares* (Lacan, 1938-1981), em que vamos encontrar a finalização das funções do complexo de Édipo.

Para Lacan (1938-1981), o complexo de Édipo marca todos os níveis do psiquismo, principalmente na maturação da sexualidade, na formação e no desenvolvimento do psiquismo. Essa maturação da sexualidade condiciona o complexo de Édipo, formando suas tendências fundamentais e, inversamente, o complexo a auxilia, dirigindo-a para os seus objetos. O complexo de Édipo se desenrola por um conflito triangular no qual a mãe, objeto primordial, é objeto do desejo duplo do desmame: como sustento a absorver e também como seio onde se reabsorver. Portanto, é a mãe o primeiro objeto edipiano. Esse desejo é mais claro no menino, que também expressa aí a reativação do complexo de desmame e a conseqüente regressão sexual. Já, na menina, o objeto, sendo o pai, impõe uma mudança do objeto. A mãe permanece como objeto das pulsões primitivas, destacando-as melhor das tendências genitais que se concentram no pai.

Podemos observar aqui a influência do complexo de Édipo sobre uma relação vital com o pai e a mãe, e é desse modo que ele contribui para a constituição da realidade, através de certa profundidade afetiva do objeto. O complexo de Édipo e o ciúme na sexualidade

infantil, ao mesmo tempo, são mola do recalçamento que reduz as suas imagens ao estado de latência até a puberdade. Ele é, também, o momento da sublimação que abre a realidade para o homem.

Após esse breve resumo sobre o Édipo, encontrado no texto *Complexo Familiares* (Lacan 1938), iremos desenvolver, juntamente com Lacan, o constructo teórico do Complexo de Édipo e seus três tempos.

3.2 O COMPLEXO DE ÉDIPO NA OBRA DE LACAN E SEUS TRÊS TEMPOS

Lacan (1988), no texto *As Formações do Inconsciente*, afirma que o que autoriza o texto da lei, está no nível do significante, isto é, o Nome do Pai, pai simbólico. Este termo subsiste no nível do significante e dá esteio à lei. Para o autor, é isso que Freud expressa no mito de Édipo. É o assassinato do pai que permite que a lei seja fundada. O pai morto promulga a lei, tornando-se o pai simbólico, o Nome-do-Pai pontuando o fato de existir a lei através da articulação de uma certa ordem do significante, o complexo de Édipo, lei da proibição da mãe.

O Nome-do-Pai, que é da dimensão metafórica, tem como essência o triângulo edípico mãe-criança-Pai, que apresenta três termos subjetivos do complexo de Édipo, três polos responsáveis pelo surgimento do sujeito: Ideal do Eu, supereu e realidade. Na dialética subjetiva, podemos selecionar três imagens homólogas à base do triângulo edípico: o corpo despedaçado, a imagem total do corpo e a imagem especular. Este primeiro triângulo imaginário é, portanto, formado pela relação do eu com sua imagem especular e o terceiro ponto, o falo.

Lacan enfoca, principalmente, a supremacia do falo para posteriormente desenvolver o conceito de complexo de Édipo, assinalando de forma veemente que, o inconsciente, uma

vez estruturado como linguagem, condiciona à primazia do falo. (Tavares, 1988). Nesse sentido, do inconsciente estruturado como linguagem e a ordenação do falo, Chaves (2006) afirma:

“É na medida em que esta proibição (Nome do Pai) instaura a lei em cada cultura que a sociedade se define como simbólica: do ponto de vista lacaniano, a proibição (de ser o falo) é assim a lei instaurada pelo pai, a ordem da linguagem por excelência, que intervêm na relação (mãe-filho) especular, introduzindo a ordem simbólica. A esse respeito Lemaire (1989) afirma que a ordem do simbolismo ocupa lugar de destaque no pensamento de Lacan, na medida em que as virtudes, e os perigos da tomada de consciência dele decorrem. Tal proibição (do incesto) só pode ser introduzida pela metáfora paterna, que ordena a questão do falo no triângulo mãe-filho-pai. Para isto, Lacan vai esclarecer o conceito de falo, desconfundindo-o do pênis” (Chaves, 2006, p. 62).

Sabemos que o conceito de falo foi tratado com vulgaridade por alguns estudiosos da psicanálise, entretanto, o mesmo é essencial no tocante à compreensão e releitura da obra freudiana, proposta por Lacan. Nesse sentido, afirma Tavares (1988): “Lacan assinala que o conceito de falo não pode ser confundido com o de pênis, e que, na obra de Freud, ele ocupa lugar central. Contudo, Freud emprega sumariamente o termo “objeto fálico”, e, em um único lugar, ele o emprega como substantivo”. (Tavares, 1988, p. 26).

Talvez alguns discípulos de Freud tenham ignorado aquilo que se encontrava implícito no pensamento do mestre. Lacan realiza uma crítica a E. Jones concernente ao conceito de afânise. Este conceito desenvolvido por Ernest Jones, no texto de 1927, *Novo Desenvolvimento da Sexualidade Feminina*, no qual afirma que o denominador comum da sexualidade da menina e do menino deve ser procurado aquém do complexo de castração, na afânise (Jones, 1927).

A afânise, uma vez interligada ao complexo de castração, provocaria um medo mais ameaçador do que o temor da castração, bem como seria precedente ao medo da castração. Prevalece tanto no sexo masculino como no feminino. Nesse caso, cabe a indagação: como

situariamos a mulher, uma vez que ela não tem pênis? É interessante notar que esse conceito emergiu no momento do desenvolvimento das pesquisas de Jones sobre a sexualidade. Lacan afirma que o falo vale para ambos os sexos, não se restringe ao pênis, e que a castração não deve ser entendida via pênis, mas via pai.

O conceito de afânise sugere a confusão que Jones realiza entre pênis e falo, entre os registros em que se dá a falta do objeto que, para o psicanalista francês, seriam frustração, privação e castração, entretanto, tais registros encontram-se tocados por objetos distintos. Jones confundiu o conceito de privação com o de castração e, por conseguinte, confundiu também seus respectivos objetos. Ressaltemos que, para Lacan, a castração é a falta simbólica de um objeto imaginário. Enquanto a frustração é a falta imaginária de um objeto real e a privação é uma falta real de um objeto simbólico.

O falo se presta a uma operação metafórica na medida em que se apresenta como um referente simbólico, um elemento significante prevalente. Há uma vinculação entre imaginário e simbólico. Sobre tal vinculação imaginário e simbólico, citemos: Tavares (2006):

“A lei, que é a intervenção da ordem da palavra (simbólico), vem intervir na relação imaginária, duelo, entre o eu e o outro, entre o macho e a fêmea, colocando-se como o terceiro (o Outro). O símbolo desde sempre envolve o sujeito em suas tramas” (Tavares, 2006, p. 58).

Não podemos ignorar o fato de que uma criança, que olha para o pênis da mãe, e não o encontra, pode empregar a frase de Lacan “aquilo que não se encontra em seu lugar”. Nesse caso, a falta de pênis equivaleria à falta de falo, pois nos encontramos no nível imaginário e, não obstante, o objeto de castração é um objeto imaginário. Estamos tratando da aniquilação do falo materno imaginário. Nesse contexto, o sujeito pré-castrado posteriormente passaria pela castração, ou seja, pela metáfora paterna, que também é relevante para a compreensão

do Édipo. Estamos nos referindo ao momento em que o outro faz sua passagem de imaginário para o Outro simbólico. Este já não obedece mais, pois o outro especular obedece.

Lembramos que o outro elencado aqui não é o possuidor de alteridade plena, mas distante do terceiro legislador, paterno, constituído no conflito edipiano, ele é apenas mediador. Ainda não se apresenta como a lei paterna.

É necessário um terceiro triângulo entre o sujeito, a mãe e o intruso para mediar a relação do sujeito e sua mãe: é o triângulo entre pai, mãe e sujeito, este que é o Outro com O maiúsculo ou A, como Lacan (1957-1999 - p. 56) escreve: “Autre”, Outro em francês. O terceiro paterno e o terceiro fraterno são distintos, porque o segundo retira, toma sem direito. A chegada de um irmão aos dois ou três anos de idade causa mal estar na criança, que vê agora a atenção dos pais voltada para a chegada de seu irmãozinho. A princípio, ele se identifica com a figura fraterna, mas depois que a identificação se esvai, o irmão torna-se um intruso que desperta o sentimento de concorrência e vontade de destruição do rival. Entretanto, a aceitação deste terceiro é inevitável para o desenvolvimento do sujeito. Ele, mais cedo ou mais tarde, percebe que esse outro não é a sua imagem. Ao contrário, ele sofre também as restrições do pai e é igualmente obrigado a obedecer-lhe, em suma, o irmão é semelhante, a não ser por aquilo que o sujeito é obrigado a sacrificar, ou seja, seu desejo pela mãe, pois este objeto é privilégio intrínseco do pai. Na realidade, o pai substitui à concorrência brutal, consideravelmente atenuada pela mãe, mas de fato jamais pacificada (a mãe sempre carrega consigo a pacificação e o cerne das desavenças), é o regime da lei, da proibição, do nome. O afrontamento com este pai cessará (no sentido de término, desfecho) o reconhecer de forma plena a identidade do sujeito. O terceiro fraterno, imagem especular do sujeito, o irmão que carrega similitudes, é o próprio desafio lançado ao sujeito. Lacan, no seu

artigo sobre a família (Lacan, 1938-1981), atribui aos intrusos o epítome de uma alternativa da qual dependerá o destino da realidade e, sobretudo, o destino do sujeito. Diante desse embate, os indivíduos têm duas escolhas, reencontrar o objeto materno, o que corresponderia a uma volta à relação dual, ou tentar a recusa da realidade e almejar a aniquilação do outro.

Tendo enfatizado aspectos importantes do conceito de Falo em um determinado momento do pensamento de Lacan, passaremos a discutir o primeiro conceito Lacaniano de Édipo, influenciado pelas ideias do estruturalismo, em que o Édipo nos é apresentado direcionado pelo imaginário e pelo simbólico, permitindo-nos perceber a primeira “concepção” de família em Lacan.

Lacan (1938-1981), no texto “*Complexos Familiares*”, fala da intrusão e retoma de maneira muito clara o estágio do espelho. Um texto básico para o entendimento desse estágio seria o artigo “*O Estádio do espelho como formador da função do Eu*” (Lacan, 1936-1988).

Esse aspecto remete aos primórdios da obra de Lacan, em que já se encontram presentes os três registros: o imaginário, o simbólico e o real. A respeito desta relação dos três registros, afirma Chaves (2006):

“Vemos aqui, claramente, como se verificará nos demais textos desses anos 1950, a experiência analítica sendo da ordem do simbólico, colocando assim, em segundo plano, o registro do imaginário. E o Real já está presente, mas nem por isso identificado a este mesmo Simbólico nem ao Imaginário” (Chaves, 2006, p 65).

Na conferência de Lacan de 1953, “*O Simbólico, O Imaginário e o Real*”, Lacan introduz os três registros essenciais à condição humana: o simbólico, o Imaginário e o Real. Podemos sintetizá-los, neste início: O simbólico remete tanto à linguagem, como a função de proibição do incesto. O Imaginário designa a relação com a imagem do semelhante e com o “corpo próprio”, e o Real difere da realidade, na medida em que escapa ao simbólico

(Chaves, 2006). O imaginário corresponde primeiro ao estágio do espelho. Diz respeito à ordem da imagem e, em segundo, à ordem do fictício ou irreal (Tavares 1988).

O que permite o processo de identificação com a imagem de si e com aquilo que dela provém é, segundo Lacan, aquele movimento pelo qual a criança se volta para a mãe, que é quem a sustenta, e lhe pede sua aceitação. O reconhecimento do sujeito ancora-se no reconhecimento e na aquiescência do Outro, a mãe é o Outro primordial.

A criança decifra no espelho a imagem de um eu idealizado, com a qual poderá estabelecer identificação. Nesse sentido, de acordo com Chaves (2005),

“(…) Entretanto há uma busca pertinente que estreita o campo da investigação, passando da sociedade à família, da família ao “espelho” e deste a linguagem como lugar próprio do inconsciente”. “(…) Há assim uma operação de estruturação que abre espaço para emergir algo da fantasia, do inconsciente, mostra o quanto a imagem está revestida de desejo” (Chaves, 2005, p. 44).

Esse espelho pode ser a genitora (primeiro espelho), bem como o olhar do Outro que está sempre devolvendo para o espelho sua imagem. Lacan (1938-1981), acentuando a importância do olhar, confere à pulsão escópica grande relevância. O psicanalista francês acentua, todavia, que o psicótico, diante da pulsão escópica, só enxerga o lugar da castração, da qual ele almeja escapar. Uma vez sabido que o reconhecimento da imagem corporal se efetiva aproximadamente pelos seis meses de idade, podemos distinguir duas fases do espelho:

a) A criança, ao ver sua imagem, não a decifra como imagem de si mesmo.

b) A criança, ao reconhecer a imagem do espelho como imagem própria, se imbuí de intensa alegria. Nas palavras de Lacan (1936-1988):

“É envolvida no contexto da amamentação, e de considerável incapacidade locomotora, que a criança vivencia a descoberta da imagem especular. Neste estágio a criança ainda não concebe uma realidade corporal plena, integrada e vivida. Ela ainda se sente dividida e sua unidade lhe é oferecida sob o arquétipo da

Gestalt imaginária de seu eu. Salientamos que imaginário aqui significa, sobretudo, ordem da imagem, do fictício e do irreal” (Lacan, 1936-1988, p. 56).

À imagem especular inaugura a imagem de si mesmo inserida no desenvolvimento de cada indivíduo, enquanto totalidade e unidade distinguíveis. O enaltecimento que caminha *pari passu* com esse reconhecimento é revelador de um dinamismo libidinal, até então problemático. O benefício que essa mentira visual nos atribui traz consigo conseqüências perigosas e decisivas. De antemão, a criança pode ver na revelação constitutiva de si um convite ao suicídio, o que é provado pelo mito de narciso.

A experiência da alteridade especular não é ainda a experiência do outro plenamente real e autêntica. A decifração constitutiva de si provém de uma instância ulterior e distinta do desenvolvimento individual. É, acima de tudo, a experiência inicial da ipseidade, ou seja, da alteridade de si, instalada em si (Tavares, 1988).

Continuaremos a examinar a relação especular e seus efeitos, entre eles a regressão e fixação inconsciente em uma experiência puramente especular.

De Waelhens (1972) assinala que a formação da paranoia não esgota a significação da imagem especular. Podemos inferir desta concepção que a revelação de si incita o eu às armadilhas da objetivação alienante, por ser inaugurada na ordem do engodo visual.

De acordo com De Waelhens (1972),

“A partir daí, serão grandes a tentação e a ameaça, para o sujeito, no momento em que começa para ele a obra de auto-significância que será toda a existência, de fugir da tarefa, enganar a si mesmo e substituir essa tarefa por outra, ao mesmo tempo tranquilizadora e sisfíca que considera em querer igualar-se em termos absolutos à sua própria imagem especular” (De Waelhens, 1972, p. 88).

Ora, é a impossibilidade iminente de se juntar plenamente a essa imagem ideal de si, (a que é elevada à imagem especular), de identificar-se substancialmente com ela, que desencadeia contra essa mesma imagem a agressividade do sujeito, que se decepciona por ser

impedido de alienar-se nela de verdade. É, então, que a lenda de Narciso vem à tona, na expectativa contraditória de aniquilar essa imagem, penetrando-a ou de deixar que só ela subsista, suprimindo a imagem que deveria igualá-lo, e, dessa forma, se perder como alteridade subsistindo apenas a imagem (Tavares, 1988).

A imagem especular original desempenha constantemente o papel de um substrato do “eu” ideal, e isso a experiência analítica nos informa, da qual ela não é apenas o significante *princeps* como, de algum modo, a própria realidade, se bem que envolta em uma mentira. Dessa forma, conferem-lhe o epítome de imago (no sentido analítico do termo), tendo que ser uma fonte de identificações secundárias, ela é, de acordo com Lacan, “minha Estátua” (Lacan, 1938-1981, p. 44-45).

A imagem especular também é imbuída de efeitos retrospectivos e prospectivos. De Waelhens (1972) designa: “a tudo que Freud, a propósito, aliás, de outros fenômenos, designou sob o título de *nachträglich*”. Esse conceito é definido como aquilo que faz com que as experiências, impressões e traços mnêmicos sejam posteriormente remanejados em detrimento de novas experiências, do impulso a outro grau de desenvolvimento. Nesse sentido, também podemos lhes conferir uma eficácia psíquica.

Notamos que Freud utiliza concepção muito semelhante quando desenvolve a ideia de herança arcaica em seu texto *ToTem e Tabu* (1912-1980, p 13). Lacan traz ideia semelhante no conceito de complexo e Imago, em seu texto “*Complexos Familiares*” (1938-1981), assim como Melanie Klein com os conceitos de Imago e Phantasia Inconsciente, no texto *O Primeiro ano de Vida do Bebê, In os progressos da psicanálise* (Klein, 1982).

Um exemplo interessante foi apresentado por Freud quando ele citou, em *o homem dos lobos*, uma criança pequena, ao presenciar a cópula dos pais, sem compreender o fato,

não concebe a significação real do acontecimento. Essa cena primária somente se demonstrará desagradável para o sujeito quando, no limiar da maturidade sexual, o sujeito presenciar uma cena semelhante à primeira, que se insere em seu registro verdadeiro e lhe permite remanejar a cena primária da cópula dos pais. Esse remanejamento, posteriormente, é suscetível a situações e acontecimentos, como uma maturação orgânica, que permite ao sujeito aceder a um novo tipo de significações e a reelaboração de suas experiências precedentes (Tavares 1988).

A experiência de um corpo fragmentado é transformada pela imagem especular. Lacan (1938-1981) denomina esta fase também como uma vivência do corpo fragmentado, muito bem descrita por ele no texto, *Complexos Familiares* (1938), em que o autor disserta sobre as relações paternas e fraternas no seio da família.

A experiência do corpo fragmentado é anterior, mas concebida posteriormente pela criança à experiência da imagem especular, cujo aparecimento na atualidade é indício forte de esquizofrenia. Isso se manifesta em sonho, desenho, modelagem, enfim, nas produções artísticas do sujeito. As fantasias de desmembramento, exposições de membros desconectados, de órgãos furados em exoscopia, e para isto citemos as obras de Bosch¹, são decorrentes das fantasias de desmembramento. Os quadros de Bosch expressam uma perfeita fragmentação corporal, uma vez que intestinos aparecem em barrigas completamente abertas, o coração se deslocando para os lados, etc. Lacan designou isso como corpos que voam para as perseguições intestinas.

¹ Jerônimo Bosch, Pintor Holandês, Hiêronimo Van Aeken Bosch nasceu em 1450 e faleceu 1516, em Hertogenbosch. Sua Pintura se caracteriza por figuras fantásticas, disformes, demônios e visões de aberrações humanas

Por fim, corroboramos que a vivência do corpo fragmentado, situada na fase anterior ao espelho, só é experimentada a *posteriori*, haja vista que a criança somente se sentirá repartida se a mesma se enxergar una, o que é proporcionado por intermédio do espelho (Tavares 1988).

Ao falar do imaginário, De Waelhens (1972) cita alguns aspectos referentes ao Eu social que são decorrentes da imagem especular. A natureza do conhecimento, do aprender, é decorrente da transformação do Eu do espelho para o Eu social.

Segundo De Waelhens, Lacan dá o nome de par imaginário ao esboço de sociabilidade concernente à transformação do Eu especular, do Eu do espelho, para o Eu social.

Essa experiência, que resulta na criação do par imaginário, sugeriu que o mesmo e o outro são reversíveis no sentido de que Eu sou minha imagem e que minha imagem sou eu. Hegel demonstra que no “desdobramento da consciência” não seria mais que o encontro de nossa identidade na imagem, mas, não nos esqueçamos de que tal imagem é de alguma forma, o seu outro. Este par é narcísico, uma vez que atribuímos ao nosso Eu a imagem do outro (Tavares 1988).

Lacan descreve, também, nos animais, o fenômeno da captação imaginária. Um jogo muito interessante está incutido no modo como os animais fazem a corte uns aos outros. Seria um jogo característico do plano imaginário. Esta manifestação tratar-se-ia de um par narcísico, uma vez que o interesse pela minha imagem que, vista no outro, é consubstanciada pelo interesse que tenho por mim mesmo. Podemos dizer que aquele que vê se vê, uma vez que podemos nos identificar somente enxergando os outros. O outro par do par é sempre privilegiado, representa o que eu deveria ser (Dor, 1988).

Narcisismo, transitivismo e agressividade são os três traços principais do par imaginário. O investimento libidinal da figura semelhante torna narcísico o par imaginário. É narcisista também por seu investimento se debruçar sumariamente no “eu”.

Na recusa da realidade e regressão da libido, a pulsão se dirige à vivência narcísica mais primária (par imaginário) desinvestindo a realidade e mantendo sobrecarregadas as representações narcísicas originais (Pontalis Laplanche, 1967).

Sobre a regressão da libido aos investimentos narcísicos originários, Freud (1924-1980) afirma: *A ênfase (da regressão da libido), porém, é diferente nos dois casos (neurose e psicose). Na psicose, ela inside sobre a primeira etapa (núcleo Narcísico primário), que é patológica em si própria e só pode conduzir à enfermidade* (Freud, 1980 - 1924).

A esses mecanismos específicos da psicose que Freud chamou de negação da realidade e regressão da libido, Lacan recupera um novo termo freudiano, rejeição ou repúdio, mecanismo específico do fato psicótico que consistiria numa rejeição primordial de um significante fundamental (o falo) para fora do universo simbólico do sujeito (Pontalis, Laplanche, 1967).

O transitivismo, característica intrínseca ao par imaginário, permite inferir que tudo que se diz de um membro do par cabe ao outro e vice-versa. As crianças de faixa etária de seis meses a dois anos e meio, aproximadamente, exprimem essa situação. Com duas crianças, de faixas etárias aproximadas, podemos ver que, quando uma bate na outra, ambas choram, a que agrediu e aquela que sofreu a agressão. Daí, percebemos que o outro agredido é ela própria (Tavares, 1988).

A agressividade, terceiro traço do par imaginário, advém da impossibilidade de apagar a distinção entre os membros do par, o que incita a uma intensa agressividade, sempre

auto-destruidora, que se dirige para ambos os membros do par. Constitui-se como o usual, na vida de todos, um par, um casal, um laço com a figura do semelhante. A matriz originária das outras relações advém dessa relação com essa figura do semelhante.

De Waelhens (1972) questiona:

“O que faz que se transforme em eu e alter-eu a experiência especular do outro, em vivência narcísica não mais imaginária? Quem possibilita esta passagem é a entrada do Édipo e sua resolução correta (a profundidade e a transcendência do objeto são constituídas no Édipo) existe um intermediário mediador e transacional, entre o outro especular e o outro objetual. Para se afirmar e posteriormente negar uma afirmação, necessita-se de uma mediação, que tem algo da afirmação e da negação. Em suma, tese e antítese juntas abrigam o sim e o não.” (De Waelhens, 1972, p 103).

O Segundo tempo do Édipo: Complexo de Intrusão.

Como posso passar dessa relação dual, do outro-especular, que ainda sou eu, para um outro que não é mais eu, o outro objeto? Daí, surge o mediador transacional, o irmão ou alguém que desempenhe esse papel. O outro polo da percepção especular seria o irmão, desde que tente revelar a realidade e cessar com a mentira. O irmão é a corporificação especular encarnada. Entre gêmeos, a potência e a frequência nas relações interfraternais do narcisismo, transitivismo e agressividade são explícitas. Concluindo, citemos Chaves (2005):

A ideia principal de Lacan nas reflexões sobre o espelho é justamente a inversão na maneira de entender o desenvolvimento do psiquismo. Portanto, tal inversão estabelece um laço entre o nascimento originário da identificação primordial que Freud já havia aprendido na sua ambivalência de Amor e ódio e na agressividade logo revestida nesse instinto de morte de masoquismo primordial (Chaves, 2005, p. 44).

No Complexo de intrusão, o irmão passa a ser encarado como um intruso. Isso o diferencia da imagem especular, pois essa é satisfatória para o sujeito, apesar das ameaças que traz consigo. O simétrico desse sujeito pode permanecer por causa da identificação que o sujeito projeta sobre eles. Breve, aparecerá uma discordância na satisfação especular nessa situação. A intervenção do personagem materno vai comprometer a simetria supracitada

entre o sujeito e o irmão especular. De Waelhens (1972), de acordo com Lacan, afirma que a mãe trará sempre as distinções e os desacordos. A mãe suscita o conflito, pois ela é o objeto visado. O duplo se transformará em intruso, em terceiro objeto, o qual substitui a concorrência de uma situação triangular e aquela ambiguidade especular. A relação dual e o duplo especular se sistematizam em um primeiro triângulo gerador do Outro (Dor, 1989).

O “eu” recebe o conhecimento humano como objeto comunicável porque a característica do saber implica ao mesmo tempo rivalidade e acordo. Esse processo de conduzir o “eu” a um outro objeto possibilita o encontro, ao mesmo tempo, do outro e do objeto socializado. A rivalidade vital e imediata se distingue do ciúme como forma de objeto, mais do que o determina, protótipo dos sentimentos sociais. É diante do ciúme da mãe que aceitamos a prova da concorrência de luta que suprime a união dual com a mãe, pois esta se torna excluída dela. Assim se dá o esboço de uma sociedade, constituída pelo grupo dos irmãos e da mãe. O grupo familiar, limitado à mãe e ao irmão, desenha um complexo psíquico, em que a realidade se cultiva imaginária. Uma passagem plenamente simbólica e concreta não se pode constituir sem a vivência do complexo do Édipo (Dor, 1989).

Ao acoplar a metáfora paterna no Nome do Pai, relacionando a função fálica com o complexo de castração, a presença e a ausência paternas é distinta da função paterna. Precisamos entender a presença paterna em um plano simbólico e não somente realista. Ao conceber o pai como uma significação simbólica, Lacan presta-se a uma operação metafórica. É por isso que ele afirma que o pai não é um objeto real, o pai é uma metáfora. Um significante que substitui outro. Eis, aí, a força e a única função do pai, enquanto interventor do complexo de Édipo. Em determinado momento do processo de maturação.

Lacan (1938-1981) enxerga a fase do espelho em que se apresenta para o indivíduo certo tipo de identificação sobre o sustentáculo de uma relação alienante específica à mãe.

No primeiro tempo do Édipo, a criança já se esboça como sujeito no estágio do espelho, e ao abandonar a fase de identificação especular daquele estágio, a criança encontra-se numa relação, união dual com a mãe. A criança esforça-se por se identificar com aquilo que a mesma supõe ser objeto de seu desejo, a mãe. O desejo da criança se torna o desejo da mãe, e esta se encontra em uma relação de imediaticidade com a criança, uma vez existente os cuidados e a satisfação das necessidades que a genitora lhe proporciona. A princípio, a relação de imediaticidade mãe-criança leva esta última a se posicionar diante daquele objeto que a criança pensa faltar à mãe, qual seja, o falo. A criança se defronta com a problemática fálica na relação dual mãe-filho, quando a primeira se apresenta ela mesma como falo materno (Dor, 1989).

Cabe, aqui, esclarecermos sucintamente a distinção entre necessidade e desejo. Para isso, tomemos as palavras de Chaves (2005):

“Há uma diferenciação rigorosa entre necessidade e desejo. A necessidade é da ordem do biológico, fundando-se em sua realização. Já o desejo é de outra ordem, a das palavras, pois não se satisfaz, não se realiza plenamente, apontando uma ausência do objeto, e uma presença do ato de desejar” (Chaves, 2005, p 49).

Conseqüentemente, neste primeiro período do Édipo, se encontra alienado o desejo da criança ao desejo da mãe. Pensa-se que, para agradar à mãe, é necessário ser o falo. É neste sentido que Dor (1985) afirma:

“A relação da criança com o falo é de suma importância para entendermos que o falo é representante do desejo materno e a identificação da criança com este significante será positiva, pois a protege de todo desamparo (o que é no plano do imaginário é inconcebível). A criança está envolvida na dialética conflituosa de ser ou não ser o falo, concebendo a dimensão da castração, pois, esta faz a economia de uma contingência fundamental ligada à problemática fálica. O mediador (Pai) é o suposto intruso na relação dual mãe-criança, ou seja, quando não há relação triangular que se apresente como mediadora na identificação fálica iniciada pela criança em benefício da mãe” (Dor, 1987, p. 102).

Em direção à fusão da criança (falo da mãe), a relação caminha e se apresenta num único ponto. A relação dual é, entretanto, somente imaginária, uma vez que o falo com o qual a criança se identifica é imaginário. O pai acaba por ser pressuposto nessa relação em razão do caráter mesmo da identificação fálica. A mediação da castração é ignorada pela identificação com o objeto fálico. A primeira, a castração, é colocada no plano de uma oscilação dialética entre *ser* ou não *ser* o falo.

No segundo momento, a criança já se defrontou com a problemática da castração, uma vez pronunciado o aparecimento dessa oscilação, o pai é vivenciado, aí, sob o mundo da intrusão (Lacan, 1938-1981).

A dialética de ser ou não ser o falo poderá se perpetuar, se não houver conciliação mediadora, citada por Sartre na dualidade de si/ para si: sem conciliação, a qual se diverge substancialmente da dualidade de Hegel (conciliação). Nas identificações perversas, em que existe uma diferença da questão de ser ou não ser o falo, torna durável e constante uma oscilação referente à castração. Na medida em que a mensagem se realiza de forma satisfatória, as identificações que qualificamos como perversas, desordens e perturbações podem obter fundamento. O paradoxo de querer ser ou não ser o falo, de algum modo, confere satisfação à criança (Tavares, 1988).

A ambiguidade da dialética faz com que o menino tente evitar a castração. Mas, no entanto, o perverso reconhece que ele se apresenta subjetivamente ligado à primazia do falo. De acordo com Dor (1989), o perverso sustenta com veemência a singularidade dialética referente à castração, quanto mais consegue observar sua incidência. O engodo subjetivo é mantido e reproduzido pelas angústias e sintomas, nos quais se encontra preso.

No segundo tempo do Édipo, vamos encontrar o esclarecimento dos três tipos de falta que incidem sobre o falo: a privação, a frustração e a interdição.

Uma vez ressaltada a importância do pai enquanto privador, Dor (1989) afirma que a presença paterna sentida pela criança está sob o modo de interdição e frustração.

O pai chega no lugar do inoportuno, e não simplesmente por seu volume material exarcebado, mas, acima de tudo, porque interdita, proíbe. Ele impossibilita a satisfação das pulsões, a satisfação do desejo pela mãe, o que frustra a criança.

A intrusão do pai na relação triangular manifesta-se nos registros de interdição, frustração e privação. A ação conjugada do pai, imbuída dos três registros precedentes, tende a catalisar a função primeva de castrador. (Dor, 1989).

Dor (1989) aconselha retomarmos o conceito de falta de objeto para a compreensão do segundo tempo de Édipo. Lacan (1938-1981) propõe essa discussão no seminário *A relação de objeto e as estruturas Freudianas*. A falta de objeto na criança e no adulto se manifesta sobre a castração, privação e a frustração. Elencamos que, em cada um desses respectivos registros, se dá uma falta de objeto distinta correspondente a um tipo de objeto. Na frustração se trata de uma perda de objetos imaginários, de um dano imaginário. É terreno promissor de reivindicações que não serão satisfeitas e se apresentam como abrigo de uma falta imaginária, entretanto, seu objeto é real. A menina sente essa falta real no tocante à ausência do pênis, frustração. Ademais, toda a criança, seja de que sexo for, vivencia uma terrível experiência ao saber que a mãe não possui pênis. Na privação, a falta seria um buraco real, tal como é apontada por Lacan, porém o objeto da privação é simbólico. Na castração, a falta é simbólica, já que a mesma encontra-se concernida com a proibição do incesto, referência simbólica por excelência. É por intermédio dessa proibição que a função paterna

permite o acesso ao simbólico. Esta seria uma dívida simbólica, o que é afirmado por Lacan como falta significada pela castração. Ressaltemos que a falta é imaginária e o objeto encontra-se longe de se apresentar como real.

O terceiro tempo do Édipo: a metáfora paterna. No movimento de intrusão da figura paterna, o pai se apresenta como aquele que tem direito e os exerce sobre a mãe. Esta intervenção é vivenciada pela criança como um ato imaginário que visa a um objeto efetivamente real, a mãe, a qual ele deseja. Assim, a criança questiona a sua identificação fálica e é obrigada a renunciar ao desejo de ser o falo da mãe.

Desde o ângulo da mãe, segundo traço da intrusão paterna, o pai priva-a do falo que ela é supostamente possuidora no imaginário da criança, identificada como seu objeto de desejo. Neste momento, cabe uma afirmação de Dor (1989):

“Portanto sob o modo da privação da mãe que uma questão, que em dado momento da evolução edipiana se coloca para o sujeito: aceitar, registrar, simbolizar ele próprio, tornar significante esta privação da qual a mãe se revela ser o objeto (...) Qual é a configuração especial desta relação com a mãe, com o pai, como o polo que faz com que a criança não aceite que a mãe seja privada pelo pai de alguma coisa que é objeto de seu desejo? (...) Esta configuração é nodal. “A este nível, a questão que se coloca é: ser ou não ser o falo” (Dor, 1989, p. 80).

A marca da frustração e da privação é carregada pela criança no ângulo da dialética de ser ou não ser o falo. A origem deve ser buscada no aparecimento do pai como Outro, na relação dual entre a mãe e a criança. O Outro surge, portanto, na experiência edipiana vivida com a mãe, como objeto possível do desejo da mãe, como um objeto fálico concreto que a criança acredita rivalizar com ele no tocante ao desejo da mãe. É, nesse período, que se instaura a rivalidade do menino com o pai, este que possui o falo com que a criança se identificava, no qual observamos o cerne da rivalidade imaginária, de fato coextensiva a um deslocamento de objeto fálico que dirige a criança até a lei do pai.

O deparar da criança com essa interdição, que é refratária à dependência que a mãe cultiva pela “lei”, impede a mãe de satisfazer as demandas da criança. A lei do Outro interpelada pela própria direção do desejo da criança.

De acordo com Tavares (1984):

A criança neste momento percebe que a estruturação do desejo de cada um se dá através e, sobretudo, pela lei e desejo do Outro. Este momento proporciona a inteligibilidade da significação do desejo da mãe sobre aquilo que até o momento a criança supôs ser seu objeto. Uma vez subjugado o desejo da mãe ao desejo do Outro, o Pai, não esqueçamos que este pode ter ou não ter este objeto, e a criança concebe a problemática dialética de ser ou não ser o falo e, neste embate, vive seu próprio desejo (Tavares, 1988, p. 109).

Mas a questão mencionada acima faz como que a criança perceba que a mãe reconhece a lei como aquilo que mediatiza o desejo da mesma pelo objeto, que não seria mais a criança, mas aquilo que o pai pode ter ou não ter. Esse momento é oportuno para se desatar o sujeito de sua identificação fálica, mas, ao mesmo tempo, é criado um outro liame com um outro objeto cuja posse é, por natureza, incerto.

O laço estreito da mãe a uma lei que não é sua, aliado ao fato que o objeto de seu desejo é soberanamente possuído pelo Outro o qual a lei a ela remete. Daí, o distanciamento da figura materna à nomeação paterna, o que constitui ponto nevrálgico do Édipo. O pai, por causa de sua essência privadora também suporta a lei, e isto é mediatizado pela mãe, que eleva o pai a tal *status* (Dor, 1989). Não podemos deixar de realçar aqui o papel da linguagem. Nas palavras de Chaves, (2005): (...) *A certa altura, porém, Lacan passa a afirmar que o momento da constituição do sujeito, propriamente dito, se deve dar no registro do simbólico. Esse registro refere-se, essencialmente, ao acesso do sujeito à linguagem (...)* (Chaves, 2005, p. 47).

O declínio do complexo de Édipo, instalado no segundo momento desse estádio, se apresenta como pré-requisito para que a criança esteja capacitada para simbolizar a lei e,

assim, o sujeito tem que se defrontar com a castração que a interpela por intermédio da dialética do ter, de que depende, num futuro próximo, o desejo da mãe.

Assim, o pai real é elevado a um *status* de pai simbólico, uma vez revestido pela lei é investido pela criança com uma nova significação. De outro lado, a mãe, condescendente à lei paterna, reconhece a palavra do pai como mobilizadora de seu desejo, o que contribui também para atribuir ao pai um lugar simbólico em relação à criança. É, dessa maneira, que o indivíduo recebe a função do pai, que é precisamente o significante simbólico do Nome-do-Pai (De Walhens, 1972).

Lacan (1988) afirma que:

“Em outras palavras, a relação na qual funda o pai como mediador de algo que está além da lei dela e além do capricho e que é pura e simplesmente a lei como tal, o pai, portanto, enquanto Nome-do-Pai, isto é, como todo o desenvolvimento da doutrina Freudiana anuncia e promove, a saber, como intimamente ligado a esta enunciação da lei, eis aí o que é essencial, e é nisto que ele é aceito ou não aceito pela criança, que ele priva ou não priva do objeto de seu desejo” (Lacan, 1936-1988, p. 103).

No desfecho do segundo tempo do Édipo, algo acontece em relação ao objeto fálico: antes a criança acreditava que ela própria representava o objeto desejado pela sua mãe, a partir desse momento, essa certeza é desfacelada. E o sujeito, em um futuro próximo, terá que aceitar essa condição, que ele não é o falo, algo que se origina da intervenção do pai. A criança percebe que a mãe carece do mesmo objeto que ela, segundo seu modo próprio. Percebe-se, nessa fase, que a mãe deseja o falo em um lugar supostamente definido e possível de possuí-lo. É algo interligado ao complexo de castração, que é instrumento essencial para que se coloque, em primeiro plano, a necessidade de ter o falo (Tavares, 1988).

O terceiro tempo do Édipo (do ser ao ter) é marcado pelo declínio do complexo de Édipo e chega ao término na rivalidade fálica que a criança cultivava pela mãe, e que a

criança direcionava, também, ao pai. O pai, uma vez dotado do atributo fálico, deve ser digno e dar conta disso. É, nesse período, que ocorre a simbolização da lei, o indivíduo compreende sua significação. Tal simbolização é de suma importância no desenvolvimento da criança, pois ela é estrutural, auxilia a criança a lidar com seus desejos e com o desejo do outro, no caso a mãe. O sujeito modifica sua impressão e sua relação com o falo, haja vista o abandono da fase do ser, que é resolvida por ele mesmo. Essa supressão da fase supramencionada só ocorre com o término da rivalidade junto à mãe. Dor (1989) comenta:

Enquanto ele tem o falo, o pai não é mais aquele que priva a mãe do objeto de seu desejo. Ao contrário, porque ele é o suposto detentor do falo, ele o reinstaura no único lugar onde ele pode ser desejado pela mãe. Assim, a criança não se atém solitária na dialética do ter, ou seja, a mãe que não tem o falo pode desejá-lo, junto daquele que o detém; a criança que é também desprovida dele poderá cobiçá-lo lá onde ele se encontra (Dor, 1989, p. 103).

O pai, que neste estágio intervém de modo explícito na significação da lei, representa o falo desejado pela mãe, e que o oferece a ela e a priva ao mesmo tempo. A prerrogativa do “sou ou não sou o objeto de minha mãe” é sucedida pela interrogação de ter ou não ter o falo. Este, que é o significante, causador do desejo, não tem suporte visível, e não se liga a nenhuma imagem, o que não o impossibilita de se apresentar, de marcar presença ou ausência. Ninguém possui esse objeto de forma permanente, nem o é de modo pleno e, apesar de ele representar aquilo que o homem dá à mulher, ele nunca oferece o pênis real, pois este é subjacente ao desejo masculino, que por não tê-lo, faz da mulher o objeto de seu desejo. Aqui, chegamos ao segundo ponto das incidências decorrentes das interferências da passagem do ser para o ter. Cabe à mulher não se identificar como o falo que ele busca por intermédio da sexualidade feminina e da identificação histórica, em que a mulher se comporta como se ela fosse o falo, em que esta se recusa a vivenciar uma relação verdadeira

de trocas recíprocas, de doações e recebimentos. Enfim, o falo se situa na relação a qual se recomeça, incessantemente, pois, na realidade, ninguém o possui (Tavares, 1988).

Ao entrar na dialética do ter, o menino deixa de ser o objeto de desejo materno e passa a identificar-se com o seu próprio pai, que é o suposto de ter o falo. A menina abandona a posição de falo da mãe e busca aquele que pode lhe oferecer a satisfação plena, o pai.

Daí, concluímos que o falo é estruturante para a criança, independente do sexo, desde que a figura paterna, que é suposta de possuí-lo, faça predileção pela mãe. Dor (1989) afirma ser o recalque originário a testemunha da transformação do registro do ser para o ter, prova do funcionamento cabal da metáfora paterna.

Esse recalque originário ou metáfora paterna, encontramos-lo em Freud exemplificado no Fort-Da, que representa a evolução da criança no plano simbólico, ou seja, o domínio do objeto perdido, de modo simbólico, ressaltamos.

A interpretação de Freud do jogo do *Fort-Da*, citado acima, se refere a reaparecimento, retorno. Para Lacan, o *Fort-Da* denota a substituição do significante. Duas metáforas estão presentes no jogo: carretel=metáfora da mãe. Jogo presença/ausência=metáfora=localiza os retornos e as partidas.

Essa atividade incita a criança ao controle mais efetivo por meio da ordem do simbólico, pois ela muda a situação a seu favor, torna-se ativa.

A situação muda quando a criança deixa a mãe simbolicamente. A criança se torna dominadora da situação por controlar a ausência do carretel e a presença do mesmo bem como dos fonemas *Fort-Da*. O jogo sugere que a criança não é objeto único da mãe e que ela pode colocar substitutos do objeto perdido. Ressaltemos a importância do advento da

linguagem, acesso ao simbólico. O que se sustenta no recalque originário explicita o domínio simbólico do objeto, ou seja, a realização da metáfora paterna. Esta se caracteriza como estruturante, pois, condiciona a uma metaforização, simbolização principal da lei a qual se realiza na substituição do significante Nome do Pai ao significante fálico. E a primeira condição para que o falo citado acima se estabeleça é a perda do objeto, para que se efetive sua posterior representação. O que de imediato para a criança encontra-se na dialética do ser, ou seja, ser o falo de sua mãe, ser o objeto ocupador da falta de sua mãe toma o valor de “ter” o falo.

A criança apenas consegue mediatizar para substituir a vivência em imediatividade para a ordem do ter, que sustenta que o indivíduo saiba executar a distinção entre si mesma e a vivência e, segundo, porque o simbólico substituto da vivência imediata atua nesses processos como vivência.

A criança não é tão-somente o objeto do desejo do “Outro”, agora, é sujeita ao desejo do Outro. O reconhecimento desse sujeito se figura na experiência da linguagem, em que a criança e esforça por transformar em palavra, símbolo, sua renúncia ao objeto perdido.

Assim, o recalque seria o movimento em que se desenrola o psiquismo, mediatizando o imediato em palavras: “a passagem do real imediatamente vivido à sua simbolização na linguagem das palavras, na qual Lacan diz:” “A palavra é a morte da coisa”. “Se não se pode ter a coisa (o objeto perdido), nós a matamos, simbolizando-a pela palavra” (Lacan, 1936-1988, p. 102). Como afirma Tavares (1988):

(...) O Nome do Pai é uma designação que se encontra endereçada ao reconhecimento de uma função simbólica circunstrita do lugar de onde se exerce a lei (...) O Nome-do-Pai é o significante S1, associa-se ao significado de S1, que seria o desejo da mãe, o falo. Em fórmulas posteriores, reencontramos simbolizada a marca do recalque pela presença do símbolo A (Autre) (Tavares, 1988, p. 103).

A presença desse Outro (A), é extremamente hermética para o sujeito, pois insere-se na ordem do recalque e persiste nele, caracterizando-se por repetição. É um automatismo de renomear o Pai, sempre nomeando esse objeto fundamental de seu desejo que a criança faz de maneira metafórica, já que tal objeto se apresentou inconsciente. Assim, percebemos a subserviência do sujeito a uma designação, o que acontece sem o conhecimento deste, o que manifesta sua perenidade, sua insustentabilidade.

Lacan (1938-1981) afirma que a linguagem permite a perpetuação da expressão, ao inseri-la no registro simbólico da comunicação intersubjetiva. A castração se afirma como perda simbólica de um objeto imaginário. Nas palavras de Barros (2001): “(...) ser um significante que substitui outro significante é a função do pai no Édipo introduzindo o sujeito no simbólico (...) o pai vem no lugar da mãe (...)” (Barros, 2001, p. 98). A metáfora paterna e o recalque originário são mediados pela linguagem, e a alienação do sujeito pela linguagem se efetiva no seio da metáfora paterna. O desejo de ser em detrimento do desejo de ter incita a mentira do desejo de objetos substituídos, de objetos perdidos. Resta ao desejo a apropriação da palavra, o que torna este primeiro demanda. Porém, aprofundando-se neste conceito, conscientizamos-nos da complexidade do movimento das pulsões que travestidas de substitutos objetais se perdem na infinita cadeia de significantes. Na sequência de substituições de desejos por objetos, o desejo se perde, mas ainda assim persiste em designar sem o conhecimento do desejo original do sujeito (Tavares, H. 1988).

A tradução do desejo em linguagem perpetua a insatisfação do primeiro. Ele renasce cotidianamente, em outros lugares, e não no objeto de desejo primevo, mas no significante suscetível de simbolizar o objeto. Isso sugere que ele se encontra inserido na metonímia e engajado nela.

A metáfora paterna permite à criança, como já foi dito, que esta tenha acesso ao simbólico, que possa ocultar seu desejo na significação de objetos substitutos pelo objeto perdido. É um processo metonímico, posto que retira a criança de sua subserviência ao imaginário materno e adere a mesma na teia dos significantes. Por isso, confere ao sujeito o *status* de indivíduo desejante; o desejo de falar exprime essa tendência edipiana da qual a criança torna-se cativa da linguagem, na qual o desejo se perde.

Existe uma história da falta que se compõe de diferentes estágios que são nascimento, desmame, alienação na imagem especular, intrusão, Édipo e castração. Em cada um desses elementos existe uma hiância (*béance*=falha entre o ser e o complemento materno), falta que o indivíduo procura cobrir, atenuar, preencher.

O nascimento, por acontecer mais cedo na vida do homem, tende a ser ultrapassado pelo amplexo materno. A divisão da união dual, as frustrações são vivificadas no desmame. A ameaça do desmame é quebrada no estágio da imagem especular que confere ao sujeito uma existência una, não-repartida, unidade imaginária (Tavares, H. 1988).

Mas, aqui, assistimos à ascensão do problema, o aparecimento de um Outro que seria, até então, inacessível se o indivíduo não persistisse em obtê-la. A liquidação do Édipo é provocada pela imposição da lei e possibilita a formação da identidade verdadeira e total do indivíduo. Essa identidade é refratária da ascensão do sujeito à ordem do real, no sentido literal do termo, e, por outro lado, esmiúça os direitos também direcionados a este momento, e o indivíduo que, até então, fora proibido de amar e de procriar em face da inexorabilidade da lei do Pai. O sujeito passará a ser identificado com a imagem fálica. Esta identificação com o objeto fálico é, no princípio, benfeitora, entretanto, deve ser ultrapassada, ou logo não

se reconhecerá mais a si próprio como sujeito de sua falta, instrumento perfeito que impulsona a negatividade do desejo (Tavares, H. 1988).

Se o sujeito permanecesse no registro da identificação fálica, o sujeito não lograria enganar o seu desejo. O desejo é o reconhecimento da falta do Outro para que sejamos reconhecidos por este como sujeito da própria falta. É no Édipo que o sujeito reconhece o lugar do pai como o detentor do objeto da mãe. Aí reside o paradoxo da metáfora paterna, o Nome-do-Pai aparece na instância sitiadora da falta. De Waelhens (1972) explica:

O desejo da mãe tem, em verdade, como significante o Nome do Pai, enquanto portador do falo. Mas, ao mesmo tempo, é isto o que o sujeito ignora e que lhe será significado, quando ele torna o desejo da mãe como significante de seu próprio desejo. Esta descoberta significa para ele que o falo está no Outro” (De Waelhens, 1972, p. 102).

O sujeito, uma vez desalojado da posição que ocupava, e, a partir do momento, em que se identificava imaginariamente ao objeto de desejo da mãe, e uma vez subjugado à lei, poderia, ao menos, receber um falo, mesmo sem o tê-lo (Tavares, H. 1988).

A forclusão da metáfora paterna é um elemento desencadeador da psicose. O insucesso do complexo pode ter razões de ambos os atores do drama edipiano. O sujeito continua em sua posição de falo imaginário. Destacamos, desde já, que nos debruçamos na ausência do significante pai recalcado no inconsciente do sujeito.

Precluído ou foracluído, e não incluído recalcado no inconsciente, tal significante se torna inacessível ao sujeito. A importância simbólica do falo é expulsa para outra instância e, em um futuro próximo, nunca mais recuperada.

Segundo Lacan (1999), a psicose é originária do encontro do sujeito com o pai que é o próprio real, o qual atualiza a preclusão que antes se realiza na metáfora paterna, e se incluía como o sujeito e seu objeto de desejo.

Lacan (1936-1988) afirma:

É o Nome-do-Pai, e, como veem, ele é no interior do Outro um significante essencial em torno do qual procurei centrá-los no que acontece na psicose – a saber, que o sujeito tem que suprir a falta desse significante, que é o Nome do Pai . Tudo o que chamei de reação em cadeia, ou de debandada, que se produz na psicose ordena-se em torno disso (Lacan, 1936-1988, p. 153).

A Verwerfung do Nome do Pai produz, quando da evocação desse significante ausente, um oco ou vazio que constitui o ponto de báscula que precipita o sujeito na psicose.

Lacan, assim como Freud e Melaine Klein, aponta as diferenças do Complexo de Édipo no menino e na menina. Tomemos primeiro o menino. O que é acentuado na relação entre o menino e o pai é o medo da castração, consequência de uma retaliação à agressividade edípica do menino pelo pai, que retorna em função da relação dual da criança com o pai. O menino projeta imaginariamente no pai suas intenções agressivas. Lacan (1936-1988) diz: “Em suma, o medo experimentado diante do pai é nitidamente centrífugo, quer dizer, tem seu centro no sujeito” (Lacan, 1936-1988, p. 175).

Mesmo intensamente ligada à articulação simbólica da proibição do incesto, a castração manifesta-se no plano imaginário, portanto, a castração aparece como uma agressão imaginária à retaliação.

Lacan chama, então, a atenção para a delicada questão do Édipo invertido, nunca ausente da função do Édipo pela componente do amor do pai.

Conhecemos em Freud o declínio do Complexo de Édipo. É baseado no amor do menino ao pai. É, na medida desse amor ao pai, que o sujeito se identifica com ele, encontrando a solução terminal do Édipo através do recalque e da identificação

No Édipo invertido, é pelo mesmo caminho do amor ao pai que se produz a posição inversa, ou seja, o menino produz não uma identificação positiva, mas sim, uma posição

apassivada em relação ao pai. Na tentativa de se fazer amar pelo pai, o menino passa para a categoria de mulher, desencadeando uma homossexualidade inconsciente, conflitante, com duas possíveis repercussões: o retorno da homossexualidade, ou seu recalque.

No Édipo do menino, o pai aparece na posição de incômodo, exatamente porque proíbe a pulsão genital real, o acesso ao objeto de desejo, a mãe. Vemos que, no complexo de Édipo do menino, o pai se torna um objeto preferível à mãe, estabelecendo a identificação final.

Na menina, a função do Complexo de Castração é dessimétrica à do menino. É no início do Complexo de Édipo que encontramos a ação do Complexo de Castração, possibilitando uma finalização mais fácil para a menina, pois o pai não encontra dificuldade de se fazer preferir à mãe como portador do falo.

Lacan (1936-1988) afirma:

(...) É na medida em que o pai se torna o ideal do Eu que se produz na menina o reconhecimento de que ela não tem o falo. (...) No momento da saída normatizadora do Édipo, a criança reconhece não ter – não ter aquilo que realmente tem, no caso do menino, e aquilo que não tem, no caso da menina (...)
(Lacan, 1936-1988, p. 179).

Vemos que para Lacan a saída do Édipo deve levar à privação. Esse resultado é totalmente admissível para a menina, gerador de conformidade, mesmo deixando um resto: a inveja do pênis.

Podemos, agora, sistematizar resumidamente o Complexo de Édipo e seus três tempos no estádio do espelho, que se ordena a partir da identificação fundamental durante a qual a criança conquista a imagem do próprio corpo, promovendo a estruturação do Eu, terminando com a vivência psíquica que Lacan designa como fantasma do corpo esfacelado. Essa experiência se organiza em torno de três tempos fundamentais.

O primeiro tempo, da relação especular, caracteriza-se por uma confusão primária entre si e o outro. Salientamos que, mesmo saindo da fase identificatória do estágio do espelho, a criança, em que já se esboça um sujeito, se encontra numa relação de indistinção quase fusional com a mãe, pela qual o desejo da criança se faz desejo do desejo da mãe. A criança depara-se, assim, com a problemática fálica, ao querer se constituir como falo materno, permanecendo alienada pela problemática fálica sob a forma da dialética do ser: ser ou não ser o falo.

O surgimento da oscilação da dialética do ser anuncia o segundo tempo do Complexo de Édipo, no qual a criança é incontornavelmente introduzida no registro da castração pela intrusão da dimensão paterna. No segundo momento do Édipo, a mediação paterna desempenhará um papel preponderante na configuração da relação mãe-criança-falo, intervindo sob a forma de privação. Essa intervenção é vivida pela criança, de acordo com Lacan (1936-1988), como uma frustração, ato imaginário que se refere a um objeto bastante real, a mãe. Dessa forma, ocorre uma mudança determinante em relação ao objeto fálico. Sua certeza de ser o falo, objeto de desejo da mãe, é abalada, uma vez que a criança é forçada pela função paterna a aceitar, não somente não ser o falo, mas também não tê-lo. O passo a ser dado na assunção da conquista do falo irá se desdobrar num terceiro tempo do Édipo, que dialetizará os dois precedentes.

Esse terceiro tempo do Édipo, tempo do declínio do complexo de Édipo, põe termo à rivalidade fálica em torno da mãe na qual encontramos imaginariamente instalados a criança e o pai. O tempo fundamental desta etapa é marcado pela simbolização da lei, que demonstra que a criança recebe sua plena significação. A dialética do ter convoca, inevitavelmente, o jogo das identificações. O menino renuncia a ser falo paterno, engaja-se na dialética do ter,

identificando-se com o pai, suposto de ter o falo. A menina depara-se com a dialética do ter sob a forma de não ter. A ordenação fálica, repondo o falo no seu devido lugar, é levada a termo pelo pai, suposto de tê-lo, que claramente tem preferência junto à mãe. Tal preferência atesta a passagem do registro do ser ao ter, e é a prova mais manifesta da instalação do processo da metáfora paterna e dos mecanismos psíquicos correlativos: o recalque primário e a identificação.

Vemos, portanto, com a constituição do sujeito, a finalização do terceiro e último tempo do Édipo.

Lacan, dos três autores estudados, é o único a apresentar um texto sobre a família: *Os Complexos Familiares* (Lacan, 1938-1981), em que enfoca a família através dos conceitos de complexo e Imago. Retorna inúmeras vezes ao tema no decorrer de sua obra, mas ressaltamos sempre com ênfase na família edípica, simbólica, tendo, como eixo, a função paterna e o desenvolvimento do sujeito.

Lacan afirma:

(...) Que é o pai? Não digo na família, porque, na família ele é tudo o que quiser, é uma sombra, é um banqueiro, é tudo o que tem que ser, ele o é ou não é, o que às vezes tem toda importância, mas também pode não ter nenhuma. A questão é saber o que ele é no Complexo de Édipo. Pois bem, o pai aí, não é um objeto real, mesmo que tenha que intervir como objeto real para dar corpo à castração. (...) (...) o pai é um significante que substitui outro significante. Nisso está o pilar, o pilar essencial, o pilar único da intervenção do pai no Complexo de Édipo (...) (Lacan, 1936-1988, p. 180).

Se nos textos *Complexos Familiares* (Lacan 1936-1988), e *O Estádio do Espelho como formador da função do Eu*, o autor, no par imaginário e no Complexo de Intrusão acentua a presença do registro imaginário, no momento da entrada do Nome do Pai (metáfora paterna), mantém soberano o simbólico. Com a introdução da topologia borromeana, Lacan, através dos Nomes do Pai, privilegia o Real. Portanto, a acepção de família, assim como do

conceito do Complexo de Édipo no primeiro momento é constituída nos registros do Imaginário e do Simbólico e, posteriormente, no registro do Real.

4.0 A FAMÍLIA NA TEORIA PSICANALÍTICA

4.1 A Família na Teoria Freudiana

Acompanhando o desenvolvimento da teoria psicanalítica, podemos observar que Freud, desde o início, menciona a família, importando este conceito da sociologia e antropologia.

Freud, em seus escritos pré-psicanalíticos, nas cartas a Fliees (Freud, 1887-19810, carta 57), fala do lugar do pai no “*Romance Familiar*” da histérica. Encontramos também, na carta 71 (Freud, 1887-1980), uma descrição cuidadosa das relações entre a criança e seus pais. Essa relação do indivíduo com os pais, irmãos e irmãs constitui o principal tema da pesquisa psicanalítica.

Na apresentação de seus casos clínicos, Freud insiste, constantemente, na relação do paciente com sua família e demonstra o entrelaçamento de seus sintomas com os sintomas familiares e seu lugar na estrutura da família.

Mas é percorrendo os textos de Freud que versam sobre a família primeva e suas relações com a civilização e a religião, que encontramos a descrição da família e da sua importância em seus primórdios.

No texto *Totem e Tabu*, Freud (1912-13/1980) argumenta que a forma primitiva da família humana consistia em uma reunião pequena de pessoas, uma horda, comandada por um poderoso macho déspota. Essa família primitiva era constituída por dois tipos de psicologia: a dos membros individuais do grupo, obedientes a uma vontade comum ou coletiva e a do pai primevo, não submetido ao coletivo, mas livre. Esse pai teria, portanto,

seu funcionamento psíquico caracterizado pelo narcisismo, pouco investimento objetal nos demais membros da horda, autoconfiança, independência e dominação. O pai da horda, devorador e temido, estava, portanto, fora da sanção da lei. Mas devemos realçar que os demais membros da horda se encontravam submetidos a uma lei brutal, encarnada pelo temido pai primevo.

Esse pai da horda impedia os filhos de satisfazer suas pulsões sexuais, obrigando-os à abstinência e, conseqüentemente, criando os laços emocionais com ele e com a família ou com a horda. Todos os filhos se viam igualmente perseguidos pelo pai primevo, temiam-no e o odiavam igualmente. Unidos pela coletividade dos irmãos, insurgem, assassinam e devoram esse pai temido e perigoso.

Surge a forma seguinte da sociedade humana, o clã totêmico. Cada indivíduo se vê obrigado a renunciar seu ideal de adquirir a posição do pai primevo e a abrir mão de possuir todas as mulheres, mães e irmãs, formando, assim, a comunidade totêmica de irmãos: todos com direitos iguais e unidos pelas proibições totêmicas que se destinavam a preservar e a espionar a lembrança do assassinato. Mas essa coletividade fraternal trazia, também, a insatisfação com o que fora conseguido e, obrigatoriamente, levaria a novas mudanças. Os indivíduos, unidos nesse grupo de irmãos, aos poucos, produziram uma revivência da antiga forma de relação, em novo nível. O macho torna-se outra vez chefe de uma família, desmanchando as prerrogativas do clã totêmico estabelecido no período em que não havia pai.

Nas palavras de Freud (1921-1980, p. 171): “(...) contudo, a nova família era apenas uma sombra da antiga; havia um grande número de pais e cada um deles era limitado pelos direitos dos outros (...)”.

Freud aponta que, para libertar-se do grupo e assumir o papel de pai, um indivíduo imaginativo inventou o mito heroico. Esse herói era um filho que sozinho tinha matado o pai primevo. Freud (1921/1980) completa:

“A transição para o herói foi, provavelmente fornecida pelo filho mais novo, o favorito da mãe, filho que ela protegera do ciúme paterno e que, na época da horda primeva fora sucessor do pai. Nas mentirosas fantasias poéticas dos tempos pré-históricos, a mulher, que constituía o prêmio do combate e da tentação para o assassinato, foi, provavelmente, transformada na sedutora e na investigadora do crime” (Freud, 1921/1980, p. 171).

Para Freud (1912-13/1980), a concepção de família é, portanto, fundamentada no assassinato do pai pelo filho e na rivalidade deste em relação ao pai. Freud utiliza, então, do conceito de herança arcaica, que traz a vivência da família primeva, da morte do pai e do clã totêmico e a presentifica na família moderna.

Porém, o despertar desses traços de memória necessita de uma repetição real. Tal reativação é levada a termo pelo complexo de Édipo, exhaustivamente descrito nos capítulos anteriores desse trabalho.

A partir da teorização do complexo de Édipo, Freud constrói uma aceção psicanalítica da família, passando a abordá-la pelo viés do complexo edipiano.

Segundo Roudinesco (2002), podemos concluir que a família é uma instituição humana duplamente universal, pois associa a castração simbólica a um fato da natureza biológica.

Roudinesco (2003) afirma:

“Para além dos complexos e de suas derivações psicológicas contemporâneos, os heróis imaginados por Sófocles, Shakespear e Dostoievski, depois transferidos por Freud para o psiquismo individual esclarecem um dos aspectos mais sutis da invenção psicanalítica: a correlação que ela estabelece, ao final do século XIX, entre o sentimento de declínio da função paterna e a vontade de inscrever a família no cerne de uma nova ordem psicológica, encarnada não mais no pai despojado de sua onipotência divina, depois revestido no ideal econômico e privado do *Pater Familias*, mas por um filho que se torna pai porque teria recebido como herança a grande figura destruída de um patriarca mutilado” (Roudinesco, 2003 - p. 86).

Mas cabe, aqui, uma questão: no texto *Totem e Tabu*, Freud (1912 – 13/1980) já não nos fala de um pai limitado pelo clã fraterno? Portanto, podemos pensar que a família fraterna traz a ideia de um pai limitado e representante, juntamente, como o totem do pai morto, devorado e, posteriormente, presentificado nos tabus do incesto e da morte do pai.

Freud afirma que o passo seguinte é através da religião totêmica, por meio da introdução das divindades e mitos paternos, que, gradualmente, transformam o clã organizado em uma sociedade de base patriarcal. A família constitui uma restauração da antiga ordem primeva e devolve aos pais uma grande parte de seus antigos direitos.

Embora a organização social, portanto, familiar, tenha aparecido sob o pilar do sistema matriarcal, as conquistas do clã fraterno persistem e se desenvolvem, marcando a distância entre o pai da família moderna e o onipotente pai primevo da horda.

A família moderna freudiana é, segundo Roudinesco (2003), um fenômeno universal alicerçada na união estável de um lado e filiação de outro. Logo, a concepção biológica da diferença dos sexos embasa a universalidade da família, mas nos envia a outra condição, a saber, de que são necessárias duas outras famílias, uma apta a fornecer um homem, e a outra, uma mulher que, pelo casamento, permitem o surgimento de uma terceira família. Logo, uma família não existiria sem a sociedade e seu processo social de aliança. Nesse processo, podemos observar duas vertentes: de um lado, a troca, que define a circulação de mulheres; do outro, a proibição do incesto, permitindo que as famílias se aliem umas às outras, e não cada uma em seu próprio nicho. A proibição do incesto é, portanto, condição tão necessária à criação de uma família, quanto a união de um sexo a outro. Logo, a criação e transformação

da instituição familiar ocorrem dentro de duas grandes dimensões ou campos: do biológico (diferença anatômica fisiológica dos sexos) e do simbólico (interdito do incesto).

Num sentido amplo, a família é definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e pela filiação ou pelo sucesso de indivíduos descendendo uns dos outros. A família é organizada em uma estrutura hierárquica centrada no princípio da dominância patriarcal, apresentando três tipos de relações elementares: a relação entre o senhor e o escravo, a associação entre marido e mulher e o vínculo entre o pai e os filhos.

Segundo Roudinesco (2003), podemos distinguir três momentos na evolução da família. Num primeiro momento, a família tradicional ou patriarcal assegura a transmissão do patrimônio. Em uma segunda fase, a família moderna, fundada no amor romântico, reforça os sentimentos e desejos na sua origem. Finalmente, a família contemporânea une, por duração relativa, dois indivíduos com o objetivo de buscar realizações pessoais e sexuais. Seu surgimento vem como consequência do realce dado à dimensão privada no último século, fomentando a consideração de funções simbólicas em detrimento da origem mítica do poder paterno.

Na horda primeva, o pai é a encarnação de Deus, senhor das famílias, reinando sobre o corpo e a alma da mãe e dos filhos. Já o pai romano se caracteriza por ter seu lugar determinado pela nomeação que ele fazia ao filho, logo, o *pater romano* é aquele que se designa a si mesmo como pai, não é determinado pelo biológico, e sim pelo ritual de reconhecimento, designação do filho pelo gesto ou pela palavra que tem como consequência a posição de comando do pai no seio da família (direito romano). No cristianismo, a função simbólica do reconhecimento, obrigatoriamente, coincide com a paternidade biológica. Portanto, diferente do pai romano, o pai cristão, submetido a Deus, tem seu direito

assegurado, não por sua vontade de reconhecimento, mas pela filiação biológica advinda de Adão e, portanto, divina.

Na realidade, apenas a nomeação simbólica garante a cada homem que é, de fato, genitor (pai) de sua prole. Este pai simbólico não é, portanto, um pai procriador, senão na medida em que é um pai pela fala. O verbo tem, portanto, como consequência reunir e cindir as duas funções da paternidade, a da nomeação e a da transmissão do sangue. Se o biológico designa o genitor, o verbo permite ao pai, em seu ideal de dominação, afastar sua progenitura da natureza e introduzi-la na cultura; em outras palavras, o pai, com sua palavra, traz para a criança a passagem da natureza para a cultura. Essa onipotência paterna sempre foi cerceada, mas esse processo se intensifica, no final do século XIX, quando as interferências do Estado na família começam a limitar e tutelar o poder do pai. É, neste momento, que Freud introduz o conceito de complexo de Édipo.

Para Roudinesco (2003), no final do século XIX, no momento em que Freud introduz na cultura ocidental cristã a ideia de que o pai gera o filho, que será o seu assassino, o tema do advento de uma possível feminilização do corpo social já é motivo de um debate sobre a origem da família. “Nessa perspectiva, o pai deixa de ser o veículo único da transmissão psíquica e carnal e divide esse papel com a mãe” (Roudinesco, 2003, p. 35). Como consequência, na reação a esse fato, há uma tentativa de recuperação do lugar do pai, representada pelo fortalecimento do pai burguês.

O pai burguês, diferente do pai divino monárquico, é um pai empreendedor, privado e individualizado. Este pai do simbólico impõe limite à onipotência do feminino, determinando, assim, três fundamentos para a família: autoridade do marido, submissão das mulheres e dependência dos filhos. É, portanto, um pai justo submetido à lei, ao Estado, o

que permite iniciar a emancipação da mulher e dos filhos e, conjuntamente, incrementar o declínio do patriarcalismo.

Mas, como relatamos, Freud já nos colocava as limitações e o declínio do pai em seu texto *Totem e Tabu* (1912-13/1980), descrevendo a morte do pai primevo, o clã totêmico, caracterizado pela ausência do pai, e a nova forma de família com a existência de muitos pais “cada um deles era limitado pelos direitos dos outros” (Freud. 1921/1980- p. 171). Portanto, o “declínio do patriarcalismo” está presente, para Freud, nos primórdios da família, e não apenas na família contemporânea como afirma Roudinesco.

Devemos ainda pôr em discussão a questão da família psíquica ou edípica e sua relação com a família da realidade. Nos textos freudianos, encontramos, constantemente, o contraponto da realidade da família com a representação psíquica da família.

Encontramos essa correlação desde a herança arcaica, que necessita sua reativação da revivência em uma família real. Esta correlação com a família real está presente também nos romances familiares que a transformam em uma família idealizada, que tem como função retificar a realidade familiar.

Também, no texto *Leonardo da Vinci e Uma Lembrança de Sua Infância* (Freud, 1910/1980), encontramos a ligação feita por Freud da ausência do pai nos primeiros anos de vida de Leonardo, pai da realidade, e sua sede de conhecimento.

Freud já nos apontava para o fato de que, apesar da importância do conceito do complexo de Édipo, é necessário levar em conta que os lugares dessa estrutura são ocupados por pais e mães. Que esses lugares são “encarnados” por pais da realidade, e não apenas simbólicos. Por sinal, por ser simbólico, esse pai não consegue representar toda a função paterna, e, por isso, Freud insiste no contraponto com a família da realidade.

Freud deixa clara, portanto, a necessidade da família da realidade que possibilitará, servirá como “base” para a família edípica, que é a acepção psicanalítica da família.

Nessa questão da família da realidade e sua função como família psíquica, citemos Yolanda Mourão (2003):

“(…) não podemos negligenciar que esses lugares (da família) são ocupados por determinados pais e mães. Estas funções não são abstratas, elas são “encarnadas” por pais da realidade, que têm sua história, estruturam-se de determinada maneira e estão submetidas a influências culturais distintas (...)” (Mourão, In Porão da Família, 2003 – p. 83).

Assim como Freud, a autora se refere à família da realidade, que participa como suporte para a família simbólica e que se apresenta na clínica psicanalítica trazendo, em seu bojo, as demandas, os desejos, a linguagem dos sintomas da família simbólica.

4.2. A FAMÍLIA NA OBRA DE MELAINE KLEIN

Melaine Klein (1931/1982), acrescenta à acepção psicanalítica de família o acesso à vida imaginária da criança e, portanto, a suas imagos maternas e paternas, como também à vivência de seus objetos parciais. Este conhecimento leva Melaine Klein a trabalhar a família através das vivências edípicas dos primeiros meses de vida, em que foca as relações do sujeito com a mãe, como objeto parcial. A função paterna presente, desde os primeiros meses, na relação mãe-filho, vem, na teoria Kleiniana, completar e ativar o Édipo da criança.

Klein centra a questão da família, nos primeiros anos de vida da criança e em sua relação com a mãe, lidando com o entrelaçamento da família da realidade e o mundo imaginário da criança. Em sua opinião, a “Phantasia”, característica do imaginário, produz a interação de uma realidade interna e da experiência efetiva, reduzida de início, da realidade externa vivida na família.

Para Melaine Klein (1932/1982), a criança de tenra idade já possui um ego mais organizado, capaz de mecanismos que fazem frente à angústia e à culpa e, o mais importante, promovem, muito cedo, relações de objeto tanto no plano da fantasia quanto no da realidade vivida na família; sendo assim, a vida afetiva e familiar da criança é obrigatoriamente mais centrada na mãe imaginária ou real.

A teoria Kleiniana sobre o conceito de complexo de Édipo e a aceção psicanalítica de família é essencialmente baseada em seu conceito de Phantasia inconsciente e, portanto, no ponto de vista imaginário.

Resumimos, assim, as mudanças propostas por Melaine Klein (1931/1982) no conceito de complexo de Édipo e, portanto, na aceção psicanalítica de família, o que discutimos, cuidadosamente, no texto anterior sobre o complexo de Édipo, na obra de Melaine Klein.

Embora, como Freud, Melaine Klein (1931/1982) faça o contraponto da família da realidade e a família psíquica ou imaginária, a autora não trabalha em sua obra com a família da realidade. O motivo pode ser encontrado em sua prática clínica, na qual, para garantir um estatuto de psicanálise para o tratamento da criança, Klein exclui os pais desse atendimento. A análise era realizada com a criança, considerada sujeito capaz de transferência e de fazer uma verdadeira análise.

Deixando os pais fora da análise, Melaine Klein (1931/1982) não se ocupou com a família da realidade, portadora fenomenologicamente dos pedidos e demandas familiares, focando, muito mais, a família imaginária presentificada no complexo de Édipo, como mostramos anteriormente.

4.3. A FAMÍLIA NA OBRA DE JACQUES LACAN

No texto, *Complexos Familiares*, Lacan (1938/1981) publica a síntese da situação da família ocidental no período pré-guerra. Salientamos que dos três autores apresentados neste trabalho, o texto de Lacan (1938/1981), *Complexos Familiares* é o que trata especificamente da psicologia da família.

Lacan utiliza os conhecimentos clínicos sobre o Édipo, de releituras de teorias psicanalíticas, sociológicas, nos levando a uma nova compreensão sobre a família e sua evolução.

O texto inicia, apresentando a família como um grupo natural de indivíduos unidos por uma dupla relação biológica: “procriação e a manutenção das condições de meio com a finalidade de desenvolvimento dos jovens”. Ao introduzir a questão da comunicação humana como obra coletiva, Lacan introduz a ideia de que a cultura está para a família humana assim como a natureza está para as espécies animais. O fato de que há um predomínio da cultura sobre a natureza é que caracteriza a família humana.

Partindo do predomínio da cultura, Lacan, em uma perspectiva psicológica, coloca a questão da família sobre a ótica da observação e análise. Conclui que, para isso, é necessário que se estude família como uma instituição, uma estrutura. Se enquanto instituição, o estudo da família é do campo da sociologia; estudar os traços essenciais da família, tais como a estrutura hierárquica, modos de organização da autoridade e outras, cabe à psicologia.

De acordo com Chaves (2005):

“(…) Assim a família humana deve ser compreendida na ordem original de realidade constituída pelas relações humanas (...) (...) o interesse de Lacan é fazer uma pesquisa de natureza psicológica, estudando ‘a família como objeto e circunstância psíquica’, nunca visando aos instintos, mas sim, aos complexos (...) (Chaves, 2005, p. 32).

Lacan torna a família objeto da psicologia, descrevendo o aspecto da hereditariedade psicológica da transmissão da cultura, da língua, que são processos fundamentais do desenvolvimento psíquico. E, também, apontando o fato de a família transmitir as estruturas de comportamento e de representação inconsciente que permitem uma continuidade psíquica entre gerações e conclui que a característica essencial da família é seu condicionamento por fatores culturais as expensas de fatores naturais.

Podemos afirmar que o conceito fundamental que Lacan (1938-1981) realça no texto *Complexos Familiares*, é o do complexo considerado pivô do desenvolvimento humano. O complexo, com efeito, liga, sob uma forma fixada, um conjunto de reações que podem atingir todas as funções orgânicas, desde a emoção até a conduta apresentada nas relações familiares.

Podemos, então, afirmar que o complexo é um conjunto organizado de representações e recordações de forte valor afetivo, parcial ou totalmente inconsciente; logo, o complexo constitui-se, a partir das relações interpessoais vividas na família, uma estrutura necessária para a formação da subjetividade.

Lacan nos fala de três complexos: desmame, intrusão e Édipo. Todos três necessários para a formação da subjetividade e vividos no âmbito familiar.

Lacan conclui que o complexo do desmame é o mais primitivo (arcaico) do desenvolvimento psíquico e se integra a todos os complexos ulteriores. Nessa relação mãe-filho é exatamente a recusa da criança ao desmame que instaura a imago da relação amamentadora que tende a restabelecer. Persistindo por toda a vida do homem, a imago do

seio materno representa toda a relação maternal da criança e também traz uma compensação para a angústia do nascimento.

Lacan chama atenção para a sublimação da imago do complexo de desmame:

“Para que se introduzem novas relações com o grupo social, para que novos complexos se integrem ao psiquismo, a imago deve ser sublimada, se resiste a estas novas exigências, ela se converte em fator de morte” (Lacan, 1938-1981, p.103).

Percebemos, portanto, como Lacan trabalha a família nessa primeira parte do texto. O vivido na família nos é acessível pelas suas representações psíquicas: complexos e imagos. Desenvolvendo o complexo de desmame e sua imago, Lacan transforma o conceito sociológico de família, enfocando-o no campo da psicologia.

Posteriormente, como discutimos exaustivamente no texto sobre o complexo de Édipo, Lacan traz a sua acepção psicanalítica de família, enfocando a família pelo viés do complexo de Édipo assim como Freud e Melaine Klein.

5.1 - CONCLUSÃO

Demonstramos que os três autores estudados, Freud, Melaine Klein e Lacan trabalham com a instituição da família, importando esse conceito da sociologia e promovendo uma leitura revolucionária da família, estudando-a sob a ótica de várias contribuições, como o conceito psicanalítico de Complexo de Édipo, as ideias estruturalistas e outras, formando, dessa forma, uma concepção psicanalítica da instituição familiar, principalmente, através de uma leitura pelo viés do complexo de Édipo.

Observamos, também, que, apesar do conceito de complexo de Édipo manter sua estrutura nos escritos de Freud, Melaine Klein e Lacan, apresenta em cada um desses autores diferenças significativas.

Vimos que nosso trabalho tem seu início na grande invenção freudiana do complexo de Édipo, no final do século XIX, quando Freud introduz, na cultura ocidental cristã, a ideia de que o pai gera o filho que será seu assassino. Esse pai morto é recuperado através da vivência edipiana como um pai simbólico, um pai de identificação. Passamos, então, de um acesso sociológico e antropológico da família a uma leitura psicanalítica da mesma. Podemos, mesmo, citar as palavras de Lacan (1938): “(...) Assim, Freud chegou rapidamente a formular uma teoria da família (...) fundada sobre uma dessimetria, aparecida desde as primeiras investigações na situação dos dois sexos em relação ao Édipo (...)” (Lacan, 1938-1981, p.53).

Vimos que Freud introduz, na teoria psicanalítica, a noção de complexo de Édipo através de uma releitura do mito de Sófocles. A partir daí, Freud vai trabalhar a noção de família em dois momentos. Primeiro, a família primeva do pai sem lei, principalmente, em

seu texto: *“Totem e Tabu”* (Freud, 1912 – 1913/1980) e, posteriormente, enfocará a família edípica, em seus textos sobre o complexo de Édipo.

Mostramos que, em 1897, Freud abandona a teoria da sedução e menciona, pela primeira vez, o Édipo. Dessa forma, observamos que o homem edípiano vai aparecer, no momento da passagem em Freud, de uma concepção traumática do conflito neurótico para uma teoria do inconsciente. Frente à decadência da vida familiar burguesa, Freud lança mão do complexo de Édipo para restaurar a família, enquanto instituição, agora simbólica e inconsciente.

Percorremos os textos freudianos que versam sobre a família primeva e suas relações com a civilização e a religião. Essa família primeva, anterior à edípica, caracteriza-se pela ausência da lei e pelo império de um pai não submetido à mesma, devorador e incestuoso. Deixamos clara nesse, percurso, a relação entre a família primeva, a herança arcaica e o complexo de Édipo, núcleo da família moderna e conceito estruturante da mesma na teoria psicanalítica.

Relacionando o banquete totêmico, a morte do pai e o aparecimento da lei, do remorso e da culpa, Freud promove a relação entre os dois tabus fundamentais do incesto e do totemismo e a instituição da família moderna. Para Freud, o elo dessa relação é a herança arcaica, que é a capacidade e tendência inata do indivíduo de engendrar linhas específicas de desenvolvimento e reagir, de maneira específica, a certos estímulos.

A reativação da herança arcaica é levada a termo pelo Complexo de Édipo, vivido na família, reeditando-se a renúncia pulsional sob a pressão da autoridade paterna e, posteriormente, da instância que substitui e prolonga o pai: o “supereu”, configurando, assim, a família totêmica como primórdio da família edípica.

Examinaremos, agora, a questão do tabu. Tabu traz, em seu significado, sentidos ambíguos. Por um lado, significa “sagrado”, por outro, “proibido”. Como código de leis não-escrito mais antigo da humanidade, o tabu traz em si um sentido de algo inabordável, expresso em proibição e restrições. A essas proibições existe forte inclinação inconsciente para sua realização. Portanto, a proibição e a culpa incidem não apenas no ato, mas muito mais no desejo subjacente de realizá-lo que, inconsciente, possui suas características de atemporalidade e indestrutibilidade.

Notamos que, no texto *Totem e Tabu*, Freud (1912-1913/1980) introduz dois conceitos fundamentais para o desenvolvimento da teoria do Complexo de Édipo: o desejo e o inconsciente. Além disso, as principais leis do totemismo – não matar o Totem e não ter relações sexuais na mesma casa Totêmica – coincidem com os dois crimes do Édipo, matar o pai e casar-se com a mãe. Ainda ressaltamos que a proibição do incesto é o que permitiria, por intermédio da renúncia pulsional, o acesso à civilização.

Concluimos, então, que, apesar de a família ter aparecido sob o pilar do sistema matriarcal ou totêmico, com os desenvolvimentos do clã fraterno, fica realçada a distância entre o pai da família moderna e o onipotente pai primevo da horda.

A grande contribuição de Freud para a construção da acepção de família, na psicanálise, é a introdução do conceito de *Complexo de Édipo*. É no texto *Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens* (1910/1980) que Freud observa como a escolha de objeto de amor do indivíduo tem sua origem no Complexo de Édipo, advindo do protótipo de objeto infantil, a mãe, que detém a libido a ela ligada, imprimindo no objeto de amor do indivíduo caracteres que o tornam substituto da mãe.

Renato Mezan (1991) comenta:

“Este texto introduz o termo “Complexo de Édipo” e o relaciona com a puberdade. Freud descreve que as revelações sexuais anteriores à puberdade despertam no menino as recordações de suas impressões e desejos infantis mais precoces, reanimando, conseqüentemente, determinados impulsos psíquicos” (Mezan, 1991, p. 192).

Freud, ao avançar na teoria do Complexo de Édipo, descreve a vivência edípica no menino e na menina, principalmente, nos textos, *Organização genital infantil* (1923-1924/1980). *Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925/1980) e a *Dissolução do Complexo de Édipo no menino e na menina* (1924/1980).

Freud conclui que a escolha de objeto e a posterior identificação do sujeito são pontos cruciais na vivência do Complexo de Édipo, demonstrando, também, a importância da família como suporte da vivência edípica e o conseqüente desencadear da herança arcaica, ponto de ligação entre a família primeva e a família Edípica.

Demonstramos que, para a psicanalista Melaine Klein, o conceito e o desenvolvimento do Complexo de Édipo são distintos do Freudiano, pois a autora fundamenta suas ideias sobre o Édipo em seus conceitos de Imaginário, Phantasia inconsciente e na precocidade da vivência edípica e do supereu infantil.

Podemos concluir que a contribuição de Melaine Klein ao conceito de Complexo de Édipo, é bastante profícua, baseia-se em uma tríplice ordem de ideias convergentes. A autora assevera o aparecimento precoce do Complexo de Édipo, a conseqüente formação do supereu e o aparecimento inevitável da culpa, conseqüência das tendências edípicas orais e anais, nos primeiros anos de vida. Ademais, acrescenta a existência das tendências genitais ativas, vividas sob o exíguo da libido oral, que também constituem as phantasias pré-genitais estruturantes das relações objetais e familiares. Klein assegura, também, inovações ao

atribuir à criança de tenra idade um ego mais organizado, capaz de mecanismos de defesa que fazem frente à angústia e à culpa e ainda promover muito cedo relações de objeto tanto no plano da fantasia, quanto na realidade. Portanto, para a autora, os fenômenos típicos e definidos do Complexo de Édipo são apenas o resultado de uma evolução que se estende por anos. Para Klein, o mais importante é a vivência de conflitos que antecedem o Édipo.

Portanto, Melaine Klein acrescenta à acepção psicanalítica de família o acesso à vida imaginária da criança às suas imagens maternas e paternas, como também à vivência de seus objetos parciais. Em sua opinião, a “Phantasia”, característica do imaginário, produz a interação de uma realidade interna e da experiência efetiva da realidade externa vivida na família.

Embora Melaine Klein faça esse contraponto da família da realidade e a família psíquica ou imaginária, a autora não trabalha em sua obra com a família da realidade. O motivo encontramos em sua prática clínica, na qual, para garantir um estatuto de psicanálise para o tratamento da criança, Klein exclui os pais desse atendimento. Sendo assim, Melaine Klein não se ocupou com a família da realidade, focando muito mais a família imaginária presentificada no complexo de Édipo.

Achamos importante pontuar que a teoria de Melaine Klein sobre o Complexo de Édipo e a acepção da família é essencialmente baseador em seu conceito de Phantasia e, portanto, no ponto de vista imaginário.

O terceiro autor por nós estudado, Jacques Lacan, apresenta grande contribuição à acepção psicanalítica da família e, também, para a nova leitura do complexo de Édipo.

Em seu primeiro texto sobre a família, *Os Complexos Familiares*, Lacan (1938-1981) apresenta, inicialmente, a família como um grupo natural de indivíduos unidos por uma dupla relação biológica: a procriação e as condições de manutenção de seus membros.

Mostramos, porém, que o mais importante é o fato de Lacan introduzir a questão da comunicação humana como obra coletiva, consequência da capacidade humana de desenvolver relações sociais específicas. Lacan demonstra que, na família humana, há o predomínio da cultura sobre a natureza, sendo esta dimensão que caracteriza a família humana. É partindo dessa afirmação que Lacan vai colocar a família sob a ótica da psicologia, através da observação e da análise. Para isso, Lacan descreve o funcionamento da instituição familiar partindo de dois pontos:

1. A família governa os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico.
2. A família estabelece uma continuidade psíquica entre as gerações cuja causalidade é mental.

O autor nos leva, então, a compreender que a família moderna, é na verdade, uma contração da instituição familiar e se pretendermos entender a família como objeto e circunstância psíquica devemos objetivar sempre os complexos, nunca os instintos. Sendo assim, vemos que o conceito fundamental trabalhado é o do complexo, pivô do desenvolvimento humano e unidade fundamental do psiquismo. Em uma definição sumária, complexo é o conjunto organizado de representação e recordações, de forte valor afetivo, parcial ou totalmente inconsciente.

Acompanhamos, juntamente com Lacan, os três complexos presentes no desenvolvimento e formação da subjetividade: o Complexo de Desmame, o Complexo de Intrusão e o Complexo de Édipo.

O importante no Complexo de Desmame é a recusa do desmame que produz a imagem do seio materno que domina toda a vida do homem como uma compensação da angústia do nascimento. Fica clara a importância da sublimação da imagem para que seja possível novas relações com o grupo social e para que a imagem não se converta em fator de morte.

Lacan trabalha o Complexo de Intrusão de maneira muito clara no estágio do espelho, descrito no artigo “*O Estádio do Espelho como Formador da Função do Eu*” (Lacan, 1936-1988).

Mostramos que o autor introduz o Complexo de Intrusão, focando o sentimento de ciúme, como arquétipo dos sentimentos sociais, representando não a rivalidade vital, mas uma identificação mental, na qual predomina a ambiguidade afetiva: amor e identificação por um lado e, por outro, a agressividade sempre secundária à identificação.

Lacan promove a releitura do Complexo de Édipo, freudiano, introduzindo conceitos do estruturalismo e da linguística, propondo, então, os três momentos do Édipo: A relação especular com a mãe, a vivência do intruso, e a entrada do pai nessa relação. A função paterna e materna articula-se na constituição do sujeito. É a partir do contato da criança com o Outro, inicialmente representado pela mãe e também pela linguagem, que se constitui o sujeito. Aí, temos a entrada do pai. A função paterna é romper a relação especular da criança com a mãe: o falo. O pai não produz a lei, mas é o efeito dessa lei e a representa. Portanto, o Nome-do-Pai é um significante privilegiado que substitui o desejo da mãe e instaura a divisão do sujeito, constituindo-o como ser de desejo.

Realçamos que Freud, ao construir sua concepção de família através do complexo de Édipo, leva a um enfoque simbólico desses constructos. Melaine Klein vai privilegiar o imaginário, ao tratar da família e do complexo de Édipo. Já Lacan, se, nos primeiros momentos, relaciona a acepção de família ao imaginário, no Estádio do espelho, e ao simbólico, na estrutura simbólica da linguagem, posteriormente, utilizando a topologia e nós borromeanos, em uma nova leitura dos Nomes-do-Pai, onde destaca o real como uma nova formalização da família.

Concluimos que, no texto *A família na teoria psicanalítica*, encontramos a questão da família presente nos primeiros escritos freudianos, porém o mais importante é que observamos que Freud e Lacan nos apresentaram textos específicos sobre a família. Freud, em seus textos sobre a família primeva, e Lacan (1938-1981), no texto *Complexos Familiares*.

Descrevemos como Freud trata a questão da família primeva, principalmente, em *Totem e Tabu*, como constituída por um grupo pequeno de pessoas ou horda, chefiada por um pai tirânico e onipotente. Mostramos como Freud acompanha a evolução da família primeva para o Clã totêmico, sem pai, e, finalmente, para a família, cujo chefe era um homem mas cerceado pelos muitos pais advindos do clã e que constituíram suas famílias.

Freud (1921-1980), no texto *Psicologia de grupo e análise do ego*, demonstrou como a herança arcaica é reativada através de uma revivência na realidade da família. Dessa forma, encontramos, simbolicamente, a vivência do Complexo de Édipo, na família moderna, o que permitiu uma leitura psicanalítica da família através do complexo edipiano.

Portanto, para Freud, é necessária uma família da realidade que levará o despertar da herança arcaica. Tal reativação é levada a termo pelo complexo de Édipo e, assim, Freud inscreve a família no cerne de uma nova ordem psicológica: a ordem simbólica.

Freud já nos apontava para o fato de que, apesar da importância do conceito do complexo de Édipo, é necessário levar em conta que os lugares dessa estrutura são ocupados por pais e mães. Que esses homens são “encarnados” por pais da realidade, e não apenas simbólicos. Portanto, a acepção de família, na psicanálise, nos é dada através do complexo de Édipo, mas, tanto teoricamente quanto na clínica, lidamos também com famílias da realidade. Tal fato nos remete a um assunto incômodo e, muitas vezes, evitado, que é o tratamento psicanalítico com a família. Discorreremos sobre essa questão nas perspectivas para o futuro.

ANEXO I

PERSPECTIVAS FUTURAS

O ATENDIMENTO PSICANALÍTICO COM A FAMÍLIA

A história do contato clínico psicanalítico com a família tem seu início com Freud, quando do atendimento do pequeno Haves, através de cartas de seus pais, que Freud (1909/1980) descreve em seu texto *Análise da fobia de um menino de cinco anos*.

Também na conferência XXXIV, Freud (1916-17/1980) já apontava para um trabalho com os pais

“As resistências internas contra as quais lutamos, no caso dos adultos são, na sua maior parte, substituídas, nas crianças, pelas dificuldades externas, se os pais são aqueles que propriamente se constituem em vínculos da resistência, o objeto da análise e a análise como tal – muitas vezes corre perigo. Daí se deduz que muitas vezes é necessária determinada dose de influência analítica junto aos pais” (Freud, 1916-17/1980, p. 181).

Apesar dessas indicações, Freud não descreve, ou sistematiza o atendimento dos pais ou da família.

Posteriormente, Ana Freud, pedagoga, que se especializou em clínica infantil, imprimiu um caráter pedagógico ao atendimento dos pais e também da criança. Seu modelo teórico não pretendia uma clínica psicanalítica da criança ou da família, e sim uma educação emocional.

A teoria que veio sustentar a prática psicanalítica com a criança foi a de Melaine Klein, que exerceu uma influência decisiva na formalização e delimitação do campo psicanalítico na clínica com crianças. Mas a análise era realizada com a criança, sujeito capaz de transferência e, portanto, capaz de ser submetida a uma verdadeira análise. Os pais eram deixados fora da análise.

Seguindo a direção de Ana Freud, o atendimento dos pais se caracterizou como entrevistas de acompanhamento e orientação, ou de anamnese. Não obstante, em toda parte, esses procedimentos foram revistos e transformados no sentido de uma participação maior dos pais durante a análise da criança.

O Kleinismo, representado a princípio por Françoise Dolto, e mais tarde por Ginette Raimbault e Maud Manoni, todas ligadas a Jacques Lacan, passa por modificações teóricas, principalmente quanto à escuta dos pais.

Françoise Dolto, que dedicou toda a sua vida profissional à “causa da criança”, modifica a entrevista com os pais, antes sempre realizadas com um cunho pedagógico, conduzindo a anamnese do caso Dominique (Dolto 1971), de forma a permitir a reconstituição da história edipiana dos pais e o progressivo distanciamento do adolescente em relação ao clima incestuoso familiar.

Maud Manoni (1974) contribui também para a mudança de direção na escuta aos pais, propondo no texto *A primeira entrevista com o psicanalista* uma escuta analítica da família com o principal objetivo de localizar a criança no desejo e no sintoma dos pais.

Apesar desses progressos, ainda encontramos certa dificuldade de se falar da família de uma perspectiva psicanalítica. O atendimento com a família é reduzido e esse trabalho é tratado como não se pudesse haver um tratamento com a família pela psicanálise.

Mas existe demanda. A família busca o analista visando a restabelecer o “equilíbrio” perdido, respostas para os seus conflitos. Ao psicanalista, a família se apresenta como uma ficção, uma construção mítica particular, tecida através de laços imaginários que matêm unidos seus integrantes, local onde se insere o sintoma familiar. Cabe ao analista trabalhar a demanda como estratégia para a entrada em análise.

Como lidar com a transferência? Quem é o sujeito de análise? Ao escutar a família o analista se posiciona diante de um grupo familiar ou de vários sujeitos? Surge a questão: articular o sujeito ao coletivo? Sabemos que o cálculo do coletivo leva em conta que uma pessoa só pode saber sobre si a partir do outro e de possibilitar o conhecimento da lógica dessa situação supondo o *um por um*. Delimitamos, portanto, o campo de trabalho no atendimento com a família não dirigido ao grupo, à família, mas aos distintos sujeitos.

A dinâmica transferencial convida o psicanalista a ocupar diferentes lugares, em momentos distintos para os sujeitos presentes. Cabe ao analista, enquanto destinatário de transferência fazer *semblant* de falta, necessária a cada um.

Uma vez que o trabalho com a família apoia-se nos conceitos fundamentais, inconsciente, transferência, repetição e pulsão e se o analista mantém a escuta, operando com o desejo de analista, ele está de fato comprometido com a ética da psicanálise, mesmo como uma estratégia diferente da análise individual.

Contemporaneamente em nossa clínica, recebemos novas configurações de família: famílias homoparentais, famílias de filhos de inseminação artificial, entre outras, o que nos leva a concluir que a família contemporânea tem muito pouco a ver com a família de séculos passados. Mas mesmo assim, há uma tentativa de manter a forma da família, o que Lacan chama de “familiarismo delirante”.

Aprendemos com Lacan (1957-1999) que a família moderna se apresenta de forma complexa, como uma estrutura em que significante remete a um significado, como não se pedisse outro significante.

Nas palavras de Mourão (2003):

“Para o funcionamento dessa estrutura, as diversas funções imprescindíveis são desempenhadas por diferentes sujeitos. Podemos acrescentar à acepção de família o conceito de parentesco de Levi-Strauss (1974) de estruturas elementares de parentesco que o leva a resgatar três elementos invariáveis e estruturais na família: as relações de aliança, as relações de filiação e de consanguinidade” (Mourão, In *Porão da Família*, 2003, p. 79).

Portanto, em uma família, há lugares ou funções de mãe, de pai e de filho. Tais funções se articulam na constituição do sujeito. É no contato da criança com o Outro, inicialmente representado pela mãe, pela linguagem, que ela se constitui como sujeito. Na tentativa de se localizar, o sujeito dirige ao outro uma pergunta: O que quer? Pergunta fundamental para pensarmos a posição do sujeito diante do desejo.

Aí, temos a entrada do pai, cuja função é proibir o gozo¹ através de duas proibições: a criança não dormirá com sua mãe, e a mãe: não reintegrará o seu produto. Através dessa dupla proibição, o pai faz o corte entre a criança e a mãe, corte fundamental, pois, retira a criança do circuito mãe-filho e do lugar de objeto do desejo da mãe: o falo. O pai, como efeito da lei, apenas a representa. Ao falarmos do Nome do pai, estamos nos referindo a um significante privilegiado que substitui o desejo da mãe e instaura a divisão do sujeito, tornando-o ser de desejo. Ressaltamos que o lugar do pai pode ser ocupado por outras pessoas, mãe, por exemplo, desde que se coloquem no lugar da lei da interdição.

Quanto à função paterna e materna, citemos Mourão (2003):

“Apesar da importância das funções e dos lugares, contribuição do estruturalismo, não podemos negligenciar que esses lugares são ocupados por determinados pais e mães. Estas funções não são abstratas, elas são ‘encarnadas’ por pais da realidade, que têm sua história, estruturam-se de determinada maneira e estão submetidas a influências culturais distintas (Mourão, In *o Porão da Família*, 2003. p. 83).

¹ Raramente utilizado por Freud, o termo gozo tornou-se um conceito na obra de Jacques Lacan. Inicialmente ligado ao prazer sexual, o conceito de gozo implica a idéia de uma transgressão da lei: desafio, submissão ou escárnio. Posteriormente, o gozo foi repensado por Lacan no âmbito de uma teoria da identidade sexual, expressa em fórmulas da sexuação que levaram a distinguir o gozo fálico do gozo feminino (ou gozo dito suplementar) (Roudinesco, 1998, p. 299).

Na metáfora paterna, o importante é o que a mãe faz com a palavra do pai, com sua autoridade, a maneira como ela preserva o Nome do pai. Da parte do pai, sua relação com a lei deve considerar-se em si mesma. Lacan diz que “um pouco de severidade” não faz mal, se severidade é o rigor na observância da lei, concluímos que o pai severo é o melhor para promover a lei. Encontramos aí o pai sem sua vertente simbólica e em sua vertente de realidade. O pai simbólico é o pai morto, desnecessário, desde que a mãe faça operar sua lei. Mas é importante observar, por outro lado, que vemos uma busca de uma figura do pai, de uma *presença* que melhor encarne a lei.

Nas palavras de Mourão (2003): (...) *segundo Colette Soler (1991), um corte, uma “hiância” entre a função Nome do pai e os seres que venham a ser pais, que não é possível ser preenchida. Em outras palavras, não há pai igual à função (...)* (Mourão, In O porão da Família, 2003, p. 81).

Sabemos que Lacan define o Nome do pai como um nome dado a alternância da presença e da ausência da mãe. Logo, outra coisa pode ser utilizada para funcionar nesse lugar, pois a função do pai não é uma função imaginária. “Realçamos” que é preciso uma *presença real* e alguém que articule esse significante” (S. Tervns , 1996, p. 107). Isto é, não basta que ele seja trazido pelo discurso da mãe.

Isso porque há limites no alcance do simbólico, que não recobre todo real e, portanto, o pai como representante de uma função simbólica, não a representa plenamente. Assim, na impossibilidade da representação simbólica plena, encontramos a figura do pai imaginário.

Lacan (1969-1992) em *O Averso da Psicanálise* diz:

“(...) A posição do pai real tal como Freud a articula, ou seja, como um impossível privador (...) isso vem da própria posição. De modo algum é surpreendente que encontremos sem cessar o pai imaginário. É uma dependência necessária, estrutural de algo que justamente nos escapa, o pai real. É o pai real. Está estritamente fora de cogitação defini-lo de uma maneira segura, que não seja como agente da castração (Lacan, 1969-1992, p. 121).

Vemos, portanto, a distinção do pai simbólico, representante da lei, e o pai real como agente da castração. Isso indica claramente a necessidade de alguém que efetue esse corte que não pode ser feito pelo pai simbólico, cuja característica é a ausência. É necessária a *presença real* de alguém que articule o Nome-do-pai.

A função do pai está ligada à efetuação de sua palavra: Através dela é que o pai pode operar como agente da castração. Logo, afirmamos que o pai real é apenas um efeito de linguagem, mas não podemos deixar de levar em conta que pai simbólico, pai real e pai imaginário são registros interligados, o que possibilita o exercício de sua função.

Compreendemos, assim, porque, para Lacan, o pai tem tantos nomes que não há um que lhe convenha, o pai como Nome faz referência a variedades possíveis do Nome-do-Pai, modos de bordejar a falta.

A família, portanto, além de sua tarefa de constituir o sujeito, precisa ajudá-lo a lidar com o mal-estar, permanente produto do “estranho”, do não-todo estrutural do sujeito. Freud, (1919/1980) nos texto “*O Estranho*”, postula o Estranho Familiar: “o estranho é aquela categoria do assustador, que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar” (Freud 1919/1980, p. 177).

Sua questão é: como é possível e em que circunstâncias o familiar pode tornar-se estranho e assustador?

Para Freud a resposta está no fato de que o familiar traz também algo escondido, oculto e que se mantém fora de vista. Um estranho, nada de novo ou alheio, mas ao contrário, familiar e há muito estabelecido na mente, alienado dela por meio do processo do recalque.

Seguindo essa indicação, Roudinesco (1998) nos aponta:

“Essa impressão de estranheza surge na vida cotidiana, na criação estética, quando certos complexos infantis recalcados são abruptamente despertados. Manifesta-se, então, em diversos temas angustiantes: o medo da castração, a figura do duplo, o movimento autômato” Roudinesco, (1998, p.52).

A angústia do sujeito frente ao irrompimento do “Estranho”, do Real, é encontrada na família, em seu ponto vazio, na sua constituição, no não-todo. Isso porque a família, assim como a mulher, encontra-se, por um lado, submetida ao que é da ordem do falo, portanto, sujeita à castração, e por outro ao não-todo fálico. Articulada ao que é do campo do significante, ao que é da ordem da castração, a família instiui-se conforme a estrutura do complexo de Édipo, tendo sua origem, leis, normas que a ordenem. Mas, justamente no que diz respeito ao que é da ordem do gozo, do pulsional, inarticulável é que exige algo que a barre e faça-lhe borda, insurge o “Estranho”, o insuportável.

Portanto, a família é uma estrutura ancorada na lógica do não-todo fálico, apresentando em sua estrutura um ponto vazio, no qual não há palavra que possa dizê-la toda. Logo, a família tem, em sua base, a falta, falta essa estrutural. Os mitos familiares, as ficções presentes no romance familiar permitem bordejar esse ponto vazio da estrutura familiar.

O que a psicanálise propõe, então, introduzindo o conceito de sujeito, é que a família possa ser vista não como uma massa, uma soma de individualidades, mas sim como um conjunto aberto, uma coleção de singularidades, em que cada membro possa ser tomado um-a-um.

Assim, do ponto de vista da psicanálise, a família deve ser tomada em suas particularidades. Não pensando não “A família” como modelo, mas famílias com suas particularidades de funcionamento.

No atendimento com a família, produz-se um campo discursivo com seu encadeamento de significantes, produto e efeito da estrutura familiar. Escutamos o discurso do Outro, dos pais, que opera transferencialmente. Escuta que se faz de um-a-um.

Portanto, a *escuta analítica* da família pode se sustentar, legitimar-se e ser formalizada a partir do fundamento mesmo, que norteia a práxis psicanalítica: o sujeito do inconsciente. Esse trabalho possibilita, na família, mudanças nos discursos dos sujeitos, ressignificando, reposicionando, enfim, alterando a cadeia de significantes que sustenta a subjetividade dos sujeitos da família.

Formalizar o trabalho psicanalítico com a família só é possível na medida em que a cadeia de significantes familiares nos impõe a missão de possibilitar a abertura do inconsciente, que não é inconsciente coletivo, de forma que a cadeia familiar na qual os sujeitos se apresentam, possa quebrar-se e, libertos os sujeitos da família, possam constituir uma cadeia aberta ao deslizamento dos significantes.

O trabalho da psicanálise com a família deve considerar um duplo caminho. Por um lado, como qualquer psicanálise, definir o trabalho com a transferência e por outro, com a direção do tratamento, tendo como meta um final.

Mas também é necessário considerarmos a família uma estrutura da lógica do coletivo, e não como um grupo, mantendo a sustentação de que trabalhamos com a incidência do real, do estranho.

Para esse trabalho com a família, é necessário pensar a família como um coletivo e, portanto, na lógica do um-a-um, cada um em relação ao outro, o que nos possibilita nos manter no campo da psicanálise e evitar, dessa forma, o aconselhamento, ou a pedagogia.

Escutar a família psicanaliticamente, na lógica do coletivo, detectar o entrecruzamento dos fantasmas e fantasias dos seus componentes, permitindo detectar a função de algo residual dentro da família. Encontramos, na função do resíduo, a constituição subjetiva que implica a relação de um desejo “não anônimo” no qual incide o real, portanto, o mal-estar, o impossível.

Nas considerações sobre a família feitas por Lacan (1969-1998), no texto *Duas notas sobre a criança*, ele destaca:

“A função de resíduo sustenta, ao mesmo tempo, a família conjugal na evolução das sociedades, ressalta o irreduzível de uma transmissão-pertence a uma ordem distinta da satisfação das necessidades, que é a de uma constituição subjetiva que implica uma relação com um desejo que não seja anônimo” (Lacan, 1969-1998, p. 56).

A escuta psicanalítica com a família, inclui o mal-estar, pondo em destaque o que é da ordem da desconstrução. Operando com a demanda na família, criamos possibilidades de utilização do dispositivo analítico. Esse trabalho com a família é possível por existir a lógica do coletivo, proposta por Lacan, marcando diferença com a lógica do grupo. Na lógica do coletivo, tomamos a família como “conjunto” que funciona graças ao elemento que lhe é exterior.

A família tomada na lógica do coletivo vai tratar “um-por-um”, o não-todo, as diferenças. Portanto, não podemos dizer que a clínica com a família ocorre com o grupo como nos coloca Freud em psicologias das massas, mas a psicanálise com a família toma a na sua dimensão não-toda, do um-por-um, das diferenças.

Solano (1995) esclarece:

“Podemos dizer que a família é um conjunto que inclui os “x” que respondem a uma propriedade determinada, sendo que o elemento simbólico que detém essa propriedade na família conjugal é o patromínico – transmissão de um nome – operação realizada pela e na família. Cada família tem um conjunto de significantes que determinam o dizer de cada sujeito: há uma particularidade familiar” (Solano, 1995, p. 120).

Assim, na clínica com a família, devemos levar em consideração tanto os aspectos do sujeito quanto os aspectos da família, dentro de uma lógica do coletivo.

Empreender um atendimento com a família sob a ética da psicanálise implica desconstruir certo imaginário familiar, diminuindo seus efeitos, esvaziando fantasias, retificando posições subjetivas e reinscrevendo o sujeito no campo do Outro.

Tarefa árdua, principalmente, porque ainda em gestação, mas presente em nossas demandas clínicas.

BIBLIOGRAFIA

- Althusser, L. (1976), Freud e Lacan – Positions I Edição Sociais, Paris 1976.
- Barros, F. (2001), Do Direito ao Pai. Belo Horizonte: Livraria D’el Rey Editora LTDA, 2001
- Chaves, W. C. (2006), O estatuto do Real em Lacan: Dos Primeiros Escritos ao Seminário 7, “A Ética da Psicanálise” Tese de Doutorado Universidade de São Carlos; São Paulo, 2006.
- Chaves, W. C.(2005), A Determinação do sujeito em Lacan: da reintrodução na psiquiatria à subversão do sujeito. São Carlos: EduFSCar, 2005.
- De Waelhens A. (1972), A Psicose ensaio de interpretação analítica e existencial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor LTDA (1982).
- Dor, J. (1989), Introdução a leitura de Lacan volume 1, Porto Alegre; Artes Médicas, (1988).
- Ernest, J. (1927), Novo desenvolvimento da sexualidade Feminina. Porto Alegre: Artes Médias (1972).
- Freud, S. (1924), A perda da Realidade na neurose e na psicose. IN: Obras Completas. Rio de Janeiro (1980).
- Freud, S. (1923-1924), Neurose e psicose. In: Obras Completas, Rio de Janeiro: Imago, (1980).
- Groeninga, G. (2003, Família um caleidoscópio de relações. In: Direito de Família e Psicanálise. Rumo a uma nova epistemologia. Coord: Groeninga, Cunha P.R. Belo Horizonte: Editora Imago, (2003).
- Jones, E. (1927) Novos desenvolvimentos da sexualidade feminina, In Papeers ou Psycanálise, Bailliére; Londres 5º ed. (1950).
- Lacan (1998), O estádio do espelho como formador da função do eu In – Escritor. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zehar Editores, (1998).

- Lacan, J. (1976). Livro V: As formações do Inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (1999).
- Laca, J. (1957-1958), As formações do Inconsciente. Rio de Janeiro: Zahar Editora, (1988).
- Laplanche, J. Pontalis, J-B 91967), Vocabulário de psicanálise, 2ª Edição Rio de Janeiro: Livraria Martins Fontes, Editora LTDA (1970).
- Lemaire, Anika (1989), Jaques Lacan uma Introdução Rio de Janeiro: campos, (1989).
- Miller (1999), Perspectivas do seminário 5 de Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (1999).
- Portugal MA, Caran(M, Travaglia J, Melgaço R, Mourão (org). O Porão da Família Ensaio Psicanalítico. São Paulo: Casa do Psicólogo, (2003).
- Tavares, H. (1988) Introdução a Obra de Lacan. Apostila. Belo Horizonte. (1988-1989).
- Tavares, H. (1988) Introdução à obra de Lacan. Rio de Janeiro: Háloom Editorial, (1988).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Althusser, L. (1976). *Freud e Lacan – Positions I* Edição Sociais, Paris 1976.

Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, s.d.

Barros, F. (2001), *Do Direito ao Pai*. Belo Horizonte: Livraria D’el Rey Editora LTDA, 2001.

Bleger. Comentários de fragmento de “*Cuestión de Preliminar*”. In: Comentario del Seminario inexistente. Buenos, 1992.

Chaves, W. (2006). *O estatuto do Real em Lacan: Dos primeiros escritos ao seminário 7, “A ética da psicanálise”*. Tese de Doutorado Universidade de São Carlos: São Paulo, SP, Brasil.

Chaves, W. (2005). *A determinação do sujeito em Lacan: da reintrodução na psiquiatria à subversão do sujeito*. Tese de Doutorado Universidade de São Carlos: São Paulo, SP, Brasil.

Dor, J. (1989), *Introdução a leitura de Lacan volume 1*. Porto Alegre; Artes Médicas 1988.

D’unrug, M-C. (1976). *Analyse de contenu e acte de parole. De l’ènoncè á l’ènonciation*. Paris: Editions Universitaires.

De Waelhens A. (1972). *A psicose ensaio de interpretação analítica e existencial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor LTDA, 1982.

Dolto, F. (1971). *O caso Dominique*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Freud, S. (1897-1980). *Extratos dos documentos dirigidos a Fliess, In: Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Freud, S. (1897-1980). *La Maissance de la psycanalyse*. Paris, 1991. Freud, S. (1908-1980). *Romance familiar do neurótico*. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Freud, S. (1910-1980). *Um tipo especial de escolha de objeto feita pelo homem*. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Freud, S. (1910). *Uma lembrança de infância de Leonardo da Vinci*. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Freud, S. (1912/13-1980). *Totem e tabu*. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Freud, S. (1915-1915). *A pulsão e suas vicissitudes*. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Freud, S. (1916-1980). *Conferencia XXXIV. In Conferências Introdutórias*. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980. pág. 275-318.

Freud, S. (1919-1980). *O Estranho*. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Freud, S. (1921-1980) *Psicologia de grupo e análise de ego*. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago 1980.

Freud, S. (1923-1980) *Neurose e Psicose*. In: Obras Completas, Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Freud, S. (1924-1980). *A dissolução do complexo de Édipo*. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Freud, S. (1930-1980). *O mal-estar na civilização*. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1931-1980) *Sexualidade Feminina*. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

Groeninga, G. (2003) *Família um caleidoscópio de relações*. In: Direito de Família e Psicanálise. Rumo a uma nova epistemologia. Coord: Groeninga, Cunha P. R. Belo Horizonte: Editora Imago, 2003.

- Isaac, S. (1921-1970). *A natureza e função da Phantasia*. In: *Os progressos da Psicanálise*. Melaine Klein e outros . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, págs. 4-11.
- Jones, E. (1927). *Novos desenvolvimentos da sexualidade feminina*, In *Papaers ou Psycanálise*, Bailliére. Londres,. 1950.
- Klein, M. (1921-1970). *O desenvolvimento de uma criança*. In: *Contribuições à Psicanálise*. São Paulo: Editora Mestre Ju, 1970.
- Klein, M. (1928-1970). *Primeiras fases do Complexo de Édipo*. In: *Contribuições à Psicanálise*. São Paulo: Editora Mestre Ju, 1970.
- Klein, M. (1928-1970). *Todtrieb rend August*. In: *A psicanálise da criança*, pág. 140. São Paulo: Editora Mestre Ju, 1970.
- Klein, M. (1931-1982). *Algumas conclusões teóricas sobre a vida emocional dos bebês*. In: *os progressos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- Klein, M. (1934-1970). *Uma contribuição à psicogênese dos estados maníacos-depressivos*. In: *Contribuições a Psicanálise*. São Paulo: Editora Mestre Ju, 1970.
- Klein, M. (1947-1968). *Essais de Psycanalyse*. Paris: Payot, 1968.
- Lacan, J. (1936-1988). *O estádio do espelho como formador da função do Eu*. In: *Escritos*, Tradução Ribeiro, V. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.
- Lacan, J. (1938-1980). *Complexos familiares*. Porto: Assírio e Alvim, 1981.
- Lacan, J. (1952-1988). *O mito individual do neurótico*. (Texto avulso, s.d.).
- Lacan, J. (1955-1988). *O seminário, livro 3. As Psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar Editora 1988.
- Lacan, J. (1957-1999). *O seminário, livro 5. As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

- Lacan, J. (1969-1992). O Seminário. Livro 4: *O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- Lacan, J. (1969-1998). *Duas notas sobre a criança*. In: Opção Lacaniana. Revista Brasileira internacional de psicanálise. São Paulo: Eólia, 1998.
- Laplanche, J. Pontalis. (1967). *Vocabulário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1967.
- Lemaire, A. (1989). *Jacques Lacan uma introdução*. Rio de Janeiro: Campos, 1989.
- Livraria Martins Fontes, Editora LTDA, 1970.
- Miller, J. (1999). *Perspectivas do Seminário 5 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- Mijolla, A. (2005). *Dicionário Internacional de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- Portugal A.M. Caran M, Travaglia. Melgaço R, Mourão (org). *O porão da Família Ensaio Psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- Quinet, A. (1990). *Clínica da psicose*. Salvador: Fator, 1990.
- Roudinesco, E.(1944). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1998.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- Segal, H. (1964). *Introdução à obra de Melaine Klein*. Rio de Janeiro: Imago, 1973.
- Solano, S. (1995). *Família e função*. In: *Revista de psiquiatria psicanalítica de crianças e adolescentes*. Belo Horizonte: 3 Julho/dezembro, 1995.
- Stevens, A. (1996). *A família, o declínio da paternidade e o declínio da virilidade*. In. Curinga. Periódico da Escola Brasileira de psicanálise. Minas Gerais, 1996.
- Soler, C. (1991). *Artigos Clínicos*. Editora Fator. Salvador, 1991.

Strauss, L.(1967). *Les Structures elementares de la parent*. Paris: Moulan, 1967.

Strauss, L. *La famille in Europe*. Paris: Seiul, 2001.

Straus, L. *Préface Historie de la famille*. Paris, s.d.

Tavares, H. (1988). *Introdução a obra de Lacan*. Rio Apostila. Belo Horizonte, 1988-19189.

Winnicott, W. (1957). *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Martins fontes, 1975.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Freud, S. (1910). *Cinco lições de psicanálise*. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- Carneiro, T. (1993). *Família: Diagnóstico e Terapia*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1993.
- Derrida, J. & Roudinesco, E. (1994). *De que amanhã... Diálogo*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2004.
- Eiguer, A. (1993). *Um divã para a família*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- Freud, S. (1908). *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- Groeninga, G. & Pereira, R. (2003). *Direito de Família e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- Marini, M. (1991). *Lacan - A trajetória de seu ensino*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- Mezan, R. *Freud: A Trama dos Conceitos*. Editora Perspectiva: São Paulo, 1991.
- Peto, Jean-Michel (1979). *Melanie Klein I e II*. Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva S/A. 1982.